



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

**POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA E CONSUMO NO CARIRI
PARAIBANO: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO COMERCIAL EM BOQUEIRÃO**

**RECIFE
2021**

NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

**POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA E CONSUMO NO CARIRI
PARAIBANO: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO COMERCIAL EM BOQUEIRÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e Análise Regional.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.

**RECIFE
2021**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

T231p Tavares, Noaldo José Aires.
Políticas de sustentação de renda e consumo no Cariri paraibano :
transformações no espaço comercial em Boqueirão / Noaldo José Aires
Tavares. – 2021.
148 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Política pública. 3. Programas de sustentação de renda.
4. Comércio. 5. Consumo (Economia). 6. Cariri, Região do (PB). I. Barros,
Nilson Cortez Crocia de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2022-025)

NOALDO JOSÉ AIRES TAVARES

**POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA E CONSUMO NO CARIRI
PARAIBANO: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO COMERCIAL EM BOQUEIRÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 27/12/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho ao meu pai, Noel Tavares da Silva, verdadeiro doutor em pequeno comércio varejista; e a minha mãe, Maria Aires Cavalcante, que foi minha maior protetora e responsável direta pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar mais uma etapa da vida acadêmica, talvez a mais repleta de adversidades, me sinto grato em demasia pelo conjunto de esforços, abdições e doações coletivas que nos possibilitaram um alicerce sólido nesse processo de avanço efetivo. Uso essa página para que fique registrada para posteridade, portanto, minha eterna gratidão a todos que participaram e contribuíram com essa conquista.

Agradeço a Deus, primeiramente, por colocar paz em meu coração quando entreguei minhas preocupações e angústias em suas mãos. Agradeço também por ter me concedido inúmeras dádivas ao longo da vida e por me proteger nos momentos mais turbulentos. Sem a fé, dificilmente teria conseguido chegar ao final dessa pesquisa.

Agradeço a minha esposa e companheira, Ingridy Vanessa dos Santos Silva, pelo incentivo irrestrito e fundamental durante estes anos. Ainda éramos namorados e estávamos juntos quando recebi a notícia de aprovação na seleção do PPGEO. Fico extremamente feliz ao fazer a retrospectiva desses anos e ver tudo que vivemos, tudo de conquistamos e todos os momentos de felicidade que temos tido. Tenha a convicção do amor que sinto por você.

Não posso deixar de mencionar o astuto Alfe, que me acordava rotineiramente as 6h da manhã, sendo um feroz cão-de-guarda contra a procrastinação e preguiça.

O momento de maior felicidade, com certeza, é o que estamos aguardando vivenciar muito em breve: a chegada de Maria Heloísa, minha primogênita. Filha, ainda não conheço teu rosto, mas meu amor por você é infinito. Você é mais um dos estímulos para a realização desse trabalho.

Agradeço por ter tido a honra de ser orientado pelo Professor Nilson Cortez Crocia de Barros, com quem construí uma relação de amizade e admiração. Reafirmo que sua presteza, suas palavras de estímulo e toda sabedoria expressa nas orientações foram de imensa importância não apenas para a realização desse trabalho, mas para meu crescimento pessoal e intelectual.

Lembro dos estímulos do professor Lincoln da Silva Diniz, que sempre foi solícito e ouviu atentamente todas as nossas ideias e inquietações referentes à pesquisa. Além de ter sido

meu orientador na graduação e a pessoa que me estimulou a adentrar nos estudos referentes a Geografia do Comércio.

Ressalto, também, a valiosa contribuição que foi dada pelo professor Sérgio Luiz Malta de Azevedo, pois prestou grande auxílio para execução do nosso trabalho e marcou significativamente nossa trajetória acadêmica. Sua tese foi uma das inspirações para realização dessa pesquisa.

Agradeço ao professor Luiz Eugênio, que sempre foi um grande exemplo de professor e também teve contribuição decisiva com suas palavras de estímulo para realização desse trabalho. Saiba que suas colaborações ao decorrer de toda graduação ajudaram-nos a semear esses frutos que temos colhido.

Agradeço a todos os professores do PPGEIO pelos valiosos ensinamentos e contribuições prestadas ao desenvolvimento da ciência geográfica. Em especial, aos professores Caio Augusto Amorim Maciel e a professora Mônica Cox de Britto Pereira por aceitar a participação para avaliar nosso trabalho.

Aos funcionários vinculados ao programa, agradeço aos secretários Eduardo Veras e Pablo de Araújo Gomes, exemplos de servidores públicos honestos e competentes. Sempre prestativos com todos os alunos da nossa pós-graduação.

Aos meus familiares, irmãos (Sueli, Sandro e Marcos), avó (Ana Aires), sobrinhos, cunhados, tios e primos que sempre estimularam meus estudos desde as séries iniciais. Sei da alegria e da realização de vocês com a conclusão desse trabalho.

Vários amigos contribuíram direta ou indiretamente para essa nossa conquista como Eduardo, Rômulo, Elânia, Fernando, Cledilson, Rafael e tantos outros. Saibam que, sem a colaboração de vocês, tudo teria sido mais difícil.

Aos colegas da pós-graduação da UFPE, que proporcionaram estímulos e contribuições valiosas além de momentos de descontração que vivenciamos, ao longo dos últimos anos. Uma das piores coisas que a pandemia fez foi ter impossibilitado mais contatos presenciais entre todos nós. Mesmo correndo o risco de cometer injustiças, cito nominalmente alguns pares com os quais tivemos mais proximidade: Kleber Silva, Messias Nascimento, Pietro Félix, Cícero Harisson, Carolina Nogueira e Wanessa Martins.

Todos os órgãos e funcionários públicos que facilitaram nosso acesso aos dados fundamentais para essa pesquisa são dignos de nossa gratidão. Agradeço a todos, em nome da

assessoria no Senador Veneziano Vital do Rêgo, que se prontificou a buscar, através das prerrogativas parlamentares, dados que nos foram negados pelo INSS.

Aos comerciantes, consumidores e beneficiários dos Programas de Sustentação de Renda que tão bem nos receberam ao longo dessa pesquisa e que são dignos de aplauso pela disposição, coragem e alegria com que encaram a vida na busca do sustento familiar, deixo minha eterna admiração.

Na dedicatória, já fiz questão de mencionar os meus pais, Noel e Maria. Ambos de origem simples: ele agricultor, depois feirante; ela, dona de casa e faxineira em uma escola estadual. Os dois, sem terem concluído o ensino fundamental, me ensinaram tudo de mais necessário para a vida: Respeito, honestidade, senso de justiça e valorizar a educação. Sou o primeiro da família a realizar um doutorado, mas não serei o último. Saibam que os amo, meus pais.

RESUMO

As cidades encarnam o elo integrador do terciário, pois é nelas que se materializa, de forma mais proeminente, uma hierarquia de circuitos que relacionam as trocas e os fluxos de produtos advindos do sistema agropastoril e do sistema industrial, de forma a organizar um terciário robusto internamente ao seu espaço, composto por organismos essenciais para a vida em sociedade. O Brasil é um campo proífico para os estudos urbanos, especialmente aqueles que focam sua atenção para as pequenas cidades. É necessário um pensamento amplo, que permeie, tanto uma reflexão sobre a cidade e o urbano, quanto sobre os processos mais recentes da economia e da urbanização brasileira. Os espaços comerciais vivenciam mudanças em decorrência de uma adaptação a um novo contexto. Em um país de dimensões continentais e com contradições socioespaciais presentes ao longo de todo território, como é o caso brasileiro, acreditamos que essas dinâmicas acabam por se expor com um nível mais elevado de adequações a essas situações. A complexidade dessa análise envolve um olhar que reconheça as articulações existentes entre produção, circulação comércio e consumo para que, em seguida, se compreenda os impactos dessas atividades no espaço. No Cariri Paraibano tem se observado nas últimas décadas, uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país, através de algumas Políticas de Sustentação de Renda, dentre as quais podemos destacar: Previdência Rural, Garantia Safra e o Bolsa família. Diante desse contexto, buscamos compreender a influência que as políticas públicas de sustentação de renda exercem na dinâmica do Espaço comercial de Boqueirão e qual o seu papel na (re) produção espacial urbana e regional na contemporaneidade. Para tanto, realizou-se pesquisa investigativa e analítica, com levantamento bibliográfico do arcabouço teórico; identificação e caracterização do espaço comercial e entrevista com comerciantes e consumidores do município de Boqueirão. Os programas de distribuição de renda disseminados no Brasil nas últimas décadas, acaba por aparecer de forma evidente na organização da economia, da sociedade e nos espaços urbanos. A diversificação e ampliação das fontes de renda acaba por exercer notória influência no espaço comercial das pequenas cidades do interior do Nordeste. Tornou-se mais comum a prosperidade dos comerciantes nas pequenas cidades, tendo em vista o significativo valor injetado por esses programas na economia local. Começa a se observar, cada vez com mais frequência, a fixação de comerciantes no espaço urbano das pequenas cidades do Cariri Paraibano. Em Boqueirão,

pode-se observar uma maior tendência de fixação de comércios na sede do município nos últimos anos, especialmente em sua área central, ao passo em que passa a ser menos frequente a manutenção da itinerância desses mercadores, tendo em vista que os custos adicionais tendem a tornar desinteressante ou inviável a competição com os comerciantes que também conseguiram prosperar e se fixar nas demais cidades que antes faziam parte de sua rota de vendas.

Palavras-chave: comércio; Bolsa-família; Previdência-Rural; Garantia-safra; Cariri Paraibano.

ABSTRACT

Cities embody the integrating link of the tertiary sector, as in them it is materialized, prominently, a hierarchy of circuits that relate the exchanges and flows of products arising from the agropastoral system and the industrial system, in order to organize a robust tertiary sector, inside their limits and consisted of essential organisms for life in society. Brazil is a rich laboratory for urban studies, especially those that focus their attention on small towns, which represent a significant amount and expose great diversities and challenges. A broad thought is needed, which permeates both a reflection on the city and the urban, as well as on the most recent processes of the Brazilian economy and urbanization. The commerce experience changes as a result of an adaptation to a new context. New specializations, forms, functions and location organization are being introduced. These trends bring with them multiple dialectics that deserve greater attention from geographic science. We believe that in a country of continental dimensions and with socio-spatial contradictions present throughout the entire territory, as in Brazilian, these dynamics expose themselves with a higher level of adaptation to these situations. The complexity of this analysis involves the recognition of the existing articulations between production, circulation of commerce and consumption, so that the impacts of these activities on space are understood afterwards. In the region of Cariri, in the state of Paraíba, a very important redistribution of income has been observed in recent decades in a segment of the Brazilian population originating from the countryside and historically excluded from the country's social achievements, through some Income Support Policies, among which we can highlight: Previdência Rural, Garantia Safra e o Bolsa família. This specificity that involves the income distribution programs disseminated in Brazil in recent decades stands out in the organization of the economy, society and urban spaces. The diversification and expansion of income sources remarkably influenced the commercial space of small towns in the country of Northeast. The prosperity of merchants in small towns has become more common, given the significant value provided by these programs to the local economy. Therefore, the establishment of merchants in the urban space of the small towns in the region of Cariri, in the state of Paraíba is becoming more and more frequent. In Boqueirão, the location chosen to be our case study, it is possible to observe a greater tendency to establish businesses in the town's seat in recent years, especially in its central area. It is also less frequent to maintain the roaming of these merchants, after they are fixed in the space, given the additional costs (transport, food and employees for those who decide to keep the fixed store open for the same period as those intended for other commercial locations) tend to make competition with merchants that have also managed to

prosper and settle in other towns that were previously part of their sales route uninteresting or unfeasible.

Keywords: commerce. Bolsa-família; Previdência-Rural; Garantia-safra; Cariri Paraibano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico do número de municípios brasileiros por tamanho da população.....	51
Figura 2 – Gráfico do número de municípios paraibanos por tamanho da população.....	52
Figura 3 – Mapa de localização do Cariri Paraibano	79
Figura 4 – Mapa dos primeiros caminhos da Paraíba.....	81
Figura 5 – Mapa do município de Boqueirão-PB.....	91
Figura 6 – Operários na construção do açude Epitácio Pessoa	92
Figura 7 – Os Espaços agrários do Sertão Paraibano – 1974.....	95
Figura 8 – Durante a seca, frente de trabalho desloca-se no leito seco de um rio na região Nordeste	103
Figura 9 – Mapa de beneficiários do Bolsa-Família por 1000 habitantes.....	107
Figura 10 – Estabelecimentos comerciais na rua Severiano Macêdo	123
Figura 11 – Alguns estabelecimentos comerciais na Avenida Nossa Senhora do Desterro..	124
Figura 12 – Centro Comercial de Boqueirão em 2013.....	124
Figura 13 – Centro comercial de Boqueirão em 2021.....	125
Figura 14 – Comerciantes que abandonaram a periodicidade e passam a atuar diariamente em Boqueirão-PB.....	126
Figura 15 – Calendário de Pagamento dos Programas de Sustentação de Renda.....	129
Figura 16 – Fila formada na madrugada do dia 20 de abril de 2020 em frente à agência lotérica de Boqueirão	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População nos municípios – percentual do total geral.....	52
Tabela 2 – Número de benefícios previdenciários do INSS no Cariri Paraibano	111
Tabela 3 – Número de estabelecimentos de comércio e serviços fixos nas principais ruas de Boqueirão	122
Tabela 4 – Número de Empresas Optantes no Regime de Microempreendedor Individual (MEI) em municípios do Cariri Paraibano	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEPS	Boletim Estatístico da Previdência Social
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADÚNICO	Cadastro Único
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FGS	Fundo Garantia Safra
GTDN	Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba
PB	Paraíba
PNDS	Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)
PIB	Produto Interno Bruto
PRORURAL/FUNRURAL	Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PSR	Previdência Social Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
SUDENE	Superintendência o Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA ANÁLISE REGIONAL, URBANA E DO COMÉRCIO	20
2.1 Cidade, Região e Comércio	20
2.2 Uma breve discussão sobre as perspectivas teórico-conceituais da análise urbano-regional.....	25
2.3 Análise econômica dos processos urbano-regionais	30
2.4 A dinâmica regional e os fluxos	35
2.5 O papel dos pequenos municípios na dinâmica urbano-regional	42
3 COMPREENDENDO A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA NA DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL DO COMÉRCIO NO NORDESTE BRASILEIRO	56
3.1 Políticas públicas de sustentação de renda: caminhos trilhados, focos e impactos no contexto geoeconômico brasileiro	58
3.2 Previdência rural.....	59
3.3 Bolsa família.....	63
3.4 Garantia-safra	66
3.5 Impactos dos programas bolsa-família; garantia-safra e previdência rural sobre os pequenos municípios do interior do Nordeste	68
3.6 Pequeno comércio e políticas de sustentação de renda: uma relação de simbiose	72
4 APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA NO CARIRI PARAIBANO	78
4.1 A construção histórico-geográfica-econômica da região do Cariri paraibano	78
4.2 A histórica (e necessária) dependência das políticas públicas	96
5 PEQUENO COMÉRCIO NO INTERIOR DO NORDESTE - TRANSFORMAÇÕES E COEXISTÊNCIA	110
5.1 Os reflexos das políticas de sustentação de renda no espaço comercial da região.....	110
5.2 Transformações e coexistências nos espaços comerciais	116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

Diante do progresso acentuado que o processo de globalização tem proporcionado nas últimas décadas, os estudos urbano-regionais necessitam atualizar seus conteúdos, de modo a garantir que as novas dinâmicas globais sejam analisadas e compreendidas à luz desse cada vez mais fluído Espaço-tempo.

Nesse cenário, acreditamos que os espaços comerciais vivenciaram mudanças em decorrência de uma adaptação a esse novo contexto. Novas especializações, formas, funções e organização locacional vão sendo postas. Todas essas tendências trazem consigo múltiplas dialéticas que merecem uma maior atenção da ciência geográfica.

Em um país de dimensões continentais e com contradições socioespaciais presentes ao longo de todo território, como é o caso brasileiro, acreditamos que essas dinâmicas acabam por expor com um nível mais elevado de adequações a essas situações.

A complexidade dessa análise envolve um olhar que reconheça as articulações existentes entre produção, circulação comércio e consumo, para que em seguida se compreenda os impactos dessas atividades no espaço (ORTIGOZA, 2009).

Na mesma obra, Ortigoza (2009) ainda afirma que na transição do século XX para o século XXI tem se observado uma reestruturação econômica mundial que apresenta em sua face transformações sociais e técnicas; compressão espaço-tempo e crescente globalização da economia.

Nossa pesquisa busca pautar esse processo, que se aprofunda de maneira muito significativa na região Nordeste do Brasil, em razão de vários fenômenos que pudemos observar. Ao aumentarmos a escala, para nos aprofundar na análise desses fenômenos, constatamos que, no Cariri Paraibano, tem se observado nas últimas décadas uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira, originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país, através de algumas Políticas de Sustentação de Renda, dentre as quais podemos destacar: Previdência Rural, Garantia Safra e o Bolsa família.

Iniciativas desse tipo promoveram uma elevação significativa da renda domiciliar do público beneficiário, incidindo tais efeitos sobre uma população em geral muito pobre, de modo a proporcionar “novos papéis sociais e econômicos” (DELGADO; CARDOSO JR, p.3, 1999) para os beneficiados. Nesse sentido, concordamos com Ruault e Proulhac (2014) ao explicitarem a importância de transferências de riqueza na construção econômica dos territórios e que esse fenômeno deve ser objeto de atenção dos pesquisadores sociais.

A escolha do município de Boqueirão, no Cariri Oriental do estado da Paraíba e no Semiárido do Nordeste do Brasil, como caso para um estudo aprofundado, é justificada por algumas razões: a Paraíba, como diz Favareto et al (2011), é o estado onde proporcionalmente se verificou a maior ocorrência de municípios onde houve redução da pobreza e da desigualdade acompanhadas de aumento da renda nas últimas décadas. O Cariri Oriental, dentre as várias microrregiões desse estado, é uma das mais dependentes desses auxílios públicos em termos percentuais de renda da população e o município de Boqueirão, historicamente, abrigou o principal espaço de comercialização periódica dessa microrregião.

Entender a atual relação entre essas políticas de sustentação de renda e as transformações que vem ocorrendo no nosso espaço-tempo, através de seu reflexo nas formas comerciais dos pequenos núcleos urbanos do Nordeste brasileiro podem nos auxiliar a compreender o âmago desse processo de (re) produção urbana e regional nessa área, de modo que entendemos que tal discussão é um caminho indicado a ser percorrido pela Geografia.

Ao analisar o comércio enquanto parte do processo de (re) produção espacial e das condições de reprodução das relações de produção, entendemos que tal atividade constitui-se como um dos principais elementos de transformação e criação de novos conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais na vida urbana.

No Cariri Oriental da Paraíba, bem como em regiões rurais de todo o mundo, se pode constatar um fenômeno de diversificação e desconexão entre os modos de subsistência dos pequenos produtores rurais e a execução de atividades agrícolas. Nas últimas décadas do século XX e - com maior ênfase - na primeira década do século XXI, se verifica um aumento da importância da renda advinda de meios que não estão diretamente vinculadas ao exercício de um trabalho ativo vinculado a agricultura. Corroborando esse quadro, Lui e Molina (2013) afirmam que se ampliam o número de trabalhos não-agrícolas em tempo parcial, a prestação de serviços e o número de contemplados por benefícios sociais.

A intensa expansão da economia de mercado tem feito com que produtores rurais de todo o mundo apresentem novas motivações de produção e consumo. Essas mudanças não estão restritas aos produtores agrícolas voltados para o mercado global, elas também abrangem os micro e pequenos produtores que atendem à demanda dos mercados locais ou até mesmo a sua subsistência. Lui e Molina (2013) explicam que essas novas motivações resultam em transformações nas áreas rurais, com reajustamento das funções das paisagens e redefinição do modo de vida das populações locais. É nesse cenário que tais regiões vivem um crescente fenômeno de transformações no espaço urbano-regional.

A diversificação e ampliação das fontes de renda acaba por exercer notória influência no espaço comercial das pequenas cidades do interior do Nordeste. Para podermos compreender esse processo torna-se necessário entender os mecanismos dessas políticas de sustentação de renda.

Com base nessas percepções, tomamos como objetivo principal de nossa pesquisa: Compreender a influência que as políticas públicas de sustentação de renda exercem na dinâmica do Espaço comercial de Boqueirão e qual o seu papel na (re) produção espacial urbana e regional na contemporaneidade.

Como auxiliares do objetivo central, traçamos os seguintes objetivos específicos: verificar uma possível dinamização econômica e social na região do Cariri Oriental e de maneira mais particular no município de Boqueirão com a instalação desses Programas de Sustentação de Renda; Analisar as transformações/modernizações verificadas no espaço comercial, do município de Boqueirão a partir da implantação desses programas, bem como os seus efeitos, formas e implicações socioespaciais; Investigar a relação entre a ampliação da renda regional advinda desses programas e o fluxo comercializado pelos pequenos estabelecimentos e qual a materialização dessa relação no espaço geográfico.

Com intuito de alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, realizamos uma pesquisa investigativa e analítica, compreendendo as seguintes etapas metodológicas:

1. Realização de um levantamento bibliográfico acerca de obras/estudos que contemplam e analisam os diferentes aspectos da atividade comercial na atualidade, bem como outras pesquisas que estudam a dinâmica deste setor econômico em cidades de estruturas urbanas pequenas e também das políticas públicas de sustentação de renda que optamos por trabalhar: Previdência Rural, Bolsa Família e Garantia Safra. Também visitamos bibliografias específicas sobre o município de Boqueirão e a região do Cariri paraibano.
2. Identificação e caracterização do espaço comercial de Boqueirão, através de pesquisas *in loco*, com o uso de registros fotográficos e mapa do espaço urbano da cidade em apreço.
3. Realização de entrevistas com pequenos comerciantes, lojistas, feirantes, além dos consumidores e frequentadores do espaço comercial do município, incluindo beneficiários das políticas públicas de sustentação de renda. Foram realizadas 30 entrevistas, sendo 10 delas com comerciantes locais e 20 com consumidores, alguns destes beneficiários dos programas de sustentação de renda. É importante destacar que no plano inicial desse trabalho, também buscaríamos realizar a aplicação de questionários, porém com o cenário de pandemia do COVID-19, vivenciado nos últimos dois anos essa aplicação foi impossibilitada.

4. Análises dos dados coletados e elaboração da redação final da pesquisa, revelando, com base em gráficos e quadros e mapas desenvolvidos, as dinâmicas observadas no espaço comercial da cidade que serviu como objeto do nosso estudo de caso.

Nosso trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro contém uma apreciação de pressupostos teóricos que observam a cidade, região e comércio, bem como busca resgatar discussões sobre a dinâmica regional e os fluxos, pautando-se, especialmente, em compreender o papel dos pequenos municípios nessa dinâmica.

No segundo capítulo buscamos compreender a influência das políticas públicas de sustentação de renda na dinâmica da (re) produção espacial urbana e regional no Nordeste brasileiro, observando as principais características de cada um dos Programas de Sustentação de Renda analisados nessa pesquisa.

No terceiro capítulo, buscamos realizar um resgate histórico da aplicação das políticas públicas de sustentação de renda no Cariri paraibano, destacando também as características sociais e naturais da região.

Por fim, no quarto e último capítulo, trazemos apontamentos sobre os reflexos das políticas de sustentação de renda no espaço comercial da região do cariri paraibano, e as transformações e coexistências nos espaços comerciais, especialmente no município de Boqueirão.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA ANÁLISE REGIONAL, URBANA E DO COMÉRCIO

2.1 Cidade, Região e Comércio

As relações simbióticas manifestadas entre o comércio e a cidade são históricas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Torna propícia a sua existência, influi na sua organização e justifica muito do movimento e animação que existem nas cidades. (SALGUEIRO E CACHINHO, 2009). A prática comercial, em múltiplos espaços-tempo, estimulou o crescimento de núcleos populacionais existentes, atendendo a diversas necessidades criadas pelos grupos sociais. Também é notória a influência do comércio na transição de uma sociedade eminentemente agrícola, para um modelo urbano predominante na contemporaneidade (SPÓSITO, 1997).

Ao analisar os núcleos urbanos ao decorrer da história, dando maior atenção para o contexto do modo capitalista de produção, Spósito (1997) também compreende que a cidade possui uma tendência de concentração e densidade mais elevadas que viabilizam com maior velocidade o ciclo do capital. Portanto, torna-se o melhor local para desenvolvimento do capitalismo e passando a ocupar o papel de comando na divisão do trabalho.

A cidade surge como uma unidade social, que preenche um papel privilegiado nas trocas (sejam elas materiais ou de serviços) e em todas as atividades de comando, de gestão e de difusão no processo de inovações pelo espaço geográfico. É, através desses núcleos, que variados grupos encontram entre si possibilidades de coexistência e de intercâmbios. No entendimento de Roncayolo (1990), a cidade é um dispositivo topográfico e social sob o qual se propicia melhor eficácia ao encontro dos homens e às trocas entre eles, tendo em vista que a proximidade e a aglomeração expandem as interações no âmbito de uma sociedade.

Berry (1975), afirma que as cidades são os instrumentos através dos quais as regiões especializadas se articulam num espaço econômico nacional. Elas são os centros da atividade, da inovação e pontos focais das redes de transportes.

Spósito (2017) nos mostra que a dimensão espacial se apresenta como central na apreensão da realidade e na construção de uma conceituação de cidade. A autora ainda aponta que a preocupação com a análise científica da dimensão espacial da realidade urbana remonta a primeira metade do século XX, com o desenvolvimento dos estudos que ficaram nomeados por Escola de Chicago, que tiveram grande valia para alguns caminhos traçados pela ciência geográfica contemporânea.

Entendemos, portanto, que a cidade contribui na configuração de uma sociedade em múltiplas dimensões, ela consiste na dimensão material de elementos que interagem, se concentram e se transformam no espaço geográfico. Pode-se entender esses objetos urbanos como sínteses da organização espacial da sociedade.

As relações “dinâmicas e fundadoras” - utilizando as palavras de Salgueiro e Cachinho (2009, p. 10) – acontecem em ambos os sentidos na dinâmica entre cidade e comércio, como podemos observar:

Se a cidade é produto das decisões e das práticas de vários actores, designadamente as de consumo, essas práticas possuem também uma dimensão espacial. O espaço, e por conseguinte a cidade, serve de contexto e suporte às acções desenvolvidas pelos actores; é, simultaneamente, mediador das relações e um poderoso agente de diferenciação. O comércio faz cidade ao atrair clientes e mercadorias, ao vivificar determinadas áreas e precipitar o declínio de outras, mas a sua evolução, do ponto de vista económico e espacial, é também influenciada pelas mudanças da sociedade, a transformação dos valores e estilos de vida, a evolução dos aglomerados e as metamorfoses da estrutura urbana (SALGUEIRO & CACHINHO, 2009, p.10)

De tal modo, percebe-se que os espaços de atividades comerciais revelam e reproduzem a estrutura social e econômica das populações, fazendo parte do seu cotidiano. Esses redutos de compra, venda e troca de mercadorias proporcionam uma significativa contribuição que não se restringe a esfera econômica, mas, sobretudo, a vida social das populações que vivem integradas por estes espaços.

Mesmo em épocas longínquas, de início das civilizações, é difícil imaginar a vida em agrupamentos humanos sem que houvesse situações de carências elementares, que levassem a efetivação de troca de produtos ou o escambo. O nível de tais relações se aprofunda de forma inseparável dos moldes tomados pela sociedade no decorrer da história. O comércio e consumo expandem-se em caráter intrínseco a evolução do controle do homem sobre a natureza.

Os estudos acadêmicos referentes a Geografia do Comércio se apresentam desde os primeiros anos da Geografia Humana moderna, de maneira associada à Geografia Econômica, partindo do princípio de que a necessidade de troca e da transferência de bens é resultado de uma distribuição desigual das produções entre regiões e das diferenciações entre os seus recursos naturais.

O comércio surge como elemento constituinte das condições de vida da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, produto desta, fazendo parte de uma relação dialética e histórica. Nesse contexto, o comércio se problematiza dentro do processo de reprodução do espaço

geográfico, “tornando-se condição e produto para a reprodução das relações de produção que se estabelecem entre os homens na sua prática cotidiana” (SILVA, 2014, p. 155).

Por essa razão, entendemos que as formas comerciais são também formas sociais dotadas de uma dimensão histórica importante e que são construídas ao longo do processo de reprodução das relações de produção.

Evidentemente, as interações profundas e seculares manifestadas entre o comércio e a cidade, sofrem transformações em virtude de sua imbricação e influência mútua. Sendo assim, os espaços comerciais vivenciaram profundas transformações ao decorrer do tempo. Ou seja, ele é mutável, e nele podemos perceber variações através do surgimento de novas formas comerciais, novas dinâmicas e também do desaparecimento ou enfraquecimento das antigas formas, mudando assim as estruturas socioespaciais.

Sobre essas transformações, Salgueiro e Cachinho (2009) afirmam que só podem ser compreendidas a partir de uma dupla leitura, sendo que um dos enfoques envolva as paisagens físicas, materiais e dos estabelecimentos enquanto lugares de troca e abastecimento, na qual possam ser analisados fatores locacionais, de custo e de centralidade. Já o outro enfoque deve observar as paisagens imaginárias, as representações simbólicas e a capacidade de comunicação dos empreendimentos comerciais. Esses pesquisadores ainda enfocam, em uma dinâmica fundadora existente entre as cidades e os espaços urbanos das cidades, apontado como mediador das relações e um poderoso agente de diferenciação.

Vale destacar que, apesar desse entendimento ter ganhado atenção nas análises acadêmicas feitas sobre o tema nas últimas décadas, quando analisamos historicamente as pesquisas geográficas sobre o comércio, o primeiro dos enfoques ainda possui um lastro teórico mais amplo enquanto o segundo vem se popularizando e sendo discutido com especial afinco em tempos mais recentes.

As análises que versam sobre o comércio, circulação e troca de mercadorias não representam um fenômeno recente na ciência geográfica. Ainda no período que ficou popularmente conhecido como Geografia Clássica, ou tradicional, Ratzel já elucidava que desde o momento que se desenvolveram tecnologias de transportes e de comunicações eficientes, as comunidades não precisavam produzir tudo que se consumia no seu próprio local de vivência, pois existe um: “ movimento no espaço, de pessoas e objetos a partir de regiões ou pontos determinados, com o objetivo de equilibrar as trocas, os recursos e os dons naturais da terra e dos homens” (RATZEL, 1903 apud HUCKEL, 1906). Fundamentados nesse

pensamento, é importante ressaltar que essa “Geografia da Circulação”, tratada por Ratzel, não se restringe a aspectos econômicos, é inegável sua influência nos estudos dessa área do conhecimento.

Fazemos esse resgate para que se entenda que os estudos correlatos à Geografia do Comércio existem desde os primórdios da Geografia Humana moderna, sendo muito associados à Geografia Econômica. Em geral, tais estudos partiam do pressuposto que existia uma necessidade de troca e de transferência de bens, decorrentes de uma distribuição desigual de produtos e recursos. Hettner (2015, p.156) afirmava que: “para a Ciência Econômica Geográfica estão no cerne do interesse os fenômenos e produtos econômicos, e ela questiona por sua distribuição geográfica; a Geografia Econômica tem a ver com a vida econômica das regiões (Länder) e localidades”. O cerne do interesse nos estudos e análises econômicos-espaciais permanece atual, mas cabe destacar que as técnicas que facilitam a distribuição de produtos e serviços, um intenso processo de integração entre regiões distintas, a partir do processo de globalização, bem como mudanças nos padrões culturais a partir da intensificação dos sistemas de comunicação e marketing fazem com que surjam novos desafios e novas leituras espaciais que merecem ser observadas e refletidas com atenção.

A maioria dos estudos mais recentes sobre a Geografia do Comércio retiraram seu foco das análises sobre as trocas entre regiões e passaram a se concentrar em outros tipos de apreciações, tais como as estruturas e processos subjacentes à distribuição, ou sobre as práticas de consumo, atreladas a distribuição desigual da renda.

Nos últimos decênios, a intensificação do processo de globalização com o surgimento de novas técnicas e novos paradigmas acabam por moldar novas formas de organização no espaço geográfico. A ciência geográfica, conseqüentemente, busca uma atualização frequente dos seus conceitos que possam servir para compreender essas intensas transformações.

Na compreensão de Moreira (2006), o processo de globalização tem unificado o mercado e os valores, suprimido identidades culturais e rearranjando os espaços sob um modo padrão de uniformidade. Em contraposição, Haesbaert (2002) afirma que, apesar da propalada globalização homogeneizadora, o que vem acontecendo na prática é uma reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades. Esse autor também afirma que, por mais que os processos sociais manifestem tendência de privilegiar as escalas global e local, análises de fenômenos que se dão em escalas intermediárias ou meso-escalas continuarão sempre imprescindíveis.

Ao discutir o conceito de Região, imbuída nas tradições geográficas, Corrêa (1997) também faz apontamentos dissonantes daqueles levantados por Moreira (2006), destacando que os três conceitos de região que emergem na Geografia após a década de 1970 têm por característica em comum a fundamentação na persistência da diferenciação de áreas, portanto, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo. Para vários autores que discutem a região nesse período de intensificação da globalização, as regiões, ao contrário do que alguns estudiosos propagam, não estão desaparecendo, mas é evidente que passam por um processo de transformação.

Corrêa (1997) ainda afirma que a economia mundial e a globalização econômica não geraram a homogeneização global, mas elas têm tido o poder de ratificar e retificar as diferenças espaciais que já existiam. Ou seja, elas têm o poder de criar, desfazer e refazer unidades regionais nas mais diferentes partes do mundo.

Salientando que essas regiões preexistentes, refeitas ou recém-criadas, tornaram-se articuladas e deram origem a uma economia mundial marcada por uma configuração espacial que se torna cada vez mais complexa, constituídas de regiões de várias dimensões, formas e conteúdos (CORRÊA,1997).

Para elucidar essas articulações, Côrrea (1997, p. 190) faz os seguintes apontamentos:

A fragmentação articulada que caracteriza a globalização é mais complexa, implicando na afirmação de múltiplos mosaicos que se acham irregularmente superpostos. E organizados espacialmente de tal modo que, dependendo do ângulo de nossa análise, privilegiamos apenas um dos múltiplos mosaicos superpostos. Isto é possível porque as diferenças espaciais podem ser descritas pela figura de um complexo caleidoscópio que já estava se formando a partir da segunda metade do século XIX.

Podemos, então, compreender que a análise espacial pode ser discutida, sob a luz dessas superposições ou dissecando-se um determinado tema de interesse. Mas é importante compreender a existência de articulações que vão abranger todo o contexto regional.

Torna-se importante que as relações entre redes e escalas sejam um dos focos desse debate para compreender a dinâmica de fluxos no espaço mundial na contemporaneidade. No entendimento de Hasbaert (2002), mesmo que o pesquisador opte por focar em um determinado recorte escalar, os demais não podem ser excluídos tendo em vista que existem constantes e diversos entrelaçamentos entre as redes locais, regionais, nacionais e mundiais. É a partir dessa análise mais abrangente que se pode conseguir uma leitura mais precisa dos territórios.

É apropriado afirmar que as formas comerciais e de consumo interagem com as demais formas do processo de reprodução do espaço geográfico, e, por essa razão, é conveniente que tenha evidência como elemento para o estudo do espaço geográfico.

As intensas articulações entre as regiões através das redes fazem com que os fluxos se massifiquem, fiquem mais densos e multidirecionados. Os estudos geográficos que focam no comércio e consumo podem auxiliar no processo de compreensão desses movimentos de reprodução do espaço geográfico. Para isso, torna-se necessário não ficar preso a fatores estritamente econômicos, mas focar também em aspectos locacionais e sociais que contribuam para uma análise sistêmica.

2.2 Uma breve discussão sobre as perspectivas teórico-conceituais da análise urbano-regional

Buscamos pautar uma breve discussão sobre as perspectivas teórico-conceituais da análise regional, tendo em vista que o entendimento da região como processo geográfico requer uma análise acurada desse conceito, sobretudo no contexto de ressignificações e mudanças conjunturais estimuladas pelas políticas de sustentação de renda¹ nos processos de reorganização urbano-regional na área em estudo.

São vários os significados atribuídos à palavra região. Gomes (1995) afirma que o significado da palavra região remete-se originalmente ao latim. Nos tempos do império romano, região designava áreas que, embora tivessem uma administração local, estavam ligadas ou subordinadas a determinadas regras gerais, cuja validade se estendia sobre uma vasta área com características sociais, culturais e espaciais diversas.

Gomes (1995), expondo um breve histórico sobre o conceito de região, apresenta três grandes conclusões sobre o conceito: em primeiro lugar, que ele permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e da diversidade espacial; também ponderou que o debate sobre a região permitiu a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, bem como aquelas que estão associadas às noções de autonomia, soberania, direitos, etc. Finalmente,

¹ Em épocas de estiagens prolongadas no semiárido nordestino a renda da parcela mais pobre da população ficava extremamente comprometida em virtude da quebra-de-safra e dizimação do rebanho animal. Essas secas se transformavam em crise social, tendo em vista o esfacelamento da renda local. As políticas aqui discutidas têm proporcionado uma sustentação da renda regional do semiárido nordestino mesmo nesses períodos de intempéries prolongadas que são característicos da área. Essa sustentação da renda faz com que as populações locais sejam mais resilientes as condições adversas estimuladas por esses eventos climáticos extremos. Portanto, essa conjuntura nos estimulou a criação do termo: "Políticas de Sustentação de Renda".

o autor nos mostra que foi na Geografia que as discussões sobre a região atingiram maior importância, tendo em vista ser um conceito-chave desta ciência.

Ao observar as interpretações do senso comum, percebemos que a região é associada a referência de extensão e localização, no sentido de se delimitar um fato ou fenômeno que se aplica a uma determinada área que se distingue de outras pela diversidade de características nela presentes. Também é frequente a sua utilização com a finalidade de designar unidades políticas administrativas que têm seus territórios definidos pela atribuição de competências, limites e autonomia de tais unidades.

Na ciência geográfica, os estudos de região assumem um sentido um pouco mais complexo, diante da diversidade de considerações que foram suscitadas, a partir de sua utilização nessa ciência. Considerações estas que, de acordo com Malta (2008), se remetem à natureza epistemológica do próprio conhecimento geográfico.

Na ciência geográfica a região, como categoria de análise, teve sua evolução inicial, entre o período de 1920 a 1950, ligada aos estudos clássicos da Geografia. Predominava o entendimento de que as diferenciações de área poderiam ser explicadas pela configuração fisiográfica dos lugares, ou seja, a síntese corográfica regional poderia ser alcançada pela interpretação de aspectos naturais na descrição dos espaços. Por outra via, guiada no possibilismo lablachiano, a região era idealizada ao pensar a conjunção de critérios naturais, sociais e culturais, capazes de expressar a reprodução do trabalho humano, em um determinado lugar. Nesse contexto, a análise regional da geografia clássica focou no estudo das particularidades, das singularidades.

Uma das críticas feitas ao tratamento econômico clássico dado aos estudos regionais é de que eles consideravam as atividades econômicas como se elas estivessem descoladas do mundo real ou fossem estáticas, minimizando, dessa forma, a importância atribuída às relações sociais na produção do espaço regional (RICHARDSON, 1969).

A ciência geográfica, assim como as demais ciências, está em constante processo de transformação. Desde seu surgimento ela vivenciou e vivencia diferentes abordagens conforme suas diversas correntes. Nesse sentido, a Geografia Pragmática, também conhecida como Geografia Quantitativa ou Nova Geografia, estimulou e promoveu grandes modificações na abordagem metodológica da Geografia e na compreensão do conceito de região.

As ideias da difusão geográfica, apresentadas por Ratzel, décadas atrás, exerceram grande influência na chamada Geografia Pragmática, ou da análise espacial, com o ordenado estudo das centralidades nas chamadas paisagens avançadas ou nas paisagens em desenvolvimento.

A Geografia pragmática, de orientação neopositivista, dirigiu seus processos de análise para classificação de áreas. A adoção de critérios estatísticos e de análise documental, em estudos de gabinete, foi largamente empregada com o intuito de suscitar padrões e tipologias espaciais. Sobre esse período, Lencioni (2003, p.140) entende que “Não era mais a Geografia Regional que unificava a Geografia Humana e Geografia Física, agora eram as leis espaciais, os modelos e os sistemas”.

Um dos grandes temas deste período foi o da difusão das inovações. Esta abordagem, propiciou oportunas ferramentas para o planejamento territorial e econômico voltado às tarefas da modernização e da mudança cultural no Espaço Geográfico no contexto da Guerra Fria. Vale ressaltar que a inovação continua a ser uma ideia veementemente cultuada nos ambientes de produção, negócios, burocracia, ciência, tecnologia, comércio e consumo (BARROS, 2020).

Diante desse contexto, os pressupostos da Geografia Quantitativa voltavam-se para o planejamento e para ação estatal sobre a organização do espaço regional, assumindo claramente uma postura ideológica, em resposta às demandas capitalistas em suas diversas escalas de ação.

No contexto pós-segunda guerra mundial, por exemplo, passada a turbulência, a instabilidade e crises do período entre guerras, a questão do desenvolvimento econômico tornou-se tema central na agenda dos governos e das instituições de coordenação econômica e política do mundo ocidental. Esse foi um período de grande profusão de experiências que utilizavam como fundamento e base teórica os estudos sobre localização e desenvolvimento regional pautados nas teorias clássicas da localização das atividades econômicas de origem alemã – Christaller, Von Thunen, Losch, por exemplo - e nos modelos teóricos neo-clássicos desenvolvidos pela “Regional Science”, nos Estados Unidos da América.

Bradford & Kent (1987) compreendiam que estas iniciativas procuravam encontrar lei, “ordem na informação caótica”, regularidades nas relações espaciais, e para atingir esses objetivos buscavam utilizar hipóteses e superfícies teóricas (hipotéticas, simplificadas) para conduzir às simulações em busca da descoberta de leis ou tendências espaciais (BRADFORD & KENT, 1987, p. 67).

O foco principal dessas pesquisas era construir uma teoria da localização abrangente e que pudesse compreender alguns elementos essenciais do ponto de vista econômico, tais como os dos custos de transportes, das disponibilidades de matérias primas, e das dimensões dos mercados e das economias de aglomeração (ISARD, 1956).

Os críticos desses métodos de pesquisa argumentavam que uma ordem espacial, como a proposta por Christaller, nunca se verificava de fato na realidade. Já os neopositivistas opunham essas afirmações alegando que um modelo teórico tinha um valor por si mesmo.

Concomitantemente, esses estudos buscavam aprofundar análises inerentes ao crescimento regional, conceitos de multiplicador de renda e emprego, buscando estabelecer modelos de planejamento e de políticas regionais (Friedman e Alonso, 1969).

Em um dos estudos realizados com o apoio do IBGE, e coordenado por um dos maiores entusiastas das análises quantitativas aplicadas a Geografia aqui no Brasil, Faissol (1975) afirmou que as cidades detêm uma estrutura e mantêm relações com outras cidades e com populações em torno das mesmas, formando um sistema; Nesse sistema, está vinculado, em primeira instância, a própria cidade, tendo em vista que em seu interior, partes da cidade interagem com outras de numerosas maneiras; mas também é evidente que as cidades entre si e a economia espacial que elas organizam, articulam e dinamizam. No ponto de vista do autor, a Urbanização e Regionalização são temas e conceitos associados, ao mesmo tempo que os dois são proximamente relacionados ao processo de desenvolvimento econômico.

No Brasil, também foram realizados importantes trabalhos pelos geógrafos nas análises da economia regional brasileira, ora sob a ótica regional idiográfica ora na perspectiva urbana ou econômica da análise espacial. O IBGE foi o grande ator. Na primeira perspectiva destaca-se a regionalização elaborada por Guimarães (1941) e adotada oficialmente pelo Governo, que dividiu o país em cinco macro-regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste) e os seus subsequentes detalhamentos. Esses estudos ainda são utilizadas como base para algumas das análises econômicas regionais. Na segunda perspectiva, a da análise espacial, o resultado é a sequencial atualização dos estudos sobre a rede de cidades e as hierarquias urbanas no país, análise iniciada em 1969.

É durante esse período, no Brasil, que os espaços econômicos ganham significações pelas diferenciações percebidas nos espaços das redes hierarquizadas. O tratamento interpretativo dado ao regional, nessa lógica, tinha por base que a região se estruturava por critérios fixos e de regiões funcionais que se estruturavam através de relações econômicas, as quais atribuem à cidade um papel de grande relevância na elaboração do conceito de região (CORRÊA, 1997). É através desse contexto que a cidade passa a ser entendida enquanto centro econômico sob o qual é estruturada toda uma rede de relações hierárquicas que a concebe como polo; enquanto que as zonas a ela interligadas, mas situadas em uma condição econômica hierarquicamente inferior são avaliadas como áreas polarizadas.

Posteriormente, avolumaram-se as críticas a esses estudos, especialmente pelo entendimento de que havia a falta de uma crítica social e de um estabelecimento do contexto histórico no processo formador das diferentes áreas do espaço e que conseqüentemente refletem na organização das regiões.

Daí o surgimento da chamada Geografia Crítica, de cunho marxista, que passou a considerar a região a partir de um cunho crítico das desigualdades e contradições promovidas pelo capitalismo. Uma parte das pesquisas dessa corrente do pensamento fundamenta-se na dialética enquanto processo de compreensão do real e para revelar as contradições sociais na produção do espaço geográfico.

Durante a fase hegemônica dessa corrente de pensamento na Geografia brasileira, Gomes (1995) expõe que qualquer outro tipo de regionalização que não levasse em conta os aspectos fundamentais da crítica passava a ser entendido como um produto ideológico com intuito de esconder as contradições das classes sociais e sua luta pelo espaço. O autor ainda afirma que as novas regionalizações passavam, então, a se estabelecerem com foco em analisar os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais e o desenvolvimento espacial desigual, por exemplo.

O conceito de região também recebeu influência da Geografia Humanística, que não concordava com a ausência da compreensão humana nas análises geográficas e pautou mudanças de abordagem em um contexto de renovação (LENCIONI, 2003). Assim, a Geografia Humanística, influenciada por uma abordagem fenomenológica, reelaborara o conceito de região, que passa a ser entendida como uma área lastreada na compreensão e na vivência, ou seja, a região enquanto espaço percebido.

Pode-se perceber que os debates e discussões sobre o conceito de região são bastante antigos na esfera da Ciência Geográfica. Os diversos entendimentos, bem como a importância dada ao conceito, ganhavam ou perdiam importância de acordo com determinadas conjunturas históricas.

Temos convencimento que a possibilidade da identificação de princípios gerais no ordenamento espacial não acarreta em uma rejeição do entendimento do papel das singularidades nos arranjos das formas no espaço geográfico.

Acreditamos que estamos diante de um momento em que o conceito de região ganha relevância no debate geográfico, por influência da globalização que tem transformado a organização espacial em nível mundial. A região, portanto, tem executado uma ação catalizadora em determinadas relações espaciais e faz com que os geógrafos busquem novas alternativas e possibilidades de consideração e aplicação desse conceito.

2.3 Análise econômica dos processos urbano-regionais

O desenvolvimento urbano e regional é um tema constante nos debates acadêmicos e políticos brasileiros há algumas décadas. Esse interesse é despertado quando nosso país vivenciou um intenso crescimento das cidades, especialmente na segunda metade do século XX, em virtude de fortes correntes migratórias direcionadas para elas. Os problemas que surgem - ou se agravam - a partir desse processo de urbanização, passam a pautar a vida dos cidadãos e a ocupar as páginas da literatura de natureza social. Desequilíbrios regionais advindos de um processo de concentração de riquezas em determinadas regiões do país também contribuíam para que discussões sobre essa temática gerassem intensos focos de interesse.

Como já debatido nesse trabalho, acreditamos que os processos de urbanização e regionalização estão proximamente relacionados, especialmente no que se refere aos processos de desenvolvimento econômico. Fundamentado nesse entendimento, Berry (1975) evidenciava a necessidade do uso de modelos simbólicos para os estudos que visem a caracterização de sistemas espaciais, sob os quais se possam entender os fenômenos urbano-regionais. Na compreensão do autor, esses modelos devem ser o resultado da ação conjunta de generalizações indutivas e das elaborações lógico-abstratas. Ele ainda afirma que esses modelos simbólicos seriam mais apropriados para os estudos urbano-regionais, tendo em vista que podem ofertar representações idealizadas e verificadas a partir de processos de hierarquização de cidades como sistema espacial.

A literatura nos mostra que vários modelos simbólicos foram criados e aperfeiçoados com vista a compreender os fenômenos urbano-regionais. No que se refere às generalizações indutivas, podemos citar como exemplo a relação tamanho hierarquia aplicada a um determinado conjunto de cidades; ou a relação inverso-distância para as densidades demográficas dentro de uma cidade. É importante destacar que se tratam de generalizações teóricas ou idealizadas, não sendo realidades empíricas, embora suas formulações se baseiem em constatações fundamentadas no real.

Um dos primeiros modelos para estudo da hierarquia urbano-regional foi a teoria das localidades centrais, formulada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, e que possui caráter estritamente dedutivo, com vista a compreensão de determinadas regularidades espaciais que ajudassem a explicar o tamanho, o número e a distribuição de cidade, por meio de uma análise que considere um agregado de cidades, cujas variações interagem em um processo que apresenta determinadas regularidades compreensíveis em seu conjunto (BERRY, 1975).

Essa teoria parte de uma conceituação clássica de que todas as atividades estão localizadas em uma superfície indiferenciada e plana, na qual os custos de transporte são constantes para qualquer direção. Também seria homogênea a distribuição da população rural, as preferências, matérias-primas, conhecimentos técnicos e demais fatores locais clássicos. É possível constatar que as variáveis levam a uma elaboração dedutiva de atividades ligadas, especialmente, ao setor de serviços, focando nas possibilidades de deslocamento, uso de transportes, de uma população dentro de um sistema espacial de cidades.

Algumas ressalvas foram impostas a essa teoria: Fujita; Krugman; Venables (2002) apontam que se torna mais adequado entendê-la apenas como um esquema descritivo do que enquanto um conjunto de enunciados que buscam a compreensão da estrutura de um sistema econômico espacial, tendo em vista que seus pressupostos não consideram vários processos que fundamentam uma hierarquização dentro de um sistema de cidades.

A Teoria das Localidades Centrais trouxe conceitos de grande valia para a compreensão da rede urbana. Ela contribuiu para um aprofundamento das análises espaciais referentes a atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa residente em regiões complementares, além dos conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, que tem relação com o tipo de bem ou serviço oferecido, demonstrando que os de uso frequente são oferecidos a uma população próxima com um mercado mínimo e alcance espacial reduzido, e os de uso mais raro tem um mercado e alcance espacial maior, tendendo a ser encontrado nos centros de nível hierárquico mais elevado (CORRÊA, 1994a).

É importante que os estudos urbanos e regionais na atualidade percebam que tem havido significativas transformações e um aumento das atividades comerciais e de serviços, em virtude das alterações no consumo que se manifestam em toda sociedade e, por isso, torna-se importante a atualização de certas premissas que o tempo tem se encarregado de torná-las ultrapassadas.

A teoria das localidades centrais estava apoiada em razões que fizeram dela a “teoria do comércio e instituições urbanas (BERRY, 1975, p. 33). Do comércio de varejo, para ser mais preciso. Cabe fazer uma menção de que existem vários estudos, pautados em lógicas semelhantes que tentaram se aprofundar em compreender os efeitos da industrialização e do comércio – inclusive de atacado – na organização da economia urbana, mas poucos são aqueles que focam nos efeitos gerados e potencializados pelos programas de sustentação de renda.

A circulação fomentada pelo processo industrial e pela dinâmica de pessoas e de capital tem seus efeitos sobre a hierarquia e a diferenciação entre as cidades. Arroyo (2006, p.76) afirma que no processo de urbanização existe uma tendência “crescente à diferenciação e à especialização, acompanhada de uma maior divisão interurbana do trabalho, e atrelada

diretamente às possibilidades de articulação que a dinâmica da circulação promove”. Isso nos leva a crer que a hierarquia urbana expressa o desenvolvimento desigual do espaço. Essa desigualdade não se manifesta apenas entre os centros locais e regionais, mas também entre centros de igual nível na hierarquia urbana a depender do contexto regional em que estão inseridos.

Atualmente, as análises referentes à hierarquia urbana buscam considerar que a internacionalização da economia tem ocasionado significativas transformações nas relações entre as cidades e regiões, refletindo na hierarquia urbana. É cada vez mais comum o cenário em que o melhoramento nos meios de comunicação e transporte facilitem a circulação dos fluxos e estimulem que as cidades menores reduzam sua dependência da cidade polo mais próxima e passe a manter relações, cada dia mais frequentes com outras urbes mais distantes. Este é um aspecto central na reestruturação espacial e urbana contemporânea.

Contudo, isso não significa que a hierarquia urbana desapareceu, que as relações entre os centros na rede urbana podem ser hierárquicas ou não. Em outras palavras, passa a existir uma coexistência entre relações hierárquicas e não-hierárquicas, que se imbricam no espaço geográfico. Em síntese, podemos afirmar que as transformações na economia trazem implicações para organização espacial, nas formas e funções, redefinindo os papéis das cidades, podendo até levar a criação de novos centros urbanos.

Sem hesitação, nós destacamos a importância dos trabalhos que se pautaram na análise da hierarquia funcional urbana, fundamentados e aprofundados a partir dos estudos de Christaller.

Entendemos como fundamental que se considere as contribuições de Milton Santos (1979), com o clássico “O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, que ao revisitar a teoria das localidades centrais, recomenda o desdobramento da economia dos países subdesenvolvidos em dois circuitos econômicos: o superior e inferior. Nessa análise, a hierarquia das redes de localidades centrais incorpora uma dimensão socioespacial, em virtude da maneira como ela se articula, refletindo as desigualdades sociais nesses espaços.

Uma contribuição marcante dessa obra foi o entendimento da necessidade de superar a compreensão das cidades dos países subdesenvolvidos como um bloco de comércio indiferenciado. Parte-se, então, para um entendimento que tais cidades abrigam, do ponto de vista socioeconômico, dois subsistemas responsáveis pelo processo econômico e também de organização do espaço: O circuito superior e o circuito inferior. O primeiro, tendo origem atrelada a modernização tecnológica e representado por organizações de natureza monopólica,

sobretudo multinacionais, dispendo de um alto grau de influência na macroestruturação espacial. Enquanto que o circuito inferior seria constituído por atividades de pequena dimensão, mas dispendo de relações privilegiadas com sua região. Em contraponto, sem capacidade de operar macroestruturações no espaço.

Tratando dos níveis de influência de cada circuito, verificou-se que em cidades menores (caso da nossa área de estudo) a influência do circuito inferior ampliava-se frente ao superior. Para que haja uma compreensão concreta da economia urbana, tomados em sua própria estruturação, prescinde de uma abordagem integradora entre esses subsistemas, evidenciando suas relações mútuas.

Em contexto atual, a dialética entre os subsistemas urbanos torna-se mais complexa e de difícil mensuração. Vemos um aprofundamento da interdependência dos lugares (proporcionado pela evolução nos sistemas de comunicação e transporte), uma disseminação de tecnologia cada vez mais presente no circuito inferior e uma expansão do crédito e do acesso ao consumo entre as camadas mais pobres da sociedade, dentre outras questões que nos levam a refletir sobre os métodos de aplicação desta teoria na atualidade sem, com isso, questionar sua validade ou deixar de destacar sua importância.

Ainda no âmbito dos estudos urbano-regionais, várias análises também foram feitas com foco orientado para o crescimento das economias e dos espaços urbanos a partir de motrizes industriais. Um exemplo clássico é o conceito de polo de crescimento, originalmente concebido por Perroux (1975, p. 100), cuja formulação refere-se a um conjunto de proposições nas quais é colocado em evidência o fato de que o crescimento apresenta grau variável de valor “com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Em nosso estudo de caso, bem como na maioria dos municípios do interior do Nordeste brasileiro, a industrialização não teve uma relevante atuação direta para seu surgimento ou crescimento populacional.

Vale registrar a perspectiva apresentada por Paquot (1992), na introdução do livro *Villes & Civilisation urbaine: XVIIIe - XXe siècle*, trata-se de uma coletânea de artigos e ensaios de diversas fontes e autores, reunidos por Roncayolo e Paquot no qual, em dado momento, o autor trata da urbanização no “terceiro mundo”, caracterizando-o como economias não industriais. Para o autor, a urbanização nesses locais não resulta da industrialização, mas de uma explosão demográfica. Essa urbanização se autoproduz demograficamente e estimularia o (a) surgimento/expansão de pequenos serviços urbanos que se agrupariam sob o termo vago de setor informal.

Paquot (1992), nesse trabalho, reconheceu a existência de processos de urbanização não associados a processos industriais. Porém, é preciso registrar que as nuances da urbanização

são diversas e esse processo não foi homogêneo nem aconteceu por única razão, seja nos países desenvolvidos ou nos subdesenvolvidos. Quando nos aprofundamos sobre análises que buscam compreender o crescimento das cidades brasileiras, por exemplo, vemos outras causas que não estão diretamente relacionadas a um processo de explosão demográfica. Mas concordamos que os processos de urbanização não se articularam necessariamente a um ímpeto industrial, conforme afirmou aquele autor.

Outra teoria clássica que se aproxima da conjuntura em análise nessa pesquisa é a teoria da base econômica. Na Economia, quando se busca estudar uma região, um dos mais complexos problemas é compreender suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com o exterior. Souza (1980) afirma que a teoria que explica essas relações de forma mais simples é a da base econômica regional. A formulação desse conceito busca estudar e avaliar os impactos dos fluxos de mercadorias e de serviços entre uma determinada região e o resto do mundo (SOUZA, 1980).

De acordo com Richardson (1969), o sustentáculo da teoria da base econômica regional é a ideia de que o principal fator determinante no nível geral de atividade de uma região está relacionado a uma demanda externa à região.

A teoria da base econômica classifica as atividades de uma região em dois tipos: atividades básicas, que se referem àquelas voltadas a um mercado externo, ou seja, destinadas a exportação e que independem do nível da renda interna; o outro tipo é o das atividades não básicas, que estão relacionadas à produção de bens e serviços voltados ao mercado de consumo interno, ou seja, correspondem aos produtos regionais consumidos pela população residente, dentre essas atividades, podemos destacar o pequeno comércio e os serviços básicos que respondem as necessidades elementares de consumo da população local. (SOUZA, 1980).

Em outras palavras, a teoria da base econômica julga que as atividades da base, que se voltam para além das fronteiras da região, desempenham uma atribuição significativa no desenvolvimento de um município ou região. Assim, o entendimento destacado dessa teoria é o de que o aumento da produção das atividades voltadas à base exerceria um efeito multiplicador sobre as atividades não básicas.

Porém, são necessárias algumas observações na leitura dessa teoria. Richardson (1969, p. 246) destaca o fato de ela ser “excessivamente simplificada” e que desqualifica os setores locais (não básicos) ao tratá-los como elementos passivos na evolução da renda regional.

Questiona-se ainda se a recíproca também não deveria ser observada, ou seja, que as atividades locais (não básicas) também possibilitam o crescimento das atividades exportadoras, pois como se pode observar, é necessário para o desenvolvimento das atividades de exportação

dispor de serviços elementares oferecidos dentro da região, além de uma infraestrutura eficiente no que se refere a transporte e comunicação que garantam uma maior eficiência logística.

Mesmo com essas ressalvas sobre o aporte conceitual da teoria da base econômica regional, há de destacar seu valor como instrumento de planejamento e análise e suas significativas contribuições para os estudos sobre Economia Regional.

Pode-se, portanto, constatar a importância de pautar um debate sobre as teorias espaciais enquanto suporte para perceber como os fatores que intervêm diretamente na produção de espaços urbano-regionais têm influenciado mudanças rápidas e significativas no âmago das relações sociais.

Azevedo (2008) afirma que o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista promove a massificação do consumo, pelo processo de integração de uma parcela da população que pode ter acesso à produção de bens e serviços, na escala requerida pelo sistema capitalista. Acreditamos que, em virtude do alto número de famílias que tiveram a renda potencializada nas últimas décadas através de diferentes programas que garantem a sustentação de renda, algumas diferenciações socioespaciais podem ter sofrido alterações significativas.

2.4 A dinâmica regional e os fluxos

No atual contexto que estamos vivendo, de aprofundamento de uma economia mundial e intensificação do processo de globalização, os fluxos não estão mais sistemática e monoteticamente organizados de forma hierárquica, ou em um único padrão de rede que uniformemente recobre a superfície terrestre (CORRÊA,1997). Há algumas décadas os fluxos têm se tornado mais densos, variados e ampliados no que diz respeito a sua área de direcionamento. São a cada dia mais amplos os tipos e volumes de redes que recobrem a superfície da terrestre e por tal razão a análise regional torna-se imprescindível para melhor compreensão desse processo.

A intensificação desses fluxos e ampliação das articulações regionais fazem com que os processos de transformações espaciais também se acelerem, tornando as análises regionais fundamentais para compreensão dessa nova realidade. É concebível que ao se acelerarem os processos de fragmentação e articulação do espaço geográfico em virtude da globalização, também se ampliem os ângulos de análise para esse mesmo espaço.

Ortigoza (2009) afirma que a ampliação da divisão espacial do trabalho, a mundialização do comércio, o aprofundamento das trocas de mercadorias e a abstração das

fronteiras entre os Estados, são processos que estão em constituição e que exercem influência direta na sociedade urbana, alterando os fluxos de informações e, conseqüentemente, os hábitos de consumo. Para o autor, esse processo faz com que o espaço urbano vá se tornando fluído, pela pressão da técnica global, e com isso esse espaço passa a, gradualmente, atender à velocidade imposta pelas novas relações sociais de produção.

Percebe-se que as formas comerciais refletem os variados movimentos de transformação da sociedade, pois busca atender e se adaptar às necessidades dela. Na verdade, trata-se de um movimento dialético, de constituição e (re) constituição, não apenas de formas estruturais, mas também de conteúdos sociais. Salgueiro e Cachinho (2009) discutem essa relação e apontam a importância do comércio para as cidades, seja ao atrair clientes e mercadorias ou ao vivificar determinadas áreas e precipitar o declínio de outras. Contudo, destacam que as suas evoluções, do ponto de vista econômico e espacial, acabam por serem influenciadas pelas mudanças da sociedade, a transformação dos valores e estilos de vidas e as metamorfoses da estrutura urbana.

Portanto, a ampliação das articulações regionais, em virtude da globalização, aliada ao movimento dialético que se manifesta entre a sociedade e os espaços urbanos fazem com que seja apropriado analisar as transformações do espaço e na dinâmica urbano-regional a partir das manifestações das formas comerciais.

Compreendemos como fundamental que os estudos relativos ao comércio consumo na geografia problematizem e colaborem na compreensão do processo de produção do espaço geográfico. Para isso, a análise dos fluxos não deve se restringir a um olhar estritamente locacional. Torna-se necessário que se busque uma análise mais sistêmica, que relacione os fatores locais associados a demais aspectos societários que também são muito importantes no processo de (re) produção do espaço geográfico, tais como os processos de produção, distribuição e circulação do capital.

Com o desenvolvimento e aprofundamento das Revoluções Industriais e disseminação do processo de produção em massa, criaram-se ambientes voltados para armazenamento e escoação de grandes volumes de produção. Essa mudança na distribuição de fluxos provoca transformações na organização socioeconômica dos espaços urbanos e rurais em que exercem influência e despertam interesse de investigação de diversos ramos do conhecimento científico (FERNANDES,2000).

Destarte, o capitalismo industrial tornou possível a produção de grandes quantidades de mercadoria e gerou demanda pela ampliação e aceleração dos fluxos. Esse processo também

incentivou uma expansão geográfica dos mercados, bem como uma modernização de economias periféricas e o desenvolvimento de uma sociedade de consumo.

As estruturas comerciais e também os espaços urbanos passaram por significativas transformações, em paralelo com o desenvolvimento da industrialização. As lógicas fordistas e tayloristas não ficaram restritas entre os muros das indústrias. Na verdade, elas passam a fazer parte das espacialidades, da vida social das urbes e contribuíram com a reprodução econômica, ampliando o volume de mercadorias disponibilizadas no mercado.

Associado a essas transformações, pode-se observar que os estudos espaciais do comércio acentuam suas observações sobre as áreas de mercado e os padrões espaciais dos estabelecimentos, tendo por base a Teoria dos Lugares Centrais. Começaram a se tornar comuns pesquisas que focavam nos padrões de distribuição e no aumento do preço do bem em razão da distância percorrida pelo produto.

Hoje, porém, diante das novas condições de acessibilidade e de consumo popularizadas com a globalização, desafiam-se algumas das premissas daquela teoria e torna-se fundamental buscar uma ampliação das linhas de explicação, dando maior importância ao papel dos diversos agentes e das suas estratégias, sejam eles comerciantes, produtores, transportadores ou consumidores (SALGUEIRO E CACHINHO, 2009).

Reestruturações espaciais ocorridas em virtude do processo de globalização se manifestam na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, bem como na articulação entre ambos e entre o centro (CORRÊA, 1999).

Com o aprofundamento e intensificação do processo de globalização ocorreu uma verdadeira revolução no sistema comercial, envolvendo a estrutura da atividade e sua natureza; as escalas de operações comerciais; novos formatos de lojas e novos modelos de gestão; aumento da importância do marketing; alteração das relações entre produtores e distribuidores; novos padrões de localização e organização espacial da oferta e novas práticas de consumo; além de uma mudança de atitude face ao setor (CACHINHO, 2005).

Tais mudanças são concomitantes a um novo período histórico-geográfico, apontado por Santos, caracterizado por grandes avanços técnico-científicos-informacionais. Esse fenômeno conduz a diversas transformações no espaço e nas relações sociais e nos dá novos conteúdos ao espaço geográfico, convergindo para as alterações de mercado.

De acordo com Santos:

[...] o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. (SANTOS E SILVEIRA 2001, p.49).

No atual nível de consolidação do sistema capitalista em escala global, vemos cada vez mais transformações nos processos produtivos, de distribuição e de consumo. Nesse contexto, o setor de comércio e serviços exerce suma importância, participando de uma reestruturação produtiva e tecnológica como também de alterações cada vez mais perceptíveis nos hábitos de consumo.

Houve, por exemplo, uma notória facilitação no deslocamento de pessoas, em virtude da disseminação de transportes coletivos e da popularização dos transportes individuais, além de uma expressiva expansão da malha viária. Sobre essa perspectiva do fluxo dos consumidores, Corrêa (2000) afirma que no mundo atual, há um novo significado na relevância do fator distância, seja esta medida em quilômetros, tempo ou valores de custo. O autor ainda aponta que há uma variação desse significado entre diversas estratificações da sociedade.

Corrêa (1997) reitera que a divisão social e territorial do trabalho influencia a organização espacial da distribuição que se consolida por uma massa predominantemente assalariada e na articulação entre diferentes áreas produtoras. O autor ainda sentencia que essa organização espacial proporciona um processo de articulação e integração entre as cidades, através do setor de serviços, além do comércio atacadista e varejista.

Mesmo quando não se pauta as análises, sob a ótica da homogeneização e na diluição das diferenças espaciais, é evidente que o adensamento da rede urbana contribui para a redefinição dos padrões de diferenciação do espaço, seja por modificar os termos da divisão territorial do trabalho, ou pela contribuição para surgimento de novas articulações funcionais e centralidades. (CORRÊA, 1994a). Diante desse cenário, pode-se observar que a rede urbana passa por um contínuo processo de recomposição, na qual “cada atividade, nova ou transformada, há padrões locacionais específicos que melhor atendem à lógica capitalista” (CÔRREA, 1994a, p.49).

A rede urbana brasileira dispunha de uma pequena diversificação funcional de seus centros até a Segunda Guerra mundial. A partir de então, a industrialização, a modernização do campo e o surgimento de uma estratificação social levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. É sob esse contexto que a divisão territorial do trabalho se

amplia no espaço nacional e contribuiu para a ampliação das articulações inter-regionais através da implantação de modernas redes de comunicação e de transporte.

É necessário sublinhar que entre a produção e o consumo, se estabelece a distribuição, desempenhando um ofício fundamental na organização espacial da sociedade. (CORRÊA, 1997). Passa a ser indispensável que a produção seja posta em movimento, tendo em vista que “não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 1997, p. 275).

Ainda observando o caso brasileiro, pode-se evidenciar que até os anos 1970, as possibilidades de comunicação truncavam a acessibilidade entre as diferentes regiões, dadas as suas limitações. Esse entrave fazia com que a acumulação de capital dependesse da estruturação de esferas intermediárias de acumulação, organizadas segundo parâmetros locais e regionais (SANTOS, 1997).

A atividade comercial, mesmo diferenciando-se regionalmente através do escoamento de produções locais, sempre foi “veículo de contato e de informação sobre o mundo exterior, ao trazer aos mais recônditos cantos do planeta as novidades da produção industrial” (SALGUEIRO, 1996. p. 17).

O tempo de deslocamento entre as cidades reduz de forma significativa e esses espaços passam a ser cada vez mais interligados, facilitando a circulação de mercadorias, integração com outros centros e ampliação da diversidade de produtos vindos de áreas mais longínquas, fazendo com que haja, ao menos em teoria, um menor risco de desabastecimento, tendo em vista que a população das urbes deixa de depender exclusivamente da produção regional. Ao mesmo tempo, essas transformações permitem aos potenciais clientes dos pequenos centros comerciais deslocarem-se para outros centros maiores, podendo ocasionar uma redução no volume de comercialização e uma alteração na dinâmica dos fluxos.

Para essa transformação, foi essencial o desenvolvimento das tecnologias da informação, comunicação e transporte, que possibilitaram comunicação direta, maior integração e unificação entre espaços não contíguos. Sob essa lógica, Santos (1997) afirma que a unicidade das técnicas levou à unificação do espaço e do tempo em termos globais.

Bromley (1980) trata dessa temática nos países subdesenvolvidos, mostrando que o transporte rodoviário contribuiu na redução do problema da distância, conduzindo a uma reestruturação dos sistemas de mercados internos. O autor afirma que, com a facilidade e

redução dos custos de transporte, os consumidores passam a frequentar de forma mais assídua os grandes centros, desprezando os menores. Em decorrência dessa situação, ele observa que os grandes centros aumentam em número e tamanho, enquanto alguns mercados menores são extintos. Em sentido semelhante, George (1971, p. 50) afirma: “A cidade tem um público consumidor diversificado e hierarquizado, que finda por centralizar muito mais os meios e equipamentos de estímulo ao consumo, com vantagem de dispor um mercado mais amplo.

Diniz (2011) aponta que, com o passar do tempo, a estrutura comercial tradicional se vê profundamente alterada em decorrência da expansão do capitalismo, que se apropria e, ao mesmo tempo, condiciona a função e o padrão de localização espacial das atividades comerciais em todas as suas dimensões, de modo a gerar formas espaciais de produção e consumo cada vez mais complexas.

Ainda sobre essa questão, Barros (1990), observa que a procura de um centro pelos consumidores vincula-se a distância percorrida, que condiciona o preço dos transportes, de tal modo que o mais racional é que o consumidor procure a localidade central mais próxima de sua residência que atenda às suas demandas. Tal situação altera-se caso algum centro mais distante ofereça alguma atração significativa, por exemplo: significativa vantagem no preço que compense o gasto extra com transporte ou vantagens relativas à qualidade e à diversidade de produtos.

Melhorias e expansão nas vias de circulação e na difusão de veículos automotores, assim como observado por Corrêa (1997), fazem parte do processo de urbanização e centralização do capital. Tais processos, sob o prisma econômico, resultam em redução dos efeitos da distância-tempo-custo, que segundo o autor, ofuscam os pequenos centros de mercado que não possuem vantagens locacionais ou preços competitivos.

Basta fazer um breve resgate histórico para se perceber a estreita relação entre os meios/vias de transporte que uma localidade dispõe e sua base econômica. Pazera Jr (2003) assevera que a facilidade de comunicação estimula as forças produtivas e o comércio.

Estamos inseridos em um sistema econômico no qual a circulação desempenha um papel cada vez mais significativo, de tal modo que a melhoria das estradas e dos meios de comunicação também conduz à ampliação e disseminação do estoque de capital fixo (SANTOS, 1997). Em outra passagem da mesma obra, Santos (1997) ressalta que as transformações nas vias de transporte e comunicações, na estrutura produtiva, nos hábitos de consumo, nas relações

de trabalho, dentre tantas outras que tem se materializado no Espaço Geográfico exercem efeitos cumulativos e acelerados na economia e no território.

Côrrea (1997) ainda aponta que os fluxos não estão mais sistematizados e monotonicamente, organizados de forma hierárquica, por meio de um único padrão de rede que recubra a superfície terrestre uniformemente. Ainda de acordo com o autor, a partir do século XIX, os fluxos têm se tornado cada vez mais densos, variados e multidirecionais. Acreditamos que essa constatação nos ajuda a entender a atual intensidade de circulação de produtos que não mais se dá na escala local, mas em nível global.

Essa contínua descentralização reflete nas formas comerciais, seja pela multiplicação das novas formas de comércio ou pelos padrões locacionais por ela seguidos. O processo de globalização, inclusive em seu âmbito cultural, colabora na transformação dos fluxos de consumidores que passam a ser determinados por um complexo conjunto de fatores que não mais estão apenas relacionados aos tradicionais fatores locacionais que envolviam distância e custos.

Entendemos que o avanço da ciência e tecnologia, nas últimas décadas, tem acelerado a velocidade das mudanças no tempo e no espaço, reduzindo as distâncias entre os diferentes lugares do mundo. O sistema capitalista sempre objetivou a redução das distâncias entre as áreas de produção e de consumo, circulação e, conseqüentemente, comercialização, a fim de diminuir os custos e aumentar o lucro das empresas.

Em contexto atual, ganha relevância o comércio digital. Mudanças concomitantes a um novo período histórico-geográfico, que é apontado por Santos (1997), caracterizado por grandes avanços técnico-científicos-informacionais, esse fenômeno conduz a diversas transformações no espaço e nas relações sociais e nos dá novos conteúdos ao espaço geográfico e convergindo para as alterações de mercado. Nesse sentido, de acordo com Santos (1997, p.190):

Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. [...] Essa união entre a técnica e a ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. [...] Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimo, cada vez mais sofisticado e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural

Este novo período histórico-geográfico, apontado por Santos, trata-se do espaço geográfico atual, um espaço novo, que é caracterizado por ser um período de grande e

extraordinário progresso técnico-científico, de intenso avanço na cibernética, informática e eletrônica, de grande circulação do capital à escala mundial. Neste novo período, “a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação” (SANTOS, 1993, p.35).

Portanto, a escolha dos consumidores na atualidade não fica restrita aos princípios da proximidade e a hierarquia tradicional. Emergem novos hábitos de consumo, propiciando atualizações nos espaços comerciais.

É válido destacar que a intensificação da interdependência entre os setores primários e secundários (especialmente no que se refere a indústria e agricultura), promovida pela divisão territorial do trabalho, pode ser considerada a origem das trocas, pois faz com que exista um movimento de fluxo mercantil entre as regiões (MOREIRA, 2006). Portanto, essa consequente intensificação da interdependência se materializa na rede de transportes e comunicações que fazem o intermédio entre as áreas originárias e os consumidores.

Acreditamos que o processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho acrescenta cada vez mais conteúdo ao espaço e assim predispõe novas formas de uso e apropriação deste, instituindo novos modelos de relação intra e interregional que obriga os geógrafos a buscar um olhar interescalar em que se aprecie a existência de um movimento multidirecional, do ponto de vista local-regional-global e sob o qual se compreenda o atual período marcado pela ascensão das redes.

2.5 O papel dos pequenos municípios na dinâmica urbano-regional

O processo de urbanização brasileiro é um fenômeno recente e apresenta um crescimento significativo – no número e no tamanho de cidades - a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Moreira Jr (2014), o processo de transição ou mudança na urbanização brasileira pode ser dividido em dois momentos: o primeiro deles é anterior às décadas de 1940-1950, período em que a economia agrário-exportadora explica a reduzida importância das cidades no Brasil, cujos papéis eram, predominantemente, políticos e administrativos. Nesse momento, o país era composto por subespaços organizados por lógicas próprias e quase sempre ditadas para atender aos interesses e as relações voltadas para o exterior. Nessa época a atividade econômica limitava o desenvolvimento de um mercado interno, do artesanato e da indústria, ou seja, atividades básicas para a consolidação da vida urbana. Todo esse contexto

resultava em uma formação de cidades que não se integravam nacionalmente. O segundo momento acontece a partir de 1940/50, quando os nexos econômicos passam a ser mais importantes e comandam a urbanização e a constituição de uma rede urbana nacional. Tais alterações econômicas resultaram em diversas transformações socioespaciais.

As cidades encarnam o elo integrador do terciário, pois é nelas que se materializa, de forma mais proeminente, uma hierarquia de circuitos que relacionam as trocas e os fluxos de produtos advindos do sistema agropastoril e do sistema industrial, de forma a organizar um terciário robusto internamente ao seu espaço, composto por organismos essenciais para a vida em sociedade (MOREIRA, 2006).

Evidentemente, os equipamentos terciários das cidades não dispõem de medidas e importâncias idênticas. Dessa forma se estabelece uma relação de hierarquia e comando, entre as próprias cidades de acordo com o tamanho e importância dos seus espaços terciários. Sobre esse aspecto, Moreira (2006) afirma que a cidade de equipamento superior comanda o campo da sua relação e a área de comando de uma (ou algumas) cidade (s) menor (es), formando-se uma relação de cidade-região forjada na hierarquia urbana. Por essa ótica, diferentes níveis vão se sucedendo até culminar na metrópole nacional e extrapolar para a escala mundial.

Partindo de princípios neoclássicos, um estudo desenvolvido pelo IPEA (2001, p. 22), pôde constatar pelos menos três formas de interação entre cidades numa região: “a relação campo-cidade, a relação cidade-interior e a relação centro-periferia”. A primeira dessas formas pauta o entendimento de que a distância no espaço mercantil de uma área produtora de excedentes agrícolas, é o principal fator de organização do território, representado pela existência de anéis concêntricos, expressando uma lógica econômica fechada. Na segunda forma de interação entre cidade e região é instituído um processo de hierarquização entre cidades, tanto pelas relações tributárias, no âmbito do contexto fiscal, bem como em razão da circulação mercantil, instalada na interação entre cidades, à semelhança do modelo de análise urbano-regional proposto por Christaller. Por fim, a terceira forma preconiza a concepção da produção do espaço a partir de “níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, por diferentes ganhos de produtividade entre distintos locais do espaço”.

O Brasil é um rico laboratório para os estudos urbanos, especialmente aqueles que focam sua atenção para as pequenas cidades, que representam significativa quantidade e expõem grandes diversidades e desafios. Porém, durante um bom tempo esses espaços acabaram negligenciados pelos geógrafos, fato que parece começar a mudar nos últimos anos, tendo em vista que “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...) Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores” (ENDLICH, 2006, p. 31).

No entendimento do senso comum, as pequenas cidades são lugares pacatos e bucólicos, apesar de simbolizar uma imagem corriqueira que se faz destes espaços urbanos, já não mais condiz com a realidade de boa parte dos municípios brasileiros. Hoje esse conjunto de cidades representa espaços muito mais complexos e heterogêneos do que se pode inferir. Os processos migratórios, particularmente na sua face das migrações de retorno, aproximaram o habitante das pequenas cidades interioranas dos padrões e hábitos de consumo e valores dos habitantes das grandes cidades. Há uma importação de problemas metropolitanos para as pequenas cidades do interior.

Souza (2003) afirma que as cidades possuem certa centralidade econômica, mesmo nos casos em que a área de influência delas não extrapole os limites territoriais da unidade político-administrativa local da qual ela é a sede (o município, na conjuntura brasileira). Porém, nossas observações constataam que, via de regra, mesmo as pequenas cidades acabam por polarizar pelo menos uma parte do seu entorno imediato, ou seja, as cidades vizinhas, ou pelo menos uma parte do território municipal pertencentes a essas sedes circunvizinhas. Esse fato contribui para demonstrar a importância do estudo dessas localidades.

Entendemos que a importância da atividade comercial é notória, possuindo um contributo relevante para a economia de um país, de uma região, de uma cidade ou de um pequeno vilarejo. Logicamente, atuando de forma distinta e com níveis diferenciados em cada escala, por múltiplos fatores.

Mas é necessário lembrar que a cidade, assim como afirma George (1983), não é uma realidade geográfica autônoma, segundo ele, a cidade funciona “como um pivô de uma série de relações” que definem “limites locais e regionais que são fronteira onde termina o exercício de suas atividades” (GEORGE, 1983, p.205). O autor valoriza o tratamento das análises espaciais a partir de uma lógica que interliga a cidade e a região, pois acredita que “as redes urbanas são a verdadeira armação de cada região” (GEORGE, 1983, p.206). Vale ressaltar que ao estudar essas redes é fundamental que se mantenha um foco nas relações entre cidade e campo. Esse é um entendimento oposto ao de Moreira, que afirma que, com o desenvolvimento dos meios de transferência, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala de circulação faz com que se priorize a mobilidade das redes e um conseqüente desmonte do recorte da superfície terrestre em regiões.

Milton Santos, (1982), ao abordar as cidades locais, explica que para que exista uma cidade é fundamental que existam necessidades que exijam serem satisfeitas regularmente; também é imprescindível que exista uma criação de atividades regulares para responder essas necessidades. Evidentemente, tais necessidades variam, assim como já abordado nesse trabalho,

em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento socioeconômico da população que habita nesses espaços. Ao pesquisar sobre as características da urbanização em países subdesenvolvidos, Santos (1981, p.15) apontava para o nascimento de diversas pequenas cidades, as quais ele concebia como:

A célula-máter que atende as necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento socioeconômico de seus habitantes.

Fica ressaltado assim a importância desses espaços urbanos, salientando que existem significativas diferenças no que envolve a dinâmica socioeconômica de cada cidade. Vale também observar a influência da economia regional no processo de produção desses espaços.

Côrrea (1994b) destaca que a caracterização de uma cidade, inclusive como pequena, está relacionada à sua inserção em uma determinada área, região ou rede urbana. Isso é justificado em virtude desses núcleos se definirem e se organizarem a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, de modo a definir sua posição e importância no espaço regional ou na rede urbana.

Com relação a essa discussão, entendemos que, mesmo com o espaço estando cada vez mais fluído, os recortes regionais ainda são fundamentais, tendo em vista que compreendemos a região como um conceito espacial socialmente constituído, que envolve e analisa a unidade regional em suas relações com o modo de produção, buscando compreender as dinâmicas sem uma preocupação de delimitar rigidamente um território, e ao mesmo tempo, entendendo uma interdependência locacional entre diferentes espaços.

Investimentos pautados e realizados sob a égide de uma economia global promovem profundas e complexas reestruturações nas redes geográficas, especialmente na rede urbana. A ampliação dos fluxos é um dos vetores fundamentais para essas reestruturações. Corroboramos com a proposição de Santos (1997, p. 230) ao afirmar que “os fluxos internos e os fluxos externos reunidos encontram uma superfície de operação e influência mais extensa que a de cada agente” e que, portanto, é necessário se observar o sistema espacial de qual somos partícipes.

Com a reestruturação desses fluxos, a inserção nas redes urbanas transnacionais não fica dependente do tamanho das cidades e de sua função na hierarquia regional (SASSEN, 1998). Ao superar as hierarquias tradicionais, os fluxos passam a operar através de uma lógica multidirecional.

Por meio da globalização cidades de igual tamanho e função, em nível regional e nacional, podem estar inseridas de forma significativamente distinta no que se refere à lógica do mercado. Sassen (1998) aponta para o advento de um novo tipo de sistema urbano, sob o qual a lógica hierárquica faz com que a ligação entre o lugar e o mercado global é imediata, e as redes urbanas não necessariamente teriam uma contiguidade espacial.

Santos (2013) analisa a globalização conjuntamente à rearticulação da hierarquia do sistema urbano. Ele observa um “curto circuito” da rede de cidades, em outras palavras, ele entende que a conexão imediata entre o lugar da produção e os interesses do capital globalizado faz com que se produza uma complementaridade expandida entre os lugares, que é inovadora por não prescindir de contiguidade espacial.

Esse processo de intensa disseminação de fluxos faz com que passe a existir, por todo planeta, uma rede urbana impactada pelo processo de globalização, na qual cada centro, por mais minúsculo que seja participa de um ou mais circuitos espaciais de produção (CORRÊA, 1999).

De acordo com Brandão (2007), as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – mesmo possuindo uma essência desigual, complexa e que está sujeita a um processo de evolução histórica hierárquica –, submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção na lógica capitalista. No entendimento do autor a hierarquia urbana tem se modificado com significativa velocidade no atual cenário de ampliação e popularização de inovações tecnológicas no ramo de comunicação.

Olhar apenas para as transformações da atualidade do espaço geográfico não é o suficiente para compreender toda a complexidade manifestada por ele. Destarte, é importante observar a força dos processos passados que “especialmente em função de uma certa flexibilidade funcional das cidades, exerce um papel marcante nas redes urbanas no bojo de outros modos de produção, ou de fases distintas do capitalismo” (CÔRREA, 1994, p.71).

Partindo desse entendimento, podemos afirmar que a perspectiva da rede urbana permite articular, em determinado momento histórico, as áreas urbanas às áreas rurais em diferentes recortes espaciais, propondo debates sobre região e lugar, redes e escalas (SANTOS, 1997). Quando direcionamos o foco das análises para o sistema de cidades, podemos observar o processo de produção do espaço sob diferentes prismas, que envolvem as mudanças estruturais que perpassam todo esse sistema, geralmente em escala hierárquica (de cima para baixo), mas também segundo uma perspectiva mais horizontalizada, sob a qual as características do local se sobrepõem e conseguem – em alguns casos - circular os demais níveis hierárquicos.

Ao tratar sobre as profundas transformações econômicas, sociais e políticas constatadas na rede urbana brasileira, Côrrea (2004, p. 75-76) nos apresenta algumas considerações referentes a possíveis caminhos trilhados pelas pequenas cidades:

As transformações verificadas no campo alteram os padrões desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram. [...] i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico [...] ii- Pequenos centros especializados [...] iii – Pequenos centros transformados em reservatório de força de trabalho ou que assim nasceram[...] iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos.

Pretendemos aprofundar essa discussão ao longo dos próximos capítulos, mas acreditamos que as políticas de sustentação de renda têm contribuído para uma mudança na lógica desse último caminho apresentado na citação anterior.

Entendendo-as como pontos importantes na rede urbana, Corrêa (2011) lança apontamentos específicos sobre as pequenas cidades que estão na confluência do rural e do urbano. Nessa visão, elas podem ser entendidas como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades relativas à transformação e circulação de mercadorias, bem como a prestação de serviços. Também existe uma parcela da população que está engajada em atividades agrárias, levando a um “continuum” rural-urbano, no qual não é possível se impor um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, podendo-se falar em habitat rural concentrado.

A ciência geográfica tem como uma de suas inquietações a busca por uma maior compreensão da forma como o espaço é produzido, ocupado e organizado socialmente no transcorrer do tempo e em diversas escalas. Destarte, cabe a Geografia um ofício elementar na busca pelo entendimento da organização espacial da economia e da urbanização, partindo da análise entre sociedade e espaço. No entanto, vários desafios teórico-conceituais e metodológicos dificultam a busca pelo entendimento das realidades urbanas.

Um dos desafios que envolve a reflexão acerca das cidades pequenas é que uma parcela significativa das pesquisas busca estudá-las sem examinar seu entorno. É fundamental que se incorpore a análise da hierarquia urbana a busca por uma compreensão da articulação com o rural (MOREIRA JR, 2014).

Compreendemos a necessidade de se colocar as cidades pequenas no centro do debate, tendo em vista que representam a morada de parcela significativa da população. Também é importante constatar que em numerosos casos de ocorrência dessas pequenas cidades, o entorno rural assume um significado expressivo e bastante modificado. Tal conjuntura impõe que as

pesquisas reflitam acerca da totalidade municipal, analisando tanto as funções econômicas que desempenham quanto os conteúdos sociais que a sustentam.

A caracterização geral que é feita das cidades brasileiras, com população menor que 50 mil habitantes, expõe que elas desempenham papéis reduzidos na rede urbana e apresentam, em sua maioria, estreita relação com o campo onde, via de regra, se encontra a base econômica municipal. Nessas caracterizações é exposta também uma ausência de empregos, infraestruturas, serviços diversos, entre tantas outras necessidades, que aumenta a dependência da população desses pequenos centros em relação aos centros urbanos de maior porte.

Apesar de concordarmos que a base econômica desses pequenos centros está quase sempre associada as áreas rurais, entendemos também que os desafios relativos as carências de infraestrutura e oportunidades de emprego dizem respeito a uma conjuntura mais ampla, que não é realidade exclusiva dessas áreas. Também partimos do entendimento que nos últimos decênios a variedade de serviços ofertados tem sido ampliada nas pequenas cidades.

A cidade e o campo conservam relações indissociáveis, com elevada interdependência. Dessa maneira, o urbano em cidades pequenas, no que se refere aos seus aspectos espacial e demográfico, necessita ser percebido a partir da articulação entre o rural e o urbano. A pequena dimensão dos municípios e sua estreita dependência do mundo rural é um fato reconhecido no processo de urbanização nacional

Corrêa (2011) ao tratar da confluência entre o rural e o urbano nas pequenas cidades, elabora um estudo que discute algumas transformações na sociedade brasileira de meados do século XX para o início do século XXI e os reflexos dessas transformações no espaço das pequenas cidades. O autor aponta que na década de 1950 a pequena cidade brasileira diferia muito de sua congênere cerca de 60 anos depois.

Tais diferenças estão relacionadas a função que desempenhavam enquanto situadas na confluência do urbano e do rural. Corrêa (2011) nos mostra que essa situação se explica em razão do contexto econômico e social do país naquele momento, caracterizado por dois aspectos – que, juntos engendraram um conjunto de efeitos no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural. O espaço brasileiro era menos industrializado e urbanizado, em consequência disso, esse espaço também apresentava um nível bem menor de articulação interna, ou seja, pouca integração entre as diferentes regiões.

Nesse contexto de limitada industrialização, urbanização e articulação interna, as pequenas cidades desempenhavam uma função mais significativa na vida econômica, social e política.

Ao analisar aquele contexto da década de 1950, Corrêa pôde observar que a pequena cidade constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas que envolviam o urbano e o rural. Ela estava situada no começo de uma longa cadeia de comercialização e beneficiamento de produtos do mundo rural. Ao mesmo tempo em que também se encontrava no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades. Alguns produtos industrializados, contudo, eram produzidos localmente, visando o mercado local.

Essa confluência entre o urbano e o rural estava também presente no ritmo da vida da pequena cidade, que detinha profunda dependência do ritmo das atividades agrícolas. O período de colheita farta significava abundância e recursos monetários, período de festas e comemorações. A entressafra, ou as quebras de colheita, por sua vez representavam um período no qual a vida econômica e social caracterizava-se por um declínio sazonal.

Como já temos discutido ao longo desse trabalho, a partir da segunda metade do século XX, se intensifica o processo de integração do espaço brasileiro e mundial. Os níveis de industrialização e urbanização brasileiros se elevam consideravelmente e também ocorre um rápido e intenso desenvolvimento da circulação de mercadorias, pessoas, capital e informação que contribuiu na redução aparente das distâncias e do tempo.

Nesse contexto, os impactos sobre às pequenas cidades foram duplos. Um desses reflexos foi o fato que elas puderam comunicar-se e manter maior integração com centros a longa distância, sem intermediação de centros maiores como as capitais regionais e metrópoles. Por outro lado, o nível de importância de muitas delas reduziu, tendo em vista que elas se tornaram passíveis de serem deixadas à margem por indivíduos que, anteriormente, dada a precariedade das vias terrestres, a utilizavam. Em resumo, a ampliação da facilidade da circulação e dos fluxos atribuiu à pequena cidade – na maioria dos casos - uma importância menor que anteriormente (CORRÊA, 2011).

Quando consideramos o atual período de globalização e de reorganizações espaciais em múltiplas escalas podemos perceber que esses processos resultam na redefinição e refuncionalização dos mais diversos lugares do espaço terrestre. Essas transformações fazem com que a análise das pequenas cidades se torne cada vez mais desafiadora.

Com essa nova lógica dominante em nível global, as conexões e os fluxos não ocorrem, necessariamente, das cidades menores para as maiores, ou vice e versa, dentro de uma região apenas; mas entre um conjunto muito mais amplo de cidades (MOREIRA JR, 2014). Por essa razão, acreditamos que as relações existentes entre a cidade pequena e seu espaço rural e

regional, apesar de ainda serem muito importantes, deixam de ser suficientes para compreender o cenário em que ela se insere.

Côrrea (2011) entende que as pequenas cidades são, antes de mais nada, núcleos dotados da função de sede municipal nos quais o padrão dominante envolve a função político-administrativa. Entendemos que o fato de no Brasil esses pequenos núcleos terem o poder de gestão de um determinado território acaba estimulando a economia desses espaços, tendo em vista que esse poder confere a essas pequenas cidades o acesso a tributos advindos de outras esferas (estadual e federal). Portanto, recebem recursos que são, em boa parte, distribuídos localmente (não é raro que algumas dessas cidades tenham mais empregos formais registrados na administração pública do que em estabelecimentos privados), fomentando atividades produtivas, de prestações de serviço e o comércio.

Para Endlich (2017), os núcleos pequenos refletem a dinâmica demográfica do seu entorno e estão vinculados à economia de mercado, ainda que com uma reduzida divisão territorial do trabalho. O autor ainda se baseia em Berry (1971) para demonstrar que essas características estão vinculadas aos papéis tradicionais que esses pequenos núcleos tiveram como localidades centrais ao longo do tempo.

Vários trabalhos, dentre os quais podemos citar os de (Corrêa, 1999; Deffontaines, 2004; Endlich 2017) encontraram características similares em áreas que a presença desses pequenos núcleos se torna mais comum. Destarte, sobre essas características, podemos mencionar que, via de regra, esses pequenos núcleos estão situados em áreas com estrutura fundiária mais fragmentada, com alta intensidade do uso da força de trabalho, gerando assim uma maior densidade demográfica.

Esse adensamento populacional, bem como o consumo decorrente das relações assalariadas de trabalho, garantiram o dinamismo comercial desses pequenos núcleos em um período em que as vias de transporte e comunicação eram precárias (ENDLICH, 2017).

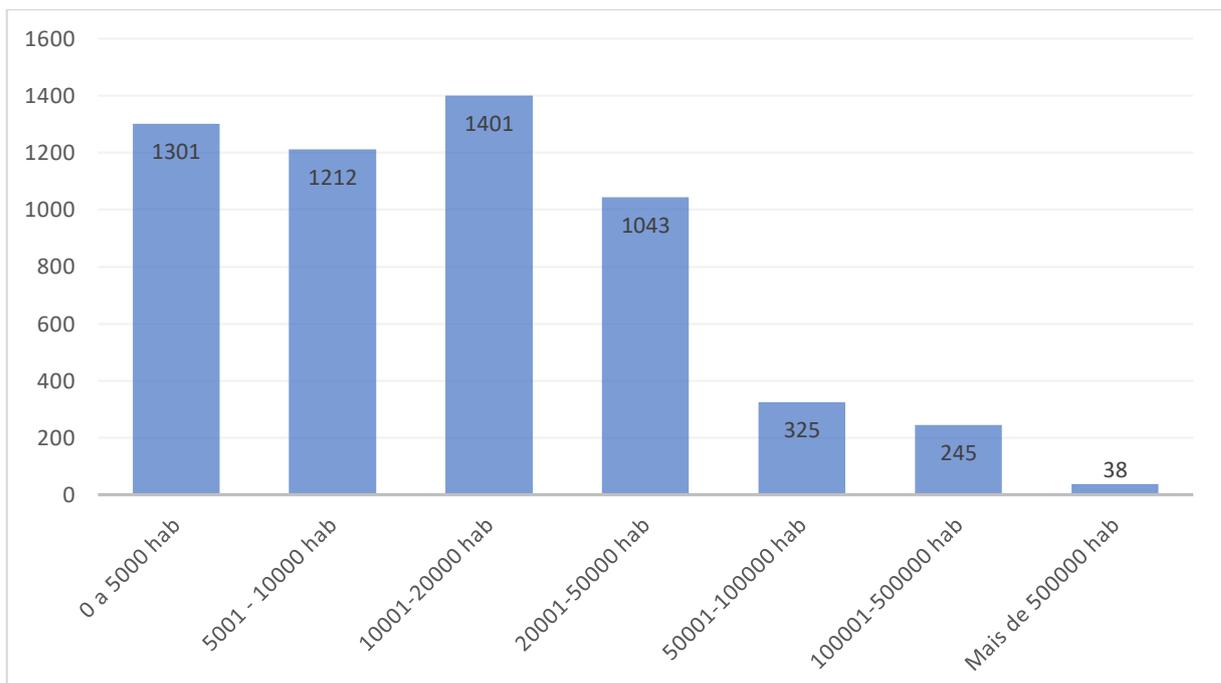
As pequenas cidades podem ser melhor definidas em termos de centralidade do que em termos de tamanho demográfico, tendo em vista os contextos regionais distintos nas quais estão inseridas. No entendimento de Corrêa (2011), elas se caracterizam por ser um centro local, em relação a sua área territorial municipal, na qual se evidencia, via de regra, uma população dispersa dedicada especialmente a atividades agropecuárias. Porém, há que se evidenciar que algumas dessas pequenas cidades possuem em sua hinterlândia algumas cidades, ainda menores, sob as quais exercem significativa influência. De acordo com Endlich (2006, p. 89), “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise”

De todo modo, apesar de uma grande importância do aspecto da centralidade, o aspecto quantitativo sempre é buscado no entendimento sobre a conceituação de pequena cidade, apesar de não haver uma delimitação única sobre os patamares mínimo e máximo do número de habitantes que se adequa a todos os países ou regiões para que um determinado núcleo seja considerado uma cidade pequena. A especulação segue livre.

Ainda assim, alguns estudos buscaram pautar alguns entendimentos referentes a essas delimitações. Para Santos (1989) o patamar máximo para um núcleo possa ser considerado uma cidade pequena é o de 20.000 habitantes. Já Bernardelli (2004) entende que as pequenas cidades são aquelas com menos de trinta mil habitantes. Em sentido semelhante, Corrêa (2011) afirma que as pequenas cidades dificilmente ultrapassam a faixa de 20 ou 30 mil habitantes.

No Brasil, os municípios englobam as cidades no que se refere a configuração e estrutura político-administrativa, tendo em vista que sua aglomeração principal figura como sede, recebendo o status de cidade. Apesar de existirem divergências conceituais entre a cidade e o município, uma análise integrada deles pode servir como norteador para uma melhor compreensão da distribuição espacial brasileira. A figura a seguir, se baseia no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) e nos auxilia a compreender como se estabelece essa distribuição de população por municípios e cidades no território brasileiro.

Figura 1 - Gráfico do número de municípios brasileiros por tamanho da população



Fonte: adaptado do IBGE (2010)

Brasil	2,29	4,48	10,35	16,43	11,70	25,46	29,29
Paraíba	6,21	12,27	21,45	14,49	10,28	16,09	19,21

Fonte: adaptado do IBGE (2010)

Pelos dados apresentados na tabela, consegue se evidenciar que 39,93% da população paraibana residem em municípios com até 20 mil habitantes. Todos esses dados trazem apontamentos significativos referentes a importância dessas localidades, para a sociedade e para a economia do estado. Compreender as dinâmicas de transformações e coexistências desses espaços em um período de intensa e acelerada globalização torna-se fundamental para compreender os problemas e desafios vivenciados pela população que neles habitam.

Sabemos que uma delimitação que utilize apenas de critérios demográficos torna-se arriscada tendo em vista que o nosso país possui dimensões continentais, perpassada por diversas dinâmicas regionais distintas. Sobre esse tema, Geiger (1986, p.7) afirmou que “os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto a conteúdo, dimensões e população” e isso poderia fazer com que qualquer critério muito rígido pudesse resultar em uma generalização indevida, sem respeitar os múltiplos perfis.

Entendemos, portanto, que a análise e entendimento para buscar uma conceituação das pequenas cidades envolve, concomitantemente as abordagens quantitativas, analisando os números demográficos e qualitativos, que buscam compreender as relações e influências na rede urbana e na organização regional. Concordamos com Moreira Júnior (2014) ao afirmar que para refletir teoricamente sobre as pequenas cidades deve-se, além do parâmetro demográfico, considerar os critérios econômicos, funcionais e espaciais. Admitindo que estes são os critérios balizadores para definir uma cidade pequena ante um cenário regional. Existe, portanto, significativa importância em analisar dados socioeconômicos, a organização e composição da população economicamente ativa e dos setores de produção, a função que os centros exercem numa determinada região, a espacialização da população e dos elementos socioeconômicos e os seus aspectos locacionais.

Apesar da grande dificuldade de conceituar as pequenas cidades dentro de um país como o Brasil, que possui características regionais distintas ao longo do seu território, um caminho que parece ser uma boa opção de definição acerca da temática é a que considera pequenas cidades como aquelas que apresentam área de influência apenas na sua municipalidade ou em uma área imediata ao seu entorno municipal, ou seja, sobre outra(s) pequena(s) cidade(s) que

depende(m) dela, em virtude de ofertar uma maior variedade de comércios e serviços que as cidades do seu entorno. Ou seja, um grau um pouco mais alto de especialização.

Ao debater de maneira mais profunda os impactos oriundos do processo de globalização sobre os espaços urbanos, Corrêa (1999) - apesar de destacar que as transformações referentes a esse processo se manifestam de diferentes modos em virtude de suas demandas e contradições - aponta uma tendência para a criação de novos centros e alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros preexistentes.

Adentrando nas possibilidades de refuncionalização dos pequenos centros, Corrêa (1999) destacava duas possibilidades maiores: A primeira referente a uma perda (relativa ou absoluta) da centralidade, acompanhada do desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo. Esse processo seria resultante de alterações na circulação geral e no processo produtivo da hinterlândia da pequena cidade, em virtude da globalização.

O avanço e popularização dos meios de transporte, como já ratificado nesse trabalho, mantém relações diretas com esse processo. Diante do exposto, é fundamental que entendamos que as transformações técnicas e sociais que se pôde perceber no setor de transporte não devem ser analisados de forma isolada. As modificações observadas nas pequenas cidades do Brasil não são realidades distintas e desconexas. Essas mudanças, na verdade, estão interligadas e, por vezes, forçam novas ressignificações no espaço geográfico.

Esse primeiro processo de refuncionalização, mencionado por Corrêa (1999), acontece, então, a partir de uma ampliação do alcance espacial mínimo da população em virtude dos avanços e popularização dos meios de transporte; atingindo a área de outro centro próximo e com maior viabilidade.

Porém, mesmo nesses casos, existe uma tendência de esses pequenos núcleos sobreviverem, mesmo que através de uma ressignificação funcional, tendo em vista que a força de inércia dos núcleos de povoamento é muito intensa (CORRÊA, 1999).

Uma segunda possibilidade de refuncionalização discutido é o de transformação do pequeno núcleo urbano a partir de novas atividades que impliquem em uma especialização produtiva para a área. Esse processo pode ser induzido de outras áreas, ou criado internamente e inserem uma divisão territorial do trabalho mais complexa. Nesses casos, segundo a compreensão de Corrêa, a centralidade do núcleo pode ser ampliada.

Essa análise sobre as refuncionalizações dos pequenos centros está envolta em uma lógica de minimização de efeitos da distância-tempo-custo, que estimula os consumidores a buscar novos espaços para o consumo. Apesar de ser evidente a existência dessa lógica,

compreendemos que a ampliação da renda da população nesses pequenos centros pode atuar como um fator minimizador da perda de centralidade, especialmente para os pequenos centros que não conseguiram realizar uma especialização produtiva.

Entendemos que, com o aumento da renda circulante, e do número de consumidores em potencial, que antes estavam quase excluídos da lógica de consumo em virtude da baixíssima renda, faz com que se amplie também o número de bens e serviços ofertados, o número de estabelecimentos varejistas e de serviços, bem como o nível de especialização de serviços e do varejo local.

Sobre tal entendimento, recorremos a Milton Santos (1979), com o clássico “O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, tendo em vista seu caráter socioeconômico, teve influência direta em diversos estudos sobre o comércio no Brasil e merece destaque por observar uma necessidade metodológica de se atentar para as diferenciações regionais e suas implicações na economia urbana para os países considerados subdesenvolvidos, focando nas especificidades referentes à organização da economia, da sociedade, do espaço e, por conseguinte, da urbanização.

Portanto, essa especificidade que envolve os programas de distribuição de renda disseminados, no Brasil, nas últimas décadas, acaba por aparecer de forma evidente na organização da economia, da sociedade e nos espaços urbanos.

Em síntese, podemos perceber que para fazer indagações e lograr respostas sobre cidades pequenas é necessário um pensamento amplo, que permeie, tanto uma reflexão sobre a cidade e o urbano, quanto sobre os processos mais recentes da economia e da urbanização brasileira.

3 COMPREENDENDO A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA NA DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL DO COMÉRCIO NO NORDESTE BRASILEIRO

Diante do progresso acentuado que o processo de globalização tem vivenciado nas últimas décadas, os estudos urbano-regionais necessitam atualizar seus conteúdos, de modo a garantir que as novas dinâmicas globais sejam analisadas e compreendidas à luz desse cada vez mais fluído Espaço-tempo.

Nesse cenário, acreditamos que os espaços comerciais vivenciam mudanças em decorrência de uma adaptação a esse novo contexto. Novas especializações, formas, funções e organização locacional vão sendo postas. Todas essas tendências trazem consigo múltiplas dialéticas que merecem uma maior atenção da ciência geográfica.

Em um país de dimensões continentais e com contradições socioespaciais presentes ao longo de todo território, como é o caso brasileiro, acreditamos que essas dinâmicas acabam por se expor com um nível mais elevado de adequações a essas situações.

A complexidade dessa análise envolve um olhar que reconheça as articulações existentes entre produção, circulação comércio e consumo, para que em seguida se compreenda os impactos dessas atividades no espaço (ORTIGOZA, 2009).

Na mesma obra, Ortigoza ainda afirma que na transição do século XX para o século XXI observou-se uma reestruturação econômica mundial que apresenta em sua face transformações sociais e técnicas; compressão espaço-tempo e crescente globalização da economia.

Nossa pesquisa busca pautar esse processo que se aprofunda de maneira muito significativa na região Nordeste do Brasil, em razão de vários fenômenos que pudemos observar. Ao aumentarmos a escala, para nos aprofundar na análise desses fenômenos, constatamos que no Cariri Paraibano tem se observado nas últimas décadas uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país, geralmente voltadas ao público urbano, dentre as quais podemos destacar: Previdência Rural, Garantia Safra e o Bolsa família.

Iniciativas desse tipo promoveram uma elevação significativa da renda domiciliar do público beneficiário, incidindo tais efeitos sobre uma população em geral muito pobre, de modo a proporcionar “novos papéis sociais e econômicos” (DELGADO; CARDOSO JR, p.3, 1999) para os beneficiados. Nesse sentido, concordamos com Ruault e Proulhac (2014) ao afirmarem

a importância de transferências de riqueza na construção econômica dos territórios e que esse fenômeno deve ser objeto de atenção dos pesquisadores sociais.

Entender a atual relação entre essas políticas de sustentação de renda e as transformações que vem ocorrendo no nosso espaço-tempo, através de seu reflexo nas formas comerciais dos pequenos núcleos urbanos do Nordeste brasileiro podem nos auxiliar a compreender o âmago desse processo de (re) produção urbana e regional nessa área, de modo que entendemos que tal discussão é um caminho indicado a ser percorrido pela Geografia.

No Cariri Oriental da Paraíba, bem como em regiões rurais de todo o mundo, se pode constatar um fenômeno de diversificação e desconexão entre os modos de subsistência dos pequenos produtores rurais e a execução de atividades agrícolas. Nas últimas décadas do século XX e - com maior ênfase - na primeira década do século XXI, se verifica um aumento da importância da renda advinda de meios que não estão diretamente vinculadas ao exercício de um trabalho ativo vinculado a agricultura. Corroborando esse quadro, Lui e Molina (2013) afirmam que se ampliam o número de trabalhos não-agrícolas em tempo parcial, a prestação de serviços e o número de contemplados por benefícios sociais.

A intensa expansão da economia de mercado tem feito com que produtores rurais de todo o mundo apresentem novas motivações de produção e consumo. Essas mudanças não estão restritas aos produtores agrícolas voltados para o mercado global, elas também abrangem os micro e pequenos produtores que atendem à demanda dos mercados locais ou até mesmo a sua subsistência. Lui e Molina (2013) explicam que essas novas motivações resultam em transformações nas áreas rurais, com reajuste das funções das paisagens e redefinição do modo de vida das populações locais. É nesse cenário que tais regiões vivem um crescente fenômeno de transformações no espaço urbano-regional.

O que tem sido observado no Brasil nas últimas décadas é que os programas de sustentação de renda passaram a ser construídos ou aperfeiçoados e que se constituíram em elementos-chave da promoção da coesão, integração social e desenvolvimento humano.

A diversificação e ampliação das fontes de renda acaba por exercer notória influência no espaço comercial das pequenas cidades do interior do Nordeste. Para podermos compreender esse processo torna-se necessário compreender os mecanismos dessas políticas de sustentação de renda.

3.1 Políticas públicas de sustentação de renda: caminhos trilhados, focos e impactos no contexto geoeconômico brasileiro

A temática das Políticas Públicas tem ganhado destaque em estudos realizados pelas academias brasileiras nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1980. Acreditamos que tal acontecimento possa estar associado às novas formas de gestão do orçamento público e novas pautas sociais estimuladas pela constituição de 1988.

De acordo com Gelinski e Seibel (2008), o conteúdo ou a agenda de uma política pública dependerão, em primeiro lugar, da concepção de Estado, por parte daqueles que elaboram as políticas públicas. A própria definição de política pública não é consensual. Porém, é muito comum que se coloque em evidência o caráter de ação inerente às políticas públicas, sustentando que elas dizem respeito ao Estado em ação.

Segundo Arretche (2001), é necessário compreender que, em todo processo de implementação de programas e políticas, a própria implementação pode modificar a política, tendo em vista que existe uma distância estrutural e inerente ao processo de implementação que abrange desde a concepção, formulação de objetivos e de estratégias até sua execução. A autora ainda explica que entre os objetivos propostos e as estratégias para atingi-los são diversas as escolhas que podem ser tomadas.

Isso demonstra que um mesmo objetivo pode ser atingido através de diferentes modalidades de ação e também pode nos ajudar a compreender a diversidade de fatores que podem ser examinados quando nos prestamos a analisar processos de efetivação de políticas.

Quando analisamos, por exemplo, a história das políticas regionais brasileiras, podemos constatar diversos direcionamentos teóricos, metodológicos e práticos, inclusive com algumas mudanças de sentido. Um estudo do IPEA, apresentado por Portugal (2020) afirma que tais modificações ocorreram de acordo com alterações no próprio caráter e funcionamento do Estado brasileiro, seja por influências internacionais ou nacionais. Também vale ressaltar que as políticas de desenvolvimento regional foram se transformando ao longo do tempo, sem haver uma ruptura abrupta dos planos ou políticas implementadas.

Quando observamos as Políticas Públicas que buscavam a mitigação dos efeitos das secas na região Nordeste do Brasil, durante o século XX, comumente se apresentam vários planos e ações que se foram pautados ao longo do tempo. Ressaltamos a importância das obras hídricas que exploraram a construção de uma infraestrutura hidráulica; o cultivo de plantas e a criação de animais que se adaptassem bem às condições climáticas do semiárido; e o desenvolvimento de estudos e planos de geração de renda e de desenvolvimento regional.

Acreditamos, entretanto, que algumas políticas públicas temáticas, sem uma perspectiva estritamente regional, colaboraram de maneira vigorosa para avanços que a região vivenciou nos últimos anos. Por acreditar que tais políticas merecem ser melhor debatidas, passamos a discuti-las a partir de agora.

3.2 Previdência rural

O sistema previdenciário conhecido no Brasil como Previdência Social Rural (PSR) possui o intuito de promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira originária das áreas rurais e que estava historicamente excluída das conquistas sociais do país. Esse programa de aposentadorias e pensões aos trabalhadores oriundos de atividades rurais tem contribuído de maneira muito significativa em um processo de dinamização da economia familiar rural em todo o Brasil.

Segundo as regras atuais apresentadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), têm direito ao benefício da aposentadoria por idade rural o cidadão que “comprovar o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade rural, além da idade mínima de 60 anos, se homem, ou 55 anos, se mulher” (INSS, 2019, p.1). Além disso, o segurado deve estar exercendo a atividade rural quando fizer ou quando implementar as condições para o recebimento do benefício.

Tardou para que se inaugurasse no Brasil um sistema de assistência social aos idosos do setor rural. Tal feito se inicia a partir da Lei Complementar nº 11, de 1971, e que passa a ser implementada em 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural). O benefício era destinado aos trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, permitido apenas a um membro do casal e tendo meio salário mínimo como teto (Delgado e Cardoso Jr, 1999).

Um alto percentual de informalidade acompanha a atividade econômica rural no Brasil, os trabalhadores eram precariamente atendidos pelo regime do Funrural. No Nordeste, em épocas de calamidade em razão das secas, por exemplo, a situação de precariedade dessa população se agravava ainda mais.

Diante dessas dificuldades, em 1992 é implantado o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural, que já estava previsto na Constituição Brasileira de 1988. Com tal medida é possibilitado o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos (permitindo agora que os conjugues possam receber um benefício cada) à

previdência social, em determinado regime especial, cuja principal característica é garantir a inclusão do setor rural informal.

É nessa época que acontece o grande firmamento da rede de proteção social brasileira, na qual a constituição vem a garantir a ampliação da cobertura de proteção social para segmentos que estavam até então desprotegidos.

Outra mudança significativa trazida em 1992 foi o estabelecimento de um piso para as aposentadorias e pensões em um salário mínimo. A introdução dessa regra para os trabalhadores formais rurais e também para os produtores em regime de economia familiar tiveram, e têm até hoje, um significativo impacto social e econômico em toda região Nordeste. Logicamente, acabaram por elevar consideravelmente a participação da renda previdenciária na região.

Essas mudanças acabam por contribuir em alterações na dinâmica demográfica da população rural. Durante a vigência do modelo anterior de previdência, existia um padrão de famílias numerosas nas áreas rurais. Tal paradigma funcionava como um mecanismo de proteção familiar aos pais idosos, dando-os uma maior segurança de cuidados e assistência ao chegar na melhor idade. Delgado e Cardoso Jr (1999, p.2) nos mostram que essa tradição de família numerosa foi “apoiada pela própria política social dos anos 40 e 50, quando, pela Lei do Abono (Decreto-Lei 3.200, de 1941), concedia-se uma remuneração (abono) equivalente a 100 mil-réis para cada chefe de família, pai de oito filhos, e mais 20 mil-réis por filho excedente (art. 29)”. De acordo com dados do Departamento de População e Indicadores Socioeconômicos do IBGE, a taxa de fecundidade total brasileira, que era de aproximadamente 4 filhos por mulher em 1981, caiu para 1,71 em 2011, valor abaixo da taxa de reposição da população brasileira.

As alterações resultantes da inauguração de um sistema universal de proteção social ao trabalhador rural idoso sem a exigência de contribuição previdenciária formal possibilitam a ampliação da rede de proteção a esse grupo, sendo um dos fatores que possibilitam a mudança do paradigma anterior e a redução do número de filhos por família.

Concomitantemente a esse período o sistema agrário da região semiárida do Nordeste brasileiro entra em crise: o algodão, um dos principais produtos naquele espaço-tempo entra em declínio em razão de diversas dificuldades competitivas, como por exemplo a concorrência das fibras naturais da economia local com as fibras sintéticas introduzidas no mercado mundial e com novas regiões produtoras, além de uma praga que assolou as plantações regionais. A partir de então as unidades de produção familiares passam a dedicar-se quase que de modo exclusivo a prática da agricultura de subsistência em uma região condicionada por difíceis condições climáticas.

É nítido que a previdência rural universal para idosos passa a cumprir uma função de proteção social essencial para a sociedade brasileira. Sobre esse cenário, Araújo (2010) aponta que, durante a década de 1980, quando a produção de algodão se esfacela e arrasta consigo a pecuária, se agrava uma crise na região:

Nos anos 1980, acabou o algodão. E o algodão levou de arrasto a pecuária. Quando terminava a colheita, soltavam o rebanho em cima do algodão, para parte da alimentação do gado. Quando tiravam a pluma do algodão para ir para a indústria têxtil, o caroço era triturado e transformado em ração para o animal. Então havia alimentação a custo zero, importante para a pecuária (ARAÚJO, 2010, p. 25).

Araújo (2010) é enfática ao afirmar que, naquele momento, embora modesta, a produção de algodão era a única fonte de renda de boa parte da população da região. Ela também destaca que as pessoas foram salvas de tal crise em razão das mudanças acontecidas na previdência rural, prevista na Constituinte de 1988.

Uma das primeiras avaliações sobre os reflexos dessa política de sustentação de renda no âmbito da proteção social aos idosos da zona rural é apresentada por Delgado (1997). Dentre os principais pontos levantados na pesquisa, o autor destaca: Uma significativa elevação na taxa de cobertura do sistema; um considerável aumento na participação das mulheres rurais, passando a ter condições mais favoráveis e, por fim, um expressivo aumento da renda domiciliar do público beneficiário.

Todos esses avanços tiveram uma incidência direta sobre uma população, em sua ampla maioria, muito pobre, residente em áreas rurais ou em zonas microurbanas contíguas de pequenos municípios (DELGADO E CARDOSO JR, 1999). Tornava-se, então, necessário analisar mais profundamente o núcleo familiar dos beneficiários para compreender as novas dinâmicas sociais e econômicas aos quais seriam exercidos pelos beneficiados, bem como as modificações na estrutura espacial e urbano-regional resultantes desse processo.

Ao constatar os dados, se torna notório que os benefícios previdenciários são a base da economia de boa parte dos municípios brasileiros e acabam por constituir, em diversos casos, a única renda monetária de famílias pelo Brasil. França (1999), ao tratar do tema, afirma que a previdência social exerce uma influência excepcional na economia de diversos municípios brasileiros, sendo uma das poucas políticas públicas que funcionam efetivamente no país.

Conforme a Lei no 11.718/2008 (BRASIL, 2008), que permanece vigente em 2018, é assegurada a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, desde que obedecidas as seguintes condições: i) por tempo de contribuição – 35 anos para homens e mulheres; e ii) por

idade – 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, reduzindo em cinco anos o limite para ambos os sexos para os trabalhadores que exerçam suas atividades em regime de economia familiar (o que inclui o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal).

Ainda segundo a legislação vigente em 2018, a participação dos trabalhadores rurais na previdência social se dá através da contribuição regular ao INSS ou por meio da seguridade especial, que retira a obrigatoriedade de se ter realizado a contribuição compulsória quando comprovado serem trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada. Nessa última situação, a previdência exige que os trabalhadores comprovem o exercício da atividade por, no mínimo, quinze anos de trabalho.

Uma das principais críticas feitas ao atual regime de previdência rural coloca o déficit previdenciário como alvo central para os desajustes fiscais do governo. Não se pode negar que existe uma disparidade elevada entre os valores arrecadados e o pagamento dos benefícios rurais. Porém, deve-se levar em conta o caráter da seguridade social, que contribuiu para uma evolução nas condições de vida da população e na redução da miséria no país. Cabe destacar que essas conquistas aparentam ter uma maior potência nos pequenos municípios brasileiros, como é o caso de nossa área de estudo.

Silva (2006), ao discutir as relações de poder e gestão do território no semiárido nordestino e de modo mais específico, na região do Cariri Paraibano, afirma que é perceptível a expansão de processos socioterritoriais de grande significado para a região. Para tais processos, torna-se fundamental as transferências governamentais, seja com o Fundo de Participação dos municípios (FPM), com os benefícios previdenciários ou com os programas de transferência de renda do governo federal. Concordamos com o entendimento do autor ao salientar que tais fontes de recursos são fundamentais não apenas para os municípios pouco povoados dessa região, mas também para aqueles dotados de melhores infraestruturas e economia mais diversificada na região, como: Boqueirão, Monteiro, Sumé, Taperoá e Serra Branca. Para corroborar esse raciocínio, trazemos os dados da pesquisa de Maia e Buainain (2015), mostrando que, na região Nordeste, a alta inatividade no domicílio é compensada, pelo menos parcialmente, pelo elevado número médio de aposentados que chega a quase um para cada dois domicílios.

Com relação a dinâmica demográfica das populações rurais, um estudo feito por Maia e Buainain (2015) indica uma tendência de continuidade ao esvaziamento demográfico rural, no Brasil, mesmo que em ritmo ameno. Os autores encontram dois fatores preponderantes aos quais associam essa desaceleração: o próprio envelhecimento da população, com a redução relativa do número de jovens que são “migrantes potenciais”, e a contínua expansão do alcance

dos benefícios dos instrumentos de proteção social, notadamente a aposentadoria. Dados da pesquisa ainda mostram que é expressivo o crescimento do número médio de pessoas com rendimentos advindos de aposentadorias e pensões. Os autores percebem que entre os anos de 1991 e 2010, quase que dobrou o número médio de aposentados e pensionistas. Evidentemente se consegue perceber que tais mudanças refletem as transformações implementadas no sistema de previdência rural que aconteceu no período.

3.3 Bolsa família

Na década de 1990, tem início no Brasil a adoção de estratégias institucionais com a finalidade de garantir que os programas sociais atinjam os segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade. No âmbito das políticas de combate à pobreza, algumas inflexões foram produzidas, e é diante de tal contexto que os programas de transferência de renda para famílias carentes passaram a despertar grande interesse analítico (BURLANDY, et al, 2007).

As primeiras experiências desses tipos de programa em solo brasileiro remontam a iniciativas locais, sobretudo no Distrito Federal e em municípios como Vitória (no Espírito Santo), Campinas e Ribeirão Preto (em São Paulo. Escalas diferentes, mas objetivos semelhantes: combater a pobreza, eliminação do trabalho infantil e aumento do nível de escolaridade de crianças e adolescentes. Burlandy et al (2007) nos mostra que se tratavam de experiências diversas no que se refere a critérios de seleção, valor do benefício e formas de operação, entre outros, mas que compartilhavam uma grande riqueza em termos de inovações institucionais.

O Governo Federal, influenciado por tais experiências, adota, a partir de 2001, programas de transferência de renda para famílias pobres, como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde. Tais programas consistiam na complementação de renda às famílias, que, em contrapartida, assumiam uma agenda de compromissos semelhantes aos que já eram cobrados pelos programas de menor escala, sempre focando em: combate à pobreza, melhorias na saúde e educação e erradicação do trabalho infantil.

Uma outra política de sustentação de renda passa a operar no Brasil alguns anos depois, proporcionando uma maior diversificação das fontes de renda dessa camada mais pobre da sociedade: O Bolsa Família é um programa do governo federal, através do qual se realiza a transferência direta de recursos financeiros para milhões de famílias de baixa renda em todo o país. As principais metas do programa Bolsa Família são: reduzir a pobreza e garantir a

segurança alimentar para a população atendida, promover o acesso à rede de serviços públicos, especialmente saúde, educação e assistência social, estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e combater a miséria.

Para se ter uma ideia mais precisa do impacto do programa na realidade econômica brasileira, utilizamos os dados de uma avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2009, o qual nos mostra que as famílias atendidas por essa política de sustentação de renda apresentam um aumento médio de 48,7% na renda *per capita* mensal, sendo que o benefício representa, em média, cerca de 1/3 da renda familiar total (BRASIL, 2012).

O Bolsa família foi instituído em outubro de 2003 e regulamentado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, como fruto de uma unificação de outros Programas de transferência de renda do Governo Federal existentes até então: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. A gestão dessa política de sustentação de renda é compartilhada entre os entes federados, sendo que compete ao governo federal a elaboração do desenho do programa, sua normatização, assim como o repasse dos recursos gastos com a política. Enquanto os municípios são responsáveis por gerir o programa junto às famílias, tendo a incumbência de registrar as famílias que compõem o público-alvo no Cadastro Único (CadÚnico), possibilitando a administração e o acompanhamento pelo poder federal.

Vale destacar, portanto, que a cobertura do Programa Bolsa Família não começou do zero. No momento de criação do programa, em 2003, já havia cerca de dez milhões de famílias recebendo os programas remanescentes.

De acordo com essa lei de criação, a unificação de tais programas tem o intuito de melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização. Também se apresentou como vantagem a maior facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios para administrar o programa.

Pelas regras válidas em janeiro de 2019, podem participar do programa todas as famílias com renda *per capita* de até R\$ 89,00 mensais e também aquelas famílias que ganhem entre R\$ 89,01 e 178,00 mensais por pessoa, desde que tenha crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos.

Para que continuem a receber o benefício, as famílias vinculadas ao programa necessitam cumprir alguns deveres como: garantir que as crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos estejam devidamente matriculadas e com frequência escolar mensal mínima de 75%, já para a faixa etária entre 16 e 17 anos é exigida uma frequência mínima de 85%. Com relação a saúde, se exige o acompanhamento médico periódico para atualização do cartão de vacinação,

assim como o acompanhamento do desenvolvimento das crianças menores de 07 anos, no caso das mulheres na faixa dos 14 aos 44 devem também fazer o acompanhamento e se estiverem gestantes devem realizar o exame pré-natal assim como o acompanhamento da saúde de recém-nascido. No que é relativo à assistência social, é cobrado que todas as crianças menores de 15 anos que se encontram ou encontravam-se em situação de risco de trabalho infantil participem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e obtenham frequência escolar mínima de 85%.

O não cumprimento dessas condicionantes pode implicar em advertência, bloqueio até que a situação se regularize ou, em último caso, cancelamento do benefício. Tais ações são impostas com vista a garantir uma maior eficiência do programa em alcançar os objetivos aos quais se propõe.

Assim como destacamos, a gestão do Bolsa Família é descentralizada, sendo assim, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Na esfera federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente responsável pela execução dos pagamentos.

Sabemos que o programa é dotado de um orçamento que precisa ser respeitado pelo governo, portanto, a inscrição no Cadastro Único não garante a entrada imediata no Bolsa Família, a concessão do benefício depende do número de famílias que já estão sendo atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade. Quando selecionadas, as famílias recebem um cartão de saque do benefício emitido pela Caixa Econômica Federal e enviado para a casa delas pelos Correios. Vale também ressaltar o caráter dinâmico do Bolsa Família, tal característica faz com que todos os meses existam famílias que entrando e outras que estejam saindo do programa.

Atualmente o programa também tem instrumentos para dar segurança aos beneficiários, e estimular a busca por melhores condições de vida sem o risco de perder o benefício: é a Regra de Permanência que consiste em um mecanismo que possibilita as famílias ficarem por mais dois anos no programa quando a renda ultrapassa o limite de aceitação, porém não ultrapassa meio salário mínimo por pessoa. Para ter acesso a essa flexibilização, basta que os beneficiados atualizem voluntariamente as informações no Cadastro Único.

Uma outra garantia que também serve de estímulo para que as pessoas que conseguiram elevar sua renda se desligar do programa é o desligamento voluntário. Ou seja, quando o desligamento é feito por conta própria a família ganha o benefício do Retorno garantido, que

permite a volta automática (em um prazo de 3 anos a partir do desligamento) da família caso a renda volte a se enquadrar nos critérios do programa.

Atualmente, segundo dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, o programa atende mais de 13,5 milhões de beneficiários.

3.4 Garantia-safra

O programa garantia-safra é uma ação coordenada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, pelo menos, inicialmente, era voltada para a área de atuação da SUDENE, na qual predomina o clima semiárido e as perdas de safra são recorrentes.

A partir da promulgação da Lei Nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, o Executivo passa a incluir agricultores familiares situados em outros municípios fora da área da SUDENE, desde que se atenda previamente alguns requisitos como a comprovação de que tais municípios tenham perdas sistemáticas de produção em função da seca ou excesso de chuva.

O Garantia-Safra atua como um seguro de renda vinculado à produção agrícola, cobrindo a produção de culturas como: algodão, mandioca, feijão e milho, que são os cultivos mais tradicionais da região focada pelo programa. Dentre seus objetivos iniciais, podemos citar como principal a busca por garantir segurança financeira para o agricultor familiar, mas paralelamente a isso, também se busca por uma reestruturação produtiva para a área, estimulando o processo de adesão a atividades viáveis como a adoção de culturas mais resistentes à déficits hídricos.

Nesse intuito, acreditava-se que, à medida que a inserção das novas culturas viesse a se consolidar, o programa paulatinamente perderia sua utilidade. Em resumo, se tratava de uma estratégia para propiciar que o agricultor familiar do semiárido nordestino substituísse as culturas tradicionais, mais vulneráveis às estiagens, por outras mais resistentes e adaptadas ao clima, mas que também tivessem viabilidade econômica (IPEA, 2009). Após mais de uma década de execução do Garantia-Safra, seus êxitos nesse ponto em específico ainda são tímidos.

O Garantia-Safra tem como beneficiários os agricultores que possuem renda familiar mensal de, no máximo, um salário mínimo e meio. Também é necessário que detenham área de cultivo igual ou inferior a 10 hectares sob qualquer título: proprietário, meeiro, posseiro ou arrendatário. Tais critérios buscam fazer com que o público-alvo do programa corresponda à parcela mais pauperizada da agricultura familiar brasileira.

O programa é operacionalizado a partir da adesão de estados, municípios e agricultores. Funciona da seguinte forma: inicialmente, os estados abrangidos pelo programa firmam sua adesão junto à União para, em seguida, municípios procederem dessa forma junto aos estados aderentes e, finalmente, agricultores aderirem junto aos municípios. Ou seja, para poder vincular-se ao Garantia-Safra o agricultor necessita da prévia adesão do município no qual é residente, e este, por sua vez, depende de adesão anterior do estado ao qual está circunscrito. Desta forma, os produtores só recebem o benefício se todas as partes repassarem o recurso ao Fundo Garantia-Safra

Os agricultores familiares, uma vez aderidos ao programa, recebem o benefício quando o município no qual residem e praticam suas atividades comprova a perda de, no mínimo, 50% do conjunto dessas produções, ou de outras a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra, em razão de estiagem ou excesso hídrico. Faz-se necessário destacar que o sinistro e a consequente contemplação pelo benefício não é individual, mas sim municipal. Dessa maneira, se a média de perda do município for abaixo dos 50%, o agricultor que, individualmente, tenha perdido, por exemplo, 60%, não terá direito à indenização. O valor do benefício e a quantidade de agricultores a serem segurados são definidos anualmente durante a reunião do Comitê Gestor do Garantia-Safra (BRASIL, 2019).

Pelos dados apresentados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário em 2019, os aportes financeiros necessários por cada uma das partes financiadoras do programa têm valores de: R\$17 para agricultores; a R\$51 para os municípios; \$102 para os estados e, no mínimo, R\$340, para a União. Logicamente, os aportes totais municipais, federais e estaduais são resultados da multiplicação do valor do aporte pelo número total agricultores que aderiram ao programa em cada uma dessas esfera (BRASIL, 2019).

Ao realizarem tal aporte, os municípios, estados e os agricultores que não são atingidos pela seca e não sofreram quebra de safra na vigência do ano agrícola estarão contribuindo com agricultores habitantes de municípios e estados em que houver a ocorrência de déficit ou excesso hídrico, de modo que prejudique a produção. Sendo assim, em cada ano agrícola, o grupo que recebe e o que ajuda varia conforme localização geográfica intempéries. Ou seja, o grupo que, em determinado ano, apenas contribui para o fundo sem receber benefícios, pode ser contemplado com a indenização no ano seguinte, ajudado pelos recebedores do primeiro ano.

O pagamento dos benefícios é financiado pelo Fundo Garantia-Safra, o qual é constituído pelos aportes submetidos para o programa, conforme apresentado nos parágrafos anteriores. No início do programa o total de aportes correspondia a 30% do valor do benefício.

Partindo-se da premissa de que a estimativa de risco e o consequente cálculo do prêmio correspondessem à realidade, esta lógica funcionaria perfeitamente. Porém, segundo informações levantadas pela secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário, não é o que acontecia. A lei prevê que, em casos de ocorrência de nível de sinistro, acima da estimativa prevista e com consequente insuficiência do FGS para cobrir os benefícios, o Governo Federal é obrigado a aportar os recursos necessários para complementar o pagamento do benefício. Mas os dados demonstram que esta exceção estava se tornando regra, demonstrando, portanto, que a estimativa de riscos apresentava deficiências. Verificado o problema, o percentual de aporte foi recalculado e hoje totaliza 60% do valor do benefício, assim distribuído: 2% pagos pelos agricultores; 6% pago pelo município; 12% pago pelo estado e 40% pago pela União.

3.5 Impactos dos programas bolsa-família; garantia-safra e previdência rural sobre os pequenos municípios do interior do Nordeste

As pequenas cidades são numerosas em todo o território brasileiro e geram, assim como apontado por Corrêa (1999), uma expressiva densidade de centros que geralmente se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que essa distribuição possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que estão localizados. Ainda segundo o autor, dentre os fatores que os teóricos justificam a elevada ocorrência destes pequenos centros está a de uma necessária economia de mercado, de modo a garantir trocas e comercialização de produtos, que mesmo nos casos em que são realizadas de forma incipiente, estejam fundamentadas em uma divisão territorial do trabalho.

Outro elemento essencial para a existência desses pequenos centros, na visão de Corrêa (1999, p. 45), emana de “densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em ‘plantations’ caracterizadas pelo trabalho intensivo”. Nesse cenário, surge uma grande demanda de bens e serviços por parte dessa sociedade eminentemente rural e que em grande parcela, estão caracterizados por limitados alcances espaciais que se tornam responsáveis por uma ampliação no número de centros de mercado no espaço. O fato é que a importância das cidades locais, tal como discutido por Santos (1982), respondem as necessidades vitais mínimas de uma população que está vinculada a esses espaços e que mesmo dispendo de uma menor complexidade, esses pequenos centros estão implicados em uma vida de relações.

Como pudemos observar, os programas aqui analisados dispõem de características próprias, objetivos e metodologias de aplicação diversos. O público-alvo também não é o

mesmo, embora uma parcela da população atenda aos requisitos para ser contemplado com mais de um desses benefícios. A característica que une essas políticas públicas é a ampliação da renda e, conseqüentemente, do poder de compra para famílias mais carentes e vulneráveis no sentido financeiro.

São vários os trabalhos teóricos e empíricos que abordam essas políticas de sustentação de renda, trazendo discussões sobre uma extensa variedade de temáticas socioeconômicas: o consumo das famílias, mercado de trabalho, educação, saúde, trabalho infantil, segurança alimentar, e, o impacto na desigualdade de renda/pobreza.

Buscamos, assim, compreender melhor os impactos resultantes desses programas em uma escala geográfica específica: os pequenos municípios do interior do Nordeste brasileiro, dando destaque aos aspectos de consumo e renda, por serem o âmago da nossa pesquisa. A escolha por direcionar o foco dessa análise nos municípios de pequeno porte se dá em razão da significativa importância de tais políticas de sustentação de renda para esses locais: em boa parte dos casos, o somatório de recursos advindos desses três programas supera, em igual período, as arrecadações dessas localidades com o Fundo de Participações dos Municípios (FPM)². Partimos do entendimento de que a importância desses programas para a economia dos municípios é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento econômicos municipal.

A ampliação da renda que circula nessas pequenas localidades acaba por gerar efeitos positivos, até de forma indireta, como a ampliação na oferta de empregos. Segundo o IPEA (2009) apresenta, ao discutir impactos do Bolsa Família, o aumento do poder de compra das famílias em razão desse benefício gera efeitos benéficos nas atividades econômicas das localidades em que sua incidência é maior. Corroborando essa afirmação, o Instituto destaca que o aumento do emprego formal na primeira década de vigência do programa Bolsa família no Brasil foi ainda maior nas cidades de porte pequeno e médio e nas regiões mais pobres do país. A mesma pesquisa ainda conclui que os impactos tendem a ser maiores nas áreas rurais (em relação às urbanas) e na Região Nordeste (em comparação com o Sudeste).

² O Fundo de Participação dos Municípios corresponde a uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses recursos são distribuídos aos Municípios de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulga anualmente uma estatística populacional dos Municípios e o Tribunal de Contas da União, com base nessa estatística, publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos Municípios. A Lei Complementar 62/89 determina que os recursos do FPM serão transferidos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês sempre sobre a arrecadação do IR e IPI do decêndio anterior ao repasse.

Ao tratar do tema, Amélia Cohn, afirma que a experiência do Programa Bolsa Família, associada a políticas de aumento do salário mínimo, de aperfeiçoamentos na área do Benefício de Prestação Continuada e da previdência e assistência social, “demonstra a possibilidade de, no interior da nova conjuntura econômica, que determina um modelo de acumulação e desenvolvimento capitalista altamente seletivo e competitivo em termos globais, serem formuladas políticas e programas sociais que busquem uma articulação (e não mais oposição) virtuosa entre políticas econômicas e políticas sociais” (COHN, 2010, p. 225). Ao direcionar a análise ao consumo, a autora ainda observa que tais políticas exercem significativa repercussão na economia, como dinamizadora das capitalizações locais e do mercado de consumo interno (sobretudo de produtos populares). Assim, Cohn (2010) frisa o elo existente entre as dimensões sociais e econômicas das políticas de sustentação que de renda, defendendo dessa maneira o fim do maniqueísmo entre políticas econômicas e políticas sociais, nas quais as primeiras são consideradas investimentos enquanto as segundas são apresentadas como gastos no orçamento fiscal e execráveis do ponto de vista dos ajustes macroestruturais da economia do país.

Tratando da validade dessas premissas discutidas por Cohn (2010) para a região Nordeste, resgatamos dados observados por Amaral Filho (2009), ao analisar o potencial de desenvolvimento dessa região em momento concomitante aos primeiros anos de execução dessas políticas de sustentação de renda. Ao verificar os dados referentes aos percentuais de transferências governamentais destinadas ao Nordeste, o autor constatou um alto percentual a cada um dos programas, de modo a proporcionar a elevação do consumo local e dinamização da economia regional.

A participação do Nordeste no total das transferências governamentais permanece em índices elevados. Pesquisa realizada pelo IPEA (2018) sobre a previdência rural, por exemplo, apresenta que quando se regionaliza o estudo, percebe-se que grande parte dos benefícios rurais ainda se concentraram no Nordeste, região que engloba 60% da extrema pobreza no meio rural. Segundo levantamentos da mesma pesquisa realizada pelo IPEA, o valor de benefícios previdenciários rurais concedidos no ano de 2015 foi de R\$ 629 milhões, dos quais R\$ 325 milhões destinaram-se à região Nordeste. Também se observou que uma boa parte dos trabalhadores rurais dessa área estavam ligados às atividades em regime de economia de agricultura familiar e, conseqüentemente, tendo acesso ao benefício por meio da seguridade social. Os dados apontam que aproximadamente 50% das pessoas ocupadas estavam praticando a agricultura familiar, na qual a renda gerada pela maioria dos estabelecimentos familiares acabava sendo inferior à linha da pobreza. Esses números, mais uma vez, comprovam o caráter social importante que exerce a política de sustentação de renda.

Ao discutir a previdência social e a economia dos municípios, França (2011) demonstra que os benefícios pagos pelo INSS, mensalmente, geram uma transferência de renda dos municípios mais ricos para os mais pobres do país, cooperando, de forma determinante, para a redução das desigualdades regionais e intermunicipais. Pode-se constatar, portanto, que tal política não exerce apenas a função de proteção social, mas também contribui para o desenvolvimento humano e para a economia local, em especial nos municípios cuja geração de renda interna ainda é escassa. O autor ainda ressalta que a previdência é capaz de garantir o movimento econômico nos municípios, “principalmente dos pequenos, sustentando o consumo, gerando renda e dinamismo” (FRANÇA, 2011, p. 20).

Outra observação apresentada na mesma obra é que, em síntese, as principais mudanças no perfil da pobreza em nosso país nas últimas décadas estiveram relacionadas, direta ou indiretamente, à elevação da participação social no acesso ao consumo, seja por razão da Previdência Social que esteve vinculada a aumentos reais do salário mínimo ou pela expansão do valor das transferências focalizadas de renda, como é o caso do Bolsa Família (FRANÇA, 2011).

Os dados previdenciários comprovam que a grande maioria dos municípios brasileiros têm grande dependência dos recursos pagos pela previdência. Portanto, mesmo não sendo um programa focado no combate à pobreza, os valores distribuídos por essa política de sustentação de renda cumprem função primordial na renda familiar das localidades interioranas do nosso país, em especial nas áreas rurais.

Com relação ao Garantia-Safra, cujo foco de atuação está centrado no semiárido nordestino, desempenha papel semelhante ao das outras políticas públicas discutidas nesse trabalho, mas também apresenta características particulares que os diferenciam do restante.

A primeira diferenciação está associada ao ângulo do programa, a sua forma de classificação em termos de política pública. Existem debates com relação a forma de se caracterizar o Garantia-Safra: Seguro agrícola, bolsa ou programa de transferência de renda. Concordamos com o entendimento de que o programa possui uma natureza híbrida, pois assim como exposto pelo IPEA (2009, p. 292) ele apresenta:

Sob ângulo de programa de transferência de renda, o GS tem, basicamente, o fato de a maior parte do volume de recursos (96%) ser de origem estatal e direcionada a pagamento de benefícios de valor fixo para seu público. Sob o ponto de vista de seguro, tem-se, primeiramente, o fato de o programa estar vinculado à atividade econômica, ou seja, cobre determinadas culturas agrícolas. O agricultor, para ter acesso à proteção, precisa aderir antes de iniciado o plantio. Apesar de pequena e simbólica, há contribuição financeira do agricultor para custear eventual indenização. O benefício somente é disponibilizado no caso de quebra de safra, outra característica de seguro. Considerando que o valor do benefício não é proporcional ao volume de

perdas e não cobre qualquer causa de frustração de safra, o GS não pode ser enquadrado como seguro agrícola de sentido estrito, uma vez que, para isso, há série de normas que regulamentam tal tipo de política. No entanto, o GS opera com lógica idêntica, como demonstrado anteriormente. Esta foi a forma viável encontrada de proteção da produção agrícola de público pauperizado cuja atividade está sujeita a riscos que o mercado não consegue e não tem interesse em comportar.

Constata-se, então, que o Garantia-Safra é um programa atípico, um seguro de renda vinculado a produção agrícola. Daí surge uma outra particularidade dele com relação as outras políticas de sustentação de renda observadas em nossa pesquisa: a sazonalidade.

O processo de pagamento do benefício só é iniciado após a constatação do sinistro, ou seja, apenas a partir da ocorrência de secas e da verificação da safra acima de 50% da expectativa de produção total das culturas agrícolas presentes nos municípios.

Apesar de suas características próprias, o Garantia-Safra mantém semelhanças com os outros programas observados no que se refere a possibilitar uma sustentação de renda as famílias beneficiadas e a diminuir o arrefecimento das economias locais nas cidades do semiárido nordestino.

3.6 Pequeno comércio e políticas de sustentação de renda: uma relação de simbiose

Diante do que foi discutido, até aqui, constata-se que as políticas de sustentação de renda impulsionam as economias locais e geram liquidez as atividades econômicas de boa parte dos municípios brasileiros, não apenas na área urbana, mas também na zona rural. Daí, buscaremos entender como essas influências positivas refletem de modo mais específico no comércio dessas localidades.

O espaço geográfico não é neutro, ou um mero suporte abstrato onde estão localizadas as atividades e se realizam as práticas sociais. Cachinho e Salgueiro (2009) expõem que mesmo as propriedades intrínsecas desses espaços, como a localização ou a diferenciação em termos de características físicas ou naturais, só passam a adquirir significado quando moldadas e apropriadas pelos grupos sociais. Os autores ainda expressam que a ação transformadora da produção do espaço está em processo permanente de “atualização” e isso reflete na estruturação territorial e no funcionamento e (re)produção dos sistemas sociais. Partindo deste entendimento, cabe destacar a dimensão desse espaço geográfico enquanto produto social histórico e buscar compreender suas influências e reflexos nos arranjos comerciais.

Cachinho e Salgueiro (2009), ao analisarem as relações cidade-comércio afirmam que o aumento da população, dos rendimentos das famílias e, conseqüentemente, do poder de

compra, bem como melhorias introduzidas na mobilidade dos consumidores favorecem o desenvolvimento do comércio fixo e a sua especialização.

Ao resgatarmos a teoria dos dois circuitos da economia urbana, apresentado por Santos (1979), podemos perceber que, via de regra, os pequenos estabelecimentos comerciais estão inseridos no circuito inferior da economia e, portanto, interessando em especial à população pobre e de baixa renda. Na visão do autor, a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos, ou que vivem de atividades ocasionais ao lado de uma minoria que, concomitantemente possui rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão permanente no que se refere ao acesso a bens e serviços. Nesse contexto, a feira livre e o pequeno comércio varejista seriam os principais locais de compra das famílias de menor poder aquisitivo.

Logicamente, se a renda obtida por tais classes é alterada, seja por mudanças estruturais ou conjunturais, tais alterações possivelmente se refletirão em seus hábitos de consumo. Compreender como essas ressignificações se manifestam no espaço geográfico é um desafio contínuo.

Bromley (1980), ao estudar os mercados dos países em desenvolvimento faz uma crítica com relação a pouca atenção dada aos estudos dos mercados internos dessas nações, mesmo existindo uma significativa importância social e econômica. Ao citar as feiras livres, por exemplo, o autor afirma que sendo diárias ou periódicas, são importante característica dos países em desenvolvimento e podem exercer uma importância significativa de localidade central. Apesar de já se terem passado algumas décadas desde que o autor fez tais observações, ainda concordamos que os estudos sobre o mercado interno, sobretudo nas pequenas localidades, estão aquém de sua importância para a sociedade.

Quando se observa o arranjo espacial da rede urbana brasileira, pode-se constatar que a grande parte dos municípios de baixa população não dispõem de indústrias ou de grandes empresas. Soma-se também o fato de que a própria agricultura, em processo de modernização das técnicas, passa a requerer uma quantidade menor de trabalhadores. A falta de emprego e a baixa renda contribuem para a estagnação comercial dessas localidades. Nesse contexto, esses pequenos núcleos urbanos passam a depender das políticas de sustentação de renda.

Burzstyn e Chacon nos apontam que:

No semiárido, a cidade, notadamente as de pequeno porte, ainda não é tão urbana: suas funções estão muito mais associadas a uma precária prestação de serviços públicos e a atividades comerciais, que agora têm

mais regularidade em função da própria regularidade das transferências de renda pelo governo (2011, p. 45).

Acreditamos que essa maior regularidade das atividades comerciais acaba por resultar em transformações no espaço urbano-regional desses pequenos municípios.

França (2011) demonstra que a sociedade rural deixou de ter, como única ou principal fonte de renda, a produção agrária. O comércio, as pequenas indústrias, os serviços e os benefícios sociais tornam-se vetores de importantes recursos, sobretudo para os pequenos municípios brasileiros.

Diante da estagnação e ausência de estímulos ao desenvolvimento da economia local vivida por boa parte dos municípios interioranos do Brasil podemos afirmar que as políticas sociais, que promovem a distribuição de renda, atuam como um estímulo fundamental para a dinâmica econômica dessas localidades. Nas áreas rurais do semiárido nordestino, essa importância torna-se ainda mais nítida em períodos de longa estiagem que dizimam a economia local.

Gomes (2001), no livro intitulado “Velhas secas em novos sertões”, apresenta ao debate o conceito de “economia sem produção³” no qual discorre sobre a dinâmica econômica da região do semiárido nordestino, dando ênfase ao alto percentual da renda que circula na região estar vinculada a algum tipo de funcionalidade pública. Na economia sem produção, de acordo com o autor, os três pilares básicos são: os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. Ele ainda destaca que, no caso do semiárido nordestino, o peso relativo da parcela dos aposentados é bastante alto, não pelo fato dos aposentados receberem grandes quantias, mas porque a economia local produz muito pouco.

Segundo a percepção do autor, o fato desses recursos não exigirem uma contrapartida produtiva pode fazer com que eles não sejam eficientes em gerar novos tributos, estimular o emprego e novas atividades produtivas e, conseqüentemente, perpetuar-se a necessidade de estímulos governamentais a partir de rendas complementares advindas de recursos externos.

Em um novo estudo, Lima e Araújo (2010), corroboram a importância dos recursos originários da previdência social, dos programas de transferência de renda na região semiárida do Nordeste, chegando a superar em valores a tradicional produção agropecuária. Segundo os dados levantados nesse estudo, a “economia sem produção” praticamente dobrou em relação à estimativa levantada na década anterior.

³ Do ponto de vista estritamente econômico, também podemos caracterizar a economia sem produção como uma situação em que renda e produto não são iguais, sendo aquela maior que este. No exemplo abordado, do semiárido brasileiro, tal fenômeno ocorre devido ao fato de que a renda gerada por determinados programas de sustentação de renda não se vincula a nenhuma contrapartida de produção.

Teorias de crescimento estimulado pela demanda, como as inspiradas na visão Keynesiana sugerem que as transferências diretas de renda podem contribuir com o crescimento econômico da região. O próprio Gomes (2001) aponta em sua obra que as transferências de renda possam estimular certas atividades econômicas, porém em um grau ínfimo, com baixo efeito multiplicador e sem relevância no sentido de promover um processo de crescimento econômico autônomo.

Entretanto, salientamos que discordamos dessa análise da “Economia sem produção”, seguindo o entendimento de que os recursos advindos dos programas de sustentação de renda podem favorecer a economia, impulsionando setores privados e dinamizando diversos setores e estimulando a geração de empregos diretos e indiretos.

Abramovay (2002) nos mostra um contraponto a essa visão que descola os programas de sustentação de renda do estímulo à produção. O autor afirma que o desenvolvimento dessas práticas pode servir de estímulo para iniciativas individuais.

Existem pesquisas que exploraram essa problemática, como a de Sandi e Heringer (2001) e apontaram que esse tipo de programa de sustentação de renda estimula a dinamização das economias de municípios do Semiárido, especialmente no setor de comércio e serviços. Os autores também afirmam que esse fato contribui na fixação do homem do campo e redução do êxodo rural.

É importante mencionar que essa dinamização se manifesta de forma heterogênea no Espaço Geográfico de acordo com fatores políticos, estruturais e locacionais, mas é fato que o consumo estimula a produção e também é fato que a ampliação da renda estimula o consumo.

As pesquisas anuais do comércio, realizadas pelo IBGE, comprovam que a renda advinda de atividades comerciais tem aumentado de maneira significativa, nas últimas décadas, em período concomitante a ampliação da rede de proteção gerada por essas políticas de sustentação de renda, que tem permitido a entrada e manutenção de milhares de novos consumidores no mercado.

Por razões já debatidas anteriormente, como a ausência de significativa atividade industrial e uma desigual competição com o agronegócio, pode-se perceber que a maioria das pequenas cidades brasileiras tem visto crescer o número de pessoas que têm suas rendas vinculadas ao setor terciário da economia. Dessa forma, o percentual de pessoas que estão ocupadas em oferta de serviços e no pequeno comércio varejista tem crescido substancialmente nas cidades brasileiras.

Esse processo expansivo do setor terciário, que também é conhecido como terciarização, começou a ser debatido de forma conjunta com o desenvolvimento industrial e a consequente

urbanização da sociedade (ROGGERO, 2003). De tal maneira, no Brasil, a transformação da sociedade que antes era eminentemente agrária e rural e tornou-se uma sociedade urbana e industrial acabou por promover uma reorganização do processo produtivo nas cidades e promover um rearranjo espacial para distribuição de bens e serviços.

Com esses processos de transformação da sociedade e uma acelerada urbanização vivenciada no país, os serviços de caráter pessoal também se expandem em virtude da criação de novas demandas que surgem em razão dessas mudanças.

Ainda no começo dos anos 1970, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, publicou os estudos pioneiros sobre o denominado setor informal da economia urbana, descrito como um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não tinha sido capaz de incorporar significativa parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, estimulando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência (OIT, 1972). Sobre tal tema foram desenvolvidos numerosos estudos sobre a economia urbana do Nordeste brasileiro, patrocinados pela Superintendência o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e pela Fundação Joaquim Nabuco (BARROS, 1987).

Pierre George (1976), ao debater a Geografia Econômica naquele momento, afirma que o setor terciário estava adquirindo uma significativa relevância na estrutura de emprego de uma sociedade predominantemente urbana. Ele também fez questão de apresentar a relevância desse setor da economia para a organização do território, tendo em vista que os fatores como localização das atividades, região de influência, efeitos de atração e polarização, dentre outros são fundamentais para o entendimento sobre a concentração espacial.

Esse setor, com alta capacidade de absorção de trabalho, se apresentaria como uma alternativa para mitigar as dificuldades de sobrevivência de uma parcela considerável da sociedade. Esse fenômeno já foi constatado da década de 1980, quando Barros (1987) estudava o Pequeno Comércio no interior do Nordeste do Brasil.

O Setor Informal, nessa conjuntura, era compreendido como uma porta de entrada ao mercado de trabalho urbano. Podendo ter sido, um recurso de acesso à atividade econômica urbana para a população que migrava dos campos, num contexto de êxodo rural. Com o crescimento urbano que se consolidou no Brasil ao longo do século XX, o pequeno comércio varejista, além da função essencial de centro de compras e abastecimento que exercem para a população local, contribuíram também na geração de trabalho e renda para pessoas que não se inseriram no setor formal da economia e que identificaram no comércio popular uma alternativa para sobrevivência (TAVARES, 2017).

Silveira (2017) ao expor impressões fundamentais sobre o processo de terciarização, destaca que a existência de um setor de serviços quantitativamente alto pode ser reflexo tanto uma economia de serviços moderna, típicas de países com alto grau de desenvolvimento, como também pode representar um setor de serviços precário, sendo constituído, basicamente, por atividades tradicionais, com baixos padrões de produtividade, inexpressiva modernização tecnológica, mas que contribui na absorção de mão de obra com baixa qualificação.

É significativa a quantidade de pessoas que acham no setor terciário, em especial do pequeno comércio varejista, um meio de garantir ou ampliar sua renda, que por menor que seja, ajude na mitigação das dificuldades de sobrevivência mais imediatas da família. Esse fenômeno costuma se intensificar nos momentos de crise, sejam elas estruturais ou conjunturais, pois são nesses períodos que os demais setores da economia não conseguem absorver a massa de trabalhadores que vive nos espaços urbanos. Dessa forma, uma parcela daqueles que ficam excluídos de acesso a emprego formal, como forma de sobrevivência, buscam adentrar na informalidade e avolumam o setor terciário não moderno.

De tal maneira, pode-se evidenciar que as economias subdesenvolvidas podem apresentar um setor terciário expressivo, em número de indivíduos em função de elementos estruturais, porém esse fenômeno não significa que a renda e o padrão de vida da sociedade sejam elevados. Em outras palavras: as atividades tradicionais de comércio e serviço, vinculadas a um mercado informal são uma (em alguns casos, a única) possibilidade de ocupação e geração de renda para diversas famílias, mas apesar de ser fundamental para abonar o consumo básico e sobrevivência, acaba por não assistir garantias trabalhistas adequadas (SILVEIRA, 2017).

A oferta de serviços e o pequeno comércio, em virtude de alguns fatores, torna-se atraente para esse segmento da população que tem dificuldade de encontrar empregos formais: a variedade do tipo de negócios que esse setor da economia abrange; a necessidade de um pequeno volume de capital inicial e a dispensa de uma alta qualificação educacional.

A abertura que as feiras livres, por exemplo, possibilitam à chegada de novos comerciantes, tendo em vista o fato de não existirem grandes entraves burocráticos ou que uma alta cobrança de impostos diretos seja prática comum, acaba por permitir uma maior inclusão no setor terciário, tornando-se importante fonte de renda para diversas famílias e fundamental para a economia dos municípios.

4 APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTAÇÃO DE RENDA NO CARIRI PARAIBANO

4.1 A construção histórico-geográfica-econômica da região do Cariri paraibano

Esse capítulo tem o intuito de situar o leitor acerca do espaço onde a pesquisa de campo se realizou, evidenciando algumas particularidades que, em nossa perspectiva, merecem destaque na análise desse Espaço Geográfico. O Cariri paraibano encontra-se localizado no semiárido nordestino. Essa região começou a ser europeizada há mais de 300 anos e a sua antropização ocorreu, inicialmente, pelo processo de pecuarização, especificamente com o gado bovino.

De acordo com a nova Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, o município de Boqueirão está situado na Região Imediata de Campina Grande. Essa nova divisão regional é muito importante em termos teórico-metodológicos, pois contribui na revalorização da dimensão regional, tratada na perspectiva da rede urbana brasileira. Contudo, a divisão regional em microrregiões nos mostra uma maior proximidade em termos físicos, históricos, demográficos e até mesmo econômicos da área que nossa pesquisa se propôs a abranger. Portanto, optamos por usar em nossa investigação a divisão regional das microrregiões, evidenciando o Cariri Paraibano, composto pelas microrregiões do Cariri Oriental e o Cariri Ocidental da Paraíba.

Analisar os contextos natural e social dessa região pode contribuir para que possamos compreender a organização de determinadas atividades e os seus reflexos no Espaço que apresentamos como objeto de estudo deste trabalho.

O Cariri Paraibano é composto de 29 municípios, subdivididos em duas microrregiões: Cariri Ocidental (constituído por 17 municípios)⁴ e o Cariri Oriental (constituído por 12 municípios)⁵. Todas essas localidades podem ser consideradas pequenos municípios, quando observamos o aspecto quantitativo: Nenhum município do Cariri Oriental ultrapassa a marca de 20 mil habitantes, já no Ocidental, apenas o município de Monteiro.

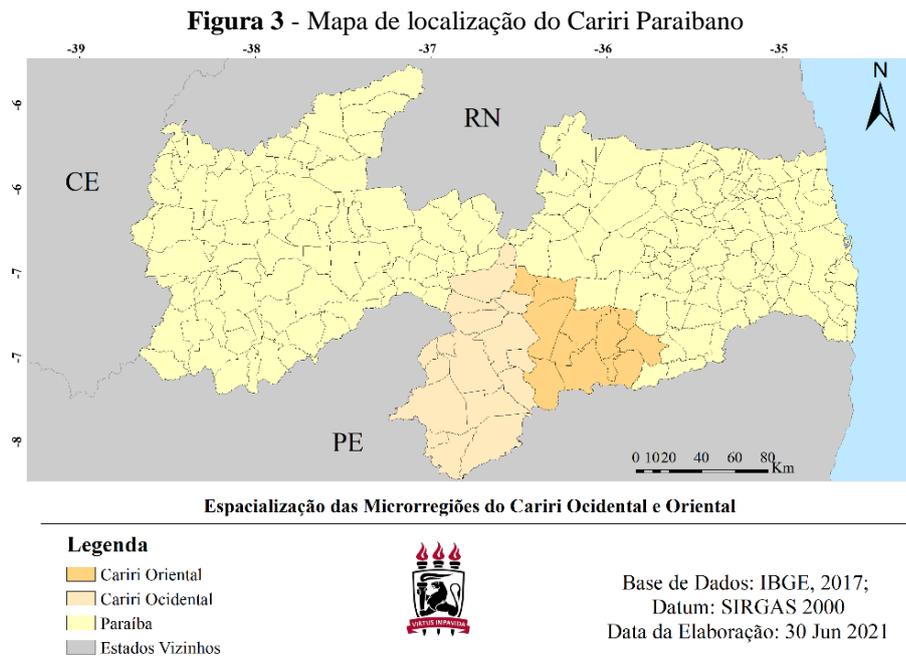
A palavra cariri possui origem indígena, uma variação do tupi *kiri ri*, que significa: silencioso, deserto, ermo (FERREIRA, 1975). Essa era a menção que os primeiros habitantes do litoral do Nordeste do Brasil faziam a essa região paraibana que eles avaliavam de difícil

⁴ São eles: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

⁵ São eles: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri.

sobrevivência, com povoamento escasso ou até inexistente em determinados locais. As tribos que habitavam essas terras também recebiam essa denominação geral. Essa nomenclatura foi incorporada pelos europeus para denominar essa região, a partir do momento que iniciaram o processo de ocupação e conquista.

É curioso observar que tal como o significado original da palavra, as densidades demográficas dessa área permanecem baixas até os dias atuais. Dentre os municípios que compõem essa região, o que apresenta a maior razão de habitantes por km² é Boqueirão, com 45,40 hab/km².



Fonte: IBGE (2017)

Souza (2008) expõe que durante os primeiros anos da colonização brasileira o conhecimento das terras dessa região era muito pequeno e indireto, manifestavam-se apenas através do relato de alguns aventureiros que ousavam adentrar um pouco mais o território ou de indígenas que chegavam à Zona da Mata ocasionalmente, nas épocas de maiores secas. O autor ainda explica que o desinteresse inicial por essa área apresenta raízes econômicas, tendo em vista que a concentração de riquezas daquele período estava baseada na produção canavieira das várzeas dos rios que cortavam o litoral. Dessa maneira, essas áreas mais próximas do sertão não pareciam atraentes o suficiente para que se justificasse um processo intenso de desbravamento dessas áreas por parte dos colonizadores.

O processo de ocupação dessa área começa a ocorrer por volta da segunda metade do século XVII. Inicialmente, essa ocupação acontece em faixas próximas ao curso do Rio Paraíba,

que serviu como um caminho natural para o desbravamento dos sertões no estado da Paraíba. Observe-se que as sesmarias concedidas no semiárido do Nordeste possuíam as testadas principais (frente do terreno) às margens dos rios utilizados na penetração das boiadas. Almeida (2012) relata que as primeiras fazendas mediam três léguas de comprimento por uma légua de largura, padrão das sesmarias.

Fator intrínseco a esse processo foram as bandeiras, objetivando efetivar a posse da terra, e muitas vezes o aprisionamento/exterminio da população indígena da região. Nesse movimento de adentrar no território paraibano, destaca-se a família Oliveira Ledo, que foi a responsável pelas expedições que culminaram no povoamento da antiga Vila de Carnoió⁶. Nesse contexto, Joffily (1977) afirma que entre essas bandeiras, o capitão Theodosio de Oliveira Ledo, acompanhando o percurso do Rio Paraíba, chega até o boqueirão da Serra de Carnoió, onde firmou acampamento. O historiador ressalta ainda que para alcançar esse ponto, os bandeirantes tiveram a necessidade de repelir por muitas vezes os Índios Cariris, que eram os habitantes autóctones da área. Daí a nomenclatura das microrregiões, que também já foram conhecidas por “Cariris Velhos”.

A antiga área dos Cariris Velhos (hoje dividida em Cariri Oriental e Cariri Ocidental) foi descrita por Almeida (2012) como a zona mais seca do estado, também sendo caracterizada por Melo (2012, p. 178), na década de 1950, como a “Zona mais extensa e menos povoada” da Paraíba.

Esse processo consistiu na primeira inserção do semiárido paraibano em um movimento de economia capitalista, exercendo uma função provedora de animais que visava atender as necessidades de consumo e produção advindas do litoral do estado. Tal processo ocorreu em razão da necessidade de separação das atividades de criatório e açucareira. (FARIAS, 2003, p. 29).

As terras descobertas e exploradas durante as bandeiras, eram dadas em sesmarias pelos capitães-mores governadores, em recompensa aos bandeirantes, pelos serviços de conquistas (JOFFILY, 1977, p. 116).

Assim como exposto por Andrade (1959, p. 61), desde o fim do século XVII, a velha fazenda do Boqueirão do Carnoió já funcionara como trampolim das bandeiras de gado dos Oliveira Ledo em busca das pastagens do Assú. O mesmo autor ainda relata que dentre Boqueirão estava na rota dos primeiros caminhos, por onde a Paraíba recebeu elementos

⁶ Carnoió foi a primeira denominação do município, que posteriormente veio a denominar-se de Boqueirão, pela lei estadual nº 2311 de 27-06-1961. O termo Carnoió adveio de uma das tribos dos Cariris, que possuíam a mesma nomenclatura e habitavam os atuais municípios de Cabaceiras e Boqueirão.

colonizadores, datando do ano de 1670, partindo diretamente de Pernambuco, ainda ressaltando que grande parte deste caminho foi aproveitada na construção da estrada que hoje liga essa parte do território paraibano à cidade do Recife.

Boqueirão possui outra característica singular relatada pela história, se caracterizando como a aldeia mais antiga dos Cariris e, em seus primórdios, vivia quase que isolada da Paraíba, comunicando-se de forma mais direta com o estado de Pernambuco (JOFFILY, 1977, p. 40).

Figura 4 - Mapa dos primeiros caminhos da Paraíba



Fonte: Joffily (1977)

Dai nasce o primeiro caminho de gado paraibano com direção para Pernambuco, transpondo o divisor do Rio Paraíba (ANDRADE, 1959, p.60). Com o decorrer dos anos ampliam-se o número de estradas, rodovias e ligações entre as comunidades circunvizinhas e os centros do comércio regional, contribuindo na disseminação dos bens de consumo e circulação de matérias primas.

O revestimento vegetal originário no Cariri Paraibano é o da Caatinga⁷. Seu predomínio se dá em consonância com o padrão climático local, em que a vegetação necessita de adaptação a solos rasos e um clima seco. Localmente, a vegetação da Caatinga se apresenta principalmente em forma arbóreo/arbustiva aberta, mas também há de se destacar o elevado nível de alterações

⁷ A vegetação das Caatingas pode ser enquadrada como floresta arbustiva ou arbórea. Grande parte dessa vegetação apresenta espinhos, microfília e algumas características xerófitas (PRADO, 2005, p.23).

antrópicas. As espécies de sua flora são, na maioria, caducifólias, espinhosas e de folhas pequenas.

Ao descrever a vegetação do Cariri Paraibano com toda sua desenvoltura literária, José Américo de Almeida diz:

E, à primeira impressão de desprazer, em que a flora agressiva senhoreia a paisagem desnuda, sucede, inopinadamente, a ressurreição das primeiras chuvas, de uma nuvem que passa, como se a folhagem tivesse caído do céu ou a água se congelasse reverdecendo no manto da babugem (ALMEIDA, 2012, p. 66).

Em virtude da expansão da pecuária extensiva, começaram a ocorrer maiores modificações nos padrões das caatingas do Cariri, não apenas pelo consumo direto da vegetação nativa, mas também pelas constantes queimadas a que eram submetidas, cujo objetivo era a renovação do pasto durante o período chuvoso. Outra razão para tais modificações foi o aumento populacional, que culminava com a exploração de madeira para produzir carvão, lenha, cercas e material de construção para as moradias.

Na atualidade, podemos perceber que uma parcela considerável dessa vegetação é classificada atualmente como uma Caatinga Secundária, em decorrência dessas e de outras atividades antrópicas que interferiram e modificaram sua forma originária.

Esse padrão de vegetação é um dos reflexos do clima semiárido, sob o qual está inserido todo o território do Cariri Paraibano. Assim como aponta Melo (2012, p.20), o comum dessa área, tratando de regime pluviométrico, é que haja uma distribuição espaço-temporal extremamente irregular, que geralmente consiste em seis meses consecutivos no ano em que as chuvas são escassas. Essa exposição é corroborada pelos dados climáticos sobre o município. Nos períodos mais calamitosos, anos inteiros praticamente sem chuvas não são tão raros.

Assim, um problema mais grave que a quantidade de precipitação é a irregularidade desta, pois causa entraves para ocupação e aproveitamento da terra. Todas essas questões fizeram com que, ao longo da história, a população local exercesse um tremendo esforço de resistência e adaptação às condições desse ambiente natural (MELO, 2012, p. 142).

Concordamos quando Almeida (2012), apreciando a Paraíba em inícios do século XX, afirmou que o clima era o regulador de nossa atividade econômica e, extensivamente, de nossa existência histórica. Logicamente, essas condições de escassez natural influenciam na forma em que ocorreu o desenvolvimento regional e a composição das atividades econômicas locais, incluindo o pequeno comércio. Também é notório que o avanço da técnica e da ciência, nas últimas décadas, reduziu esse papel regulador do clima sobre a vida econômica e social do estado, comprovado pela expansão dos serviços e da agroindústria, por exemplo, mas de modo algum podemos afirmar que o anulou. As variáveis naturais continuam sendo relevantes no desenvolvimento da sociedade.

Durante várias décadas, encontrou sua base econômica inserida fundamentalmente em atividades voltadas a pecuária extensiva e à agricultura de subsistência.

Desde o início do povoamento dessa região que a pecuária exerce significativa importância na vida econômica nessa sociedade. Moreira (1996) nos expõe que, da mesma maneira que os engenhos eram a unidade fundamental de organização social no litoral paraibano, na região semiárida do interior do estado, eram as fazendas de criação que exerciam tal função.

De fato, na história da colonização brasileira é perceptível que a criação de gado contribuiu de forma significativa como um meio para a conquista da terra e ao mesmo tempo na fixação das populações nessas áreas (SOUZA, 1946).

No início dessa ocupação, os bovinos eram criados soltos no pasto nativo (salvo as fêmeas em lactação, que ficavam presas no curral). Durante a estiagem, recebiam complemento forrageiro na área de pastagem, advindo este das culturas alimentares. Nesse caso, a agricultura sempre exerceu uma relevante função na economia de todo o Sertão nordestino, mesmo quando considerada uma atividade complementar à pecuária (SOUZA, 2008).

Podemos perceber que uma das técnicas utilizadas para amenizar as dificuldades de criação do gado está na associação com o cultivo de culturas para subsistências. Com isso, são utilizados os restos de tais culturas (milho, feijão e algodão, principalmente) para alimentação do gado, na época que segue a colheita e que geralmente coincide com período de estiagem no semiárido.

É necessário que essa relação entre a pecuária e agricultura seja analisada de modo que nos permita entender sua importância para a base econômica da região estudada, e de forma mais específica, compreender suas relações com o pequeno comércio regional, tendo em vista que essas atividades contribuíram e ainda contribuem não apenas para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade para a população residente, mas também para o desenvolvimento local.

Vale salientar que os ovinos e caprinos também pastavam nessas áreas, porém, devido a sua maior rusticidade e também por serem considerados um tipo de criação inferior aos bovinos, não era a eles disponibilizado, em nenhuma época do ano, nenhum complemento alimentar (SOUZA, 2008).

Melo (2012) nos mostra que os rebanhos bovinos, caprinos e ovinos sempre tiveram relevância na Caatinga dos Cariris. Almeida (2012) nos afirma que o Cariri é o centro de uma indústria pastoril desde o final do século XVII, com as primeiras criações advindas dos estados e Pernambuco e do alto sertão da Bahia. Essa produção dinamiza a circulação econômica local,

seja através do abate desses animais, da produção leiteira e seus derivados ou do couro, utilizado na fabricação de diversos e variados artigos. Todos esses produtos fazem-se presentes nos mercados periódicos regionais, estimulando o pequeno comércio local.

A importância é tamanha que Moreira e Targino (1996) ressaltam a importância da civilização do couro, tendo em vista que o rebanho fornecia matéria-prima (couro) para uma gama de bens utilizados pelo sertanejo em seu cotidiano, tais como: calçados, roupas, chapéus, utensílios domésticos e também instrumentos para o próprio trato com o gado (arreios, celas, amarras de chocalho, dentre tantos outros).

Os dados apresentados por Almeida em 1923, nos mostram a importância da atividade pastoril na microrregião do Cariri que, mesmo se tratando de uma região com baixos índices pluviométricos e que sofre constantemente com problemas hídricos, apresentava àquela altura números vultosos de rebanhos bovinos, equinos e caprinos.

Cabe destacar que as atividades pastoris praticadas nessa área vêm lutando ao longo de todos esses séculos com obstáculos ao seu desenvolvimento. Problemas associados à escassez de forragem e de água em épocas de estios. As secas periódicas associadas a um regime de imprevidência do homem do campo - que não armazena forragens obtidas em épocas de abundância para ser utilizada nos momentos de escassez – periodicamente trazem dificuldades especialmente aos pequenos criadores. Ainda é exposto por Andrade (1980, p. 34) que em épocas de estiagem prolongada em que o gado não encontra alimentação, os vaqueiros e pequenos produtores queimam os espinhos de algumas cactáceas como o facheiro, xiquexique e mandacaru, assim como a macambira para alimentar o rebanho.

Sobre essa problemática, vemos que a pecuária: “Sujeita mais do que outra qualquer aos perniciosos efeitos das seccas, que, por vezes, a têm quasi aniquilado, a criação renasce sempre com tal vigor, que, em pouco tempo, adquire maior prosperidade do que a perda nestas épocas terríveis” (JOFFILY, 1977, p. 123).

Andrade (1980) nos faz apontamentos sobre as atividades pastoris no Sertão Nordeste. Ele nos mostra que os maiores rebanhos, que são os bovinos e caprinos são criados soltos, na maioria dos casos, em caráter extensivo e sem que se faça uma seleção racial com vista ao melhoramento do rebanho.

O mesmo autor ainda nos mostra que em áreas inóspitas nas quais a capacidade de lotação é baixa e são exigidos muitos hectares para criação de uma rês, torna-se pequena a vigilância ao gado e não sendo atendidos cuidados básicos que aumentariam sua produção, tais como alimentação racional, seleção racial e medidas sanitárias. Com isso, o gado do sertão

nordestino apresenta pequeno porte e peso, quando comparados com animais criados em regiões com sistemas de criação mais avançados e condições naturais mais favoráveis.

Esse sistema de criatório em caráter ultra extensivo contribuiu como inibidor de um predomínio do trabalho escravo no sertão paraibano, tendo em vista que era impossível que o grande fazendeiro controlasse diretamente a produção (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 71). Esse tipo de criatório também não exigia um grande número de trabalhadores para que a fazenda funcionasse adequadamente, isso, talvez, sirva como uma das justificativas para a sempre baixa densidade demográfica da região, quando comparada a outras áreas do estado.

Esse contexto de baixa densidade populacional e desse regime extensivo de criação do gado também está associado à pobreza da pastagem natural da caatinga e de um regime pluviométrico irregular, com seca prolongada. (MOREIRA; TARGINO, 1996. p. 71). Esse cenário, aliado a utilização de técnicas rudimentares de criação obrigou a atividade pecuária do Sertão a se desenvolver em grandes propriedades de terra.

Outra discussão relevante, trazida por Moreira e Targino (1996), aponta que as atividades pecuárias presentes no interior do Estado possuíam pouca dependência do mercado externo e que com isso as crises externas não acarretavam uma regressão do sistema criatório tal como ocorria com o sistema açucareiro. Sua base de consumo se dava no mercado interno, favorecendo a ampliação das relações comerciais locais e regionais.

Ainda na atualidade o mercado externo exerce certa influência, mesmo que indireta, na pecuária regional. Souza (2008) afirma que, a partir da década de 1970, pressões políticas internas e questões que envolviam o mercado internacional de carne fizeram com que no Brasil a pecuária passasse a receber uma série de benefícios oriundos de diversos programas governamentais, tais benefícios favoreceram, inclusive, diversos produtores do semiárido. O autor ainda expõe que a participação da SUDENE nesse processo foi muito importante, ocorrendo através do Projeto Sertanejo (1976-1983) e contando com o apoio financeiro do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco do Estado da Paraíba (Paraiban), também atuaram como agentes da política de crédito e de financiamento da pecuária do Estado. Essas instituições ofereciam crédito subsidiado, com juros muito baixos e um longo período de carência (três anos).

O intuito dessas ações era facilitar o crédito rural, gerar melhores condições de recursos hídricos, proporcionar assistência técnica e possibilitar o acesso à terra. Porém, a atividade

pecuária captou significativa parcela dos recursos financeiros, enquanto o processo de concentração de terras foi estimulado e impetuoso.

Moreira e Targino (1996) afirmam que essa expansão da atividade criatória que ocorre a partir da década de 70 pode ser considerada um dos marcos do processo de modernização da agropecuária estadual da Paraíba.

Na atualidade podemos observar um crescimento significativo da pecuária caprina na região. Mesmo tendo havido originalmente uma prevalência da pecuária bovina, o predomínio recente dos caprinos no Cariri envolve, entre outras razões, a maior resistência a seca por parte desses animais, bem como a relação com a oferta de alimento que, quando comparada a dos bovinos, é significativamente menor.

Assim como já foi mencionado nesse trabalho, as bases econômicas do Cariri Paraibano estiveram, historicamente, assentadas na pecuária e também na atividade agrícola. Portanto, torna-se necessário buscar nos aprofundarmos sobre cada uma dessas atividades.

Ao descrever as atividades agrícolas no Cariri Paraibano, em meados do século XX, Melo (2012) nos apresenta uma problemática ligada à questão climática. O autor afirma que: “a lavoura torna-se uma espécie de jogo de azar em que as maiores probabilidades nem sempre estão ao lado do agricultor” (MELO, 2012, p. 180). Tal conjuntura comprova a importância que o meio físico desempenha na organização do espaço geográfico, principalmente em áreas tecnicamente menos desenvolvidas, nas quais a menor presença científica e tecnológica contribui para uma maior dependência frente aos condicionamentos naturais.

Castro (1980) ao relatar o contexto alimentar do sertão nordestino, em meados do século XX, demonstrou a existência de desequilíbrios cíclicos na alimentação dos sertanejos em razão dos períodos de seca. Nesses períodos a economia regional se desorganizava substancialmente e instalava-se a fome epidêmica. O autor ainda apontava que nesses momentos de seca o sertanejo experienciava um regime de subalimentação, reduzindo a quantidade e a variedade de alimentos.

As culturas plantadas, em geral, eram aquelas de pequeno ciclo que conseguissem se adaptar aos curtos períodos chuvosos da região. Predominavam assim as culturas do milho e do feijão e outros gêneros em menor proporção (jerimum, macaxeira, etc.), contudo, as safras tornavam-se sempre incertas.

A pequena produção de alimentos no Cariri paraibano propagou-se, inicialmente, associada à atividade pecuária existente na região. Moreira e Targino (1996) afirmam que o necessário suprimento dos vaqueiros contribuiu para o desenvolvimento de uma produção alimentar com base nas culturas do feijão e do milho, que eram plantadas no interior das

fazendas, “sobretudo nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 77).

A agricultura nessa parcela do território paraibano, assim como demonstrado por Joffily (1977), se dava durante os períodos chuvosos, em roçados e roças localizados as margens de rios e riachos. Em alguns casos, também se dava em época de início do período seco, em áreas mais restritas que eram as vazantes desses rios. A plantação nessas áreas de vazantes apenas se dava quando não eram mais esperadas cheias no rio para aquele ano.

Esses agricultores que plantavam nas vazantes⁸, estavam sujeitos a perder toda produção em decorrência de cheias extemporâneas no rio. Contudo, propriedades que possuíam terras de vazantes tornavam-se mais valiosas por ampliar a época do ano passível de se obter safras. Nessas áreas se diversificava os produtos cultivados pelo pequeno produtor, destacando-se a cultura da batata-doce.

Outra atividade agrícola que teve significativa relevância durante décadas para a economia local foi a cotonicultura. O algodão, desde o período pré-colonial, já estava presente na vida das sociedades que habitavam o território paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1996). Mas foi no fim do século XVIII, em decorrência do crescimento da indústria têxtil e ampliação da demanda desse produto no mercado internacional que a cultura cotonicultura é ampliada e ganha relevância no estado.

A expansão do algodão no Cariri paraibano não consistia em competição dessa cultura com a pequena produção alimentar. Isso se explica pelo fato de que o algodão pode ser cultivado em consórcio com as lavouras que eram comumente plantadas na região. O que havia, na verdade, era uma cooperação, ou sustentação mútua, dessa variedade de culturas. Almeida (2012, p. 476), descrevendo essa situação, acrescenta que esse plantio em consórcio se tornava mais lucrativo. O autor ainda cita que nessas terras com vegetação débil e aparência mesquinha, a cotonicultura (especialmente a de tipo herbáceo e fibras curtas) se adapta com perfeição as condições climáticas e edáficas.

Também contribuiu para consolidação do algodão em terras do Cariri Paraibano o fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período do ano com maior estiagem. Tornando-se também uma atividade complementar da pecuária já praticada na região. Consolidou-se, dessa forma, o trinômio gado-algodão-policultura, “marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 77).

⁸ Faixas de terras situadas às margens de rios ou riachos, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas nas épocas secas.

É inconteste que o algodão, plantado em sua forma arbórea e herbácea, foi o principal produto da lavoura do Cariri paraibano durante vários anos. Permanecendo com relevância nos arranjos agrícolas na região até a década de 1980, quando é devastado pela praga do bicudo, responsável pela destruição de grande parte dos algodoads existentes. Faz-se necessário destacar que mesmo antes da infestação da praga na região, o algodão já vinha perdendo relevância no cenário regional. De acordo com Moreira e Targino (1996), tal situação se explica por uma crise na indústria têxtil regional e substituição do seu uso por fibras sintéticas.

A síntese dos aspectos discutidos até aqui nos mostra que a localização, ordenação geográfica e características naturais devem ser consideradas quando se observa o histórico de desenvolvimento econômico e social do Cariri Paraibano. Entendemos que essa região dispõe de enorme potencial e várias possibilidades que podem viabilizar melhores condições de vida para a sociedade que nela habita.

Em um ofício escrito em 1790 ao governador de Pernambuco (a quem, nesse momento histórico, a Paraíba estava submetida), observadores elaboraram um parecer afirmando que na região em torno de São João do Cariri havia uma dificuldade de se produzir alimento suficiente para um núcleo urbano maior, alegando que o terreno era muito seco e não admitia plantações, mas somente criação de gado (SOUZA, 2008). É necessário destacar que, no contexto dessa época, a região não possuía suficiente número de estradas que permitissem uma maior interligação e a comercialização de mercadorias com outros centros mais dinâmicos não era simples.

Concordamos com Souza (2008) quando afirma que um conjunto de fatores limitava o destino da produção do Cariri a um comércio local ou intrarregional e que não estimulava maiores investimentos entre os produtores para atender a uma demanda tão pequena.

Um resgate histórico do comércio varejista no período colonial brasileiro contribui para explicar como as feiras brasileiras conseguiram se firmar como forma comercial importante para suprir necessidades básicas de consumo da população, especialmente nas áreas interioranas. Nessa época a ênfase era dada aos produtos destinados à exportação e eram escassos os investimentos pautados para atender ao consumo interno.

A história nos mostra que, enquanto se voltava as atenções para o mercado externo, as cidades e vilarejos no interior nordestino sofriam da escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população local. As feiras livres contribuíram na disseminação dos produtos de subsistência para à população dos centros urbanos mais remotos da antiga colônia.

Os gêneros agrícolas, assim como apontado por Salgueiro (2006), são produzidos de forma relativamente dispersa e numa determinada época do ano. Mas os consumidores exigem

encontrar tais produtos acessíveis e de forma regular ao longo de todo ano. Tais exigências são cumpridas com maior facilidade na atualidade em razão do avanço nos mecanismos de logística, como os transportes e a armazenagem.

O semiárido nordestino passou por graves crises de abastecimento de gêneros básicos de consumo de sua população. Em território paraibano são diversos os relatos de crises de desabastecimento com grave escassez de mantimentos básicos para a população local. Almeida (2012) relata diversas crises que assolavam o Estado ao decorrer dos séculos, classificando-as como “agouros de conjunturas mais sinistras” (ALMEIDA, 2012, p. 145). De fato, os cenários descritos nessas épocas de secas prolongadas e de escassez generalizada no interior paraibano eram catastróficos e a fome massacrava a população local.

Um trecho do livro de Almeida (2012, p. 158) descreve esse cenário de desabastecimento em uma feira do Cariri Paraibano no ano de 1877. Cabaceiras é o município retratado, vejamos: “Na pequena feira de costume nenhum gênero mais aparece, além de rapadura, uma ou outra carga de farinha, milho e tudo por um preço exorbitante”. Na continuação do relato nos é exposto que:

Os desvalidos, em número crescido, já caem exangues; o pouco gênero que o governo para aqui remete com três e quatro dias é distribuído, ficando o respectivo depósito vazio quinze e mais dias, tempo que medeia à segunda remessa. O número de cargas que toca a esta infeliz vila tem atingido o maior a 12 em cada remessa, que seriam insuficientes para matar a fome da casa de caridade daqui, na qual existem perto de noventa pessoas sem recurso algum.

Vários fatores contribuíram para a extinção desse triste cenário no interior nordestino. Mesmo sabendo da pluralidade de contribuições para a mudança progressiva desse quadro, optamos por dar ênfase há alguns fatores ligados a logística e que são objetos de estudo da Geografia Econômica: sem dúvida alguma a abertura de vias e interligação de espaços proporcionada pelos avanços técnico-científicos contribui para mesmo em época de estiagens prolongadas na região os produtos continuarem chegando as prateleiras e bancas da feira. Assim, o comércio local fica cada vez menos dependente da produção local.

Também é inegável que os avanços sociais e econômicos que a região tem vivenciado nas últimas décadas, em decorrência dos programas governamentais, contribuíram para a ampliação da renda e têm garantido um potencial mínimo de compra para as famílias beneficiadas por tais programas, ampliando seu poder aquisitivo.

Podemos perceber que nas últimas décadas não se tem constatado graves crises de abastecimento no Nordeste brasileiro e o comércio consegue manter uma constante

comercialização dos gêneros mais procurados pelos consumidores em virtude na maior interconexão entre os espaços.

Segundo dados do último censo demográfico realizado em nosso país apontam que a população urbana do Cariri Paraibano era de 105.539 habitantes (representando aproximadamente 57% da população total da região) e a população rural contava com 79.696 habitantes (43% da população total da região). Ao observar friamente os números, a impressão gerada é a de que a região vive uma tendência à urbanização, porém em um ritmo mais lento do que a média brasileira.

Melo e Dantas (2011) compararam a taxa de crescimento da população que reside em aglomerados urbanos do Cariri Paraibano com outros de porte semelhante de distintas partes do Brasil, Nordeste e da Paraíba. Os resultados apresentados pelos autores, fundamentados em dados do censo demográfico de 2010, apontam que os municípios do Cariri apresentavam uma taxa de população urbana inferior às outras unidades geográficas.

Essa pesquisa também pôde constatar que existem diferenciações quanto à maior localização da população nas zonas urbana e rural entre as microrregiões do Cariri: no Ocidental 59,33% da população total do município estava concentrada na zona urbana; já no Oriental, essa concentração era de 45%.

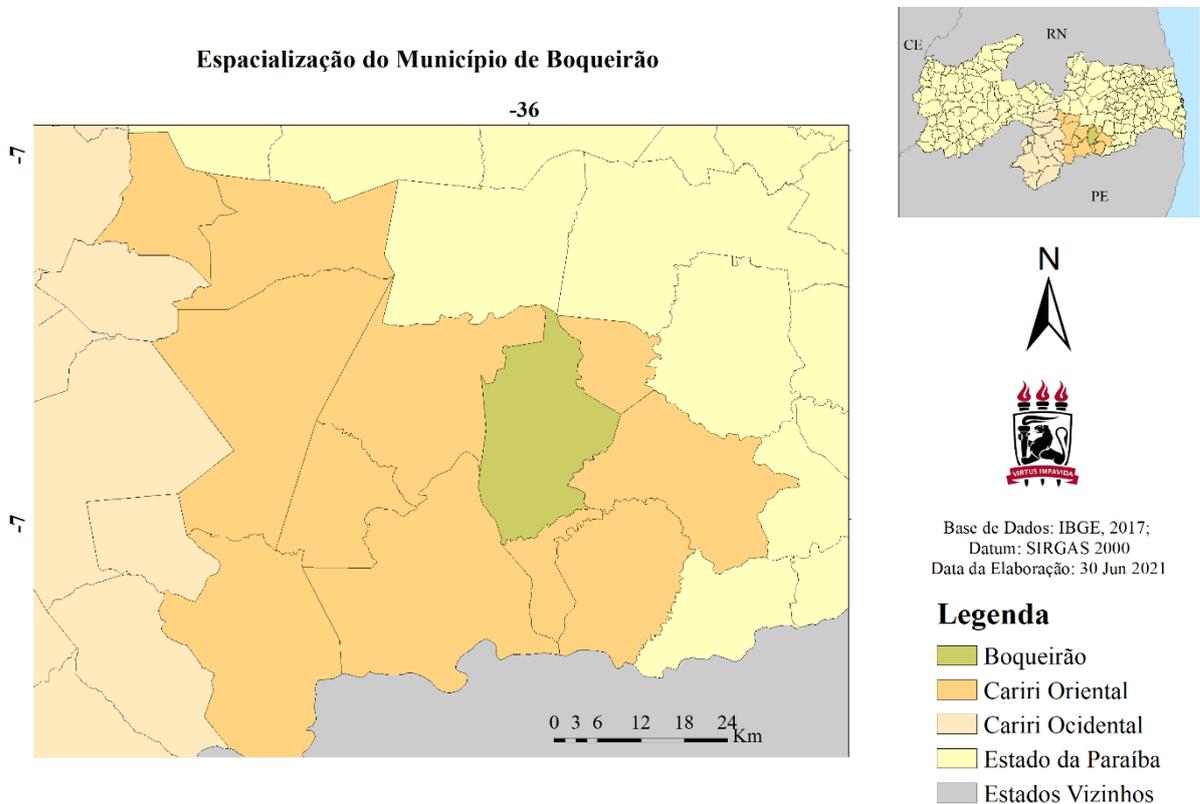
Esses dados constataam que, mesmo a maior parcela da população da região vivendo em área urbana, os percentuais de população rural estão acima das médias nacional, regional e estadual, o que corrobora com o perfil rural do Cariri, bem como denota a importância das atividades primárias e dos benefícios da previdência rural para a economia local. Tais informações ainda podem indicar uma intensa articulação entre o urbano e o rural nos pequenos municípios que compõem essa região.

Acreditamos que os aspectos aqui expostos, relacionados ao processo de formação histórica, localização e às atividades econômicas desenvolvidas que prevaleceram/prevalecem na região do Cariri Paraibano se constituem em elementos fundamentais para uma reflexão e melhor compreensão sobre este que é o espaço da nossa pesquisa.

Para observar as questões propostas nessa investigação, optamos por analisar em maior profundidade um município em específico desta região. Acreditamos que isso permita um levantamento mais minucioso de uma realidade que é bastante semelhante à de outras localidades da região. O município de escolha foi Boqueirão, portanto, precisamos nos debruçar também sobre aspectos históricos, geográficos econômicos e sociais relativos a essa localidade, tarefa essa que iremos tratar nos próximos parágrafos.

O município de Boqueirão se encontra localizado no Nordeste do Brasil, se inserindo na região do semiárido, sendo um dos 223 municípios do estado da Paraíba. Localiza-se, mais especificamente, na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Oriental.

Figura 5 - Mapa do município de Boqueirão -PB



Fonte: IBGE2017, adaptado por ARAÚJO; TAVARES (2021)

A História nos mostra que o município nasceu e se desenvolveu as margens da bacia hidrográfica do Paraíba. O Rio Paraíba - principal da bacia - também é o mais extenso do estado. A bacia do Paraíba do Norte, como também é conhecida, se estende por um total de 20.071,83, Km², contidos inteiramente no Estado da Paraíba.

O principal aproveitamento das águas dessa bacia, que além do Rio Paraíba conta também com a sub-bacia do Rio Taperoá, é para irrigação e abastecimento urbano. Tendo como principal reservatório hídrico o açude Epitácio Pessoa (popularmente conhecido como açude de Boqueirão), que é a principal reserva de água potável do cariri paraibano). A construção desse reservatório, inclusive, alterou profundamente a dinâmica espacial da região. Esse manancial é administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e foi construído entre os anos de 1951 a 1956.

Figura 6 - Operários na construção do açude Epitácio Pessoa



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Boqueirão

A partir do processo de construção desse reservatório, a antiga vila denominada Boqueirão de Cabaceiras, ganha notoriedade em nível local e na escala microrregional (OLIVEIRA, 2007). Fica perceptível, nessa conjuntura, uma significativa expansão populacional, concomitante ao crescimento econômico em virtude da convergência de operários e técnicos que trabalharam na construção da barragem e posteriormente permaneceram no território. Assim, o setor de serviços cresce substancialmente, em especial o comércio varejista, para suprir a demanda jamais vista antes naquela localidade e que surge a partir de tal crescimento populacional. Coube à feira livre local atender as necessidades básicas de consumo da população municipal, mesmo antes da emancipação municipal de Boqueirão, que a está altura era um distrito de Cabaceiras – PB.

Diante desse contexto, com a evolução da Vila, a população começou a reivindicar frente aos órgãos competentes a sua emancipação política, que se concretizou em 30 de abril de

1959, através da Lei nº 2078, passando a denominar-se Boqueirão. Após esse processo emancipatório, Boqueirão chegou a ser o segundo maior município do Estado da Paraíba, em extensão territorial. Posto que perdeu posteriormente, com a emancipação de quatro dos seus distritos (Caturité, Barra de Santana, Riacho de Santo Antônio e Alcantil), no ano de 1996.

Além da agricultura e pecuária, atividades tradicionais desde o período da colonização, o município também se destaca por uma significativa produção de redes e tapetes, que dominou durante algumas décadas a economia local (SOUSA; BRITO; ANDRADE, 2013). Com a praga do bicudo e a conseqüente redução da atividade cotonicultora na década de 1980, houve uma diminuição significativa dessa produção que ainda permanece, mas em volume bem inferior aos tempos áureos dessa atividade.

O avanço do comércio local ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento dessa base produtiva. Assim, a feira livre de Boqueirão tornava-se ponto central na distribuição da produção municipal para áreas circunvizinhas ao mesmo tempo em que contribuía na geração de empregos e renda local.

Dentre as atividades econômicas, que tem sua base assentada na utilização da água do reservatório, se pode destacar a prática da pesca; atividades de esporte e lazer vinculadas ao turismo e o desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas. Essas atividades contribuem para a dinamização da economia boqueirãoense e ampliam a renda gerada no município, mas é evidente que dentre tais, a atividade econômica de maior relevância e que merece destaque em nosso estudo é a da irrigação.

A agricultura de subsistência que predominava no início do processo de ocupação territorial, apesar de não ter desaparecido, foi gradualmente substituída por uma nova agricultura que se destinava ao comércio dos produtos colhidos. Em Boqueirão, o ápice dessa transição se dá entre as décadas de 1950-1960 quando os produtores locais deram início a esse novo modelo destinado ao comércio (OLIVEIRA, 2007). Essa mudança está atrelada a utilização das águas represadas pela barragem do Epitácio Pessoa e também por terem perenizado, em dadas proporções, o Rio Paraíba à jusante do reservatório, com a utilização do túnel adutor.

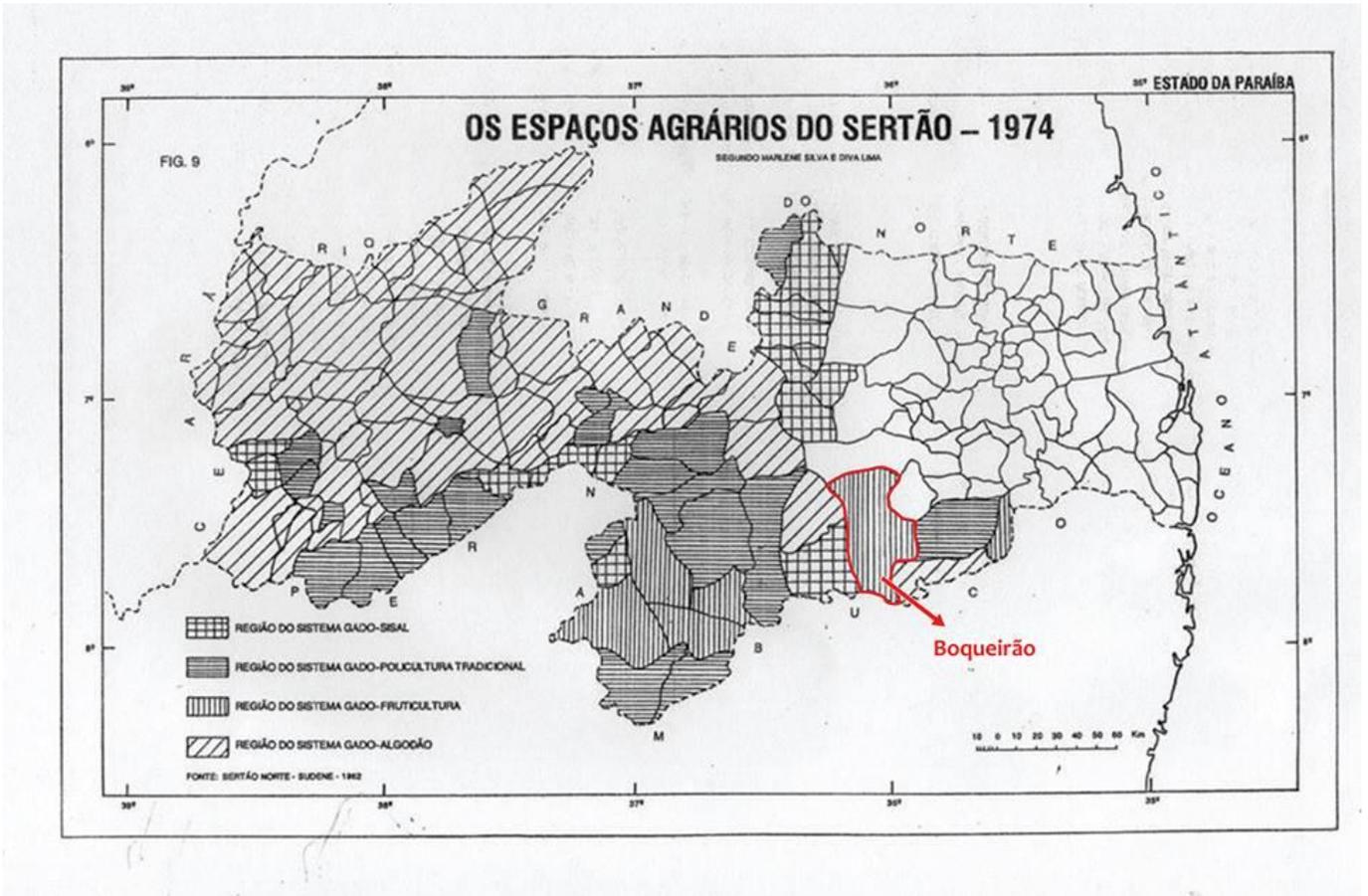
Nessas áreas agrícolas beneficiadas direta ou indiretamente pelas águas represadas no açude cresceu a produção e variedade de culturas plantadas. Dentre essas, podemos destacar o feijão, milho, repolho, pimentão, banana e o tomate. Essas terras possibilitam um aumento na produção agrícola do município, situação que estimulou a migração de várias pessoas que residiam em municípios vizinhos e buscavam trabalho nesse mercado agrícola em expansão.

Melo (1985), analisando a utilização da mão-de-obra utilizada na tomaticultura local na década de 1980 já constatava um número significativo de assalariados temporários que trabalhavam no preparo da terra, no plantio e sobretudo na colheita. A renda obtida por esses trabalhadores contribuía para dinamização econômica do município.

A transformação, a partir da utilização de métodos para irrigação, foi tão expressiva que alterou de forma substancial as características agrárias do município. Estudos coordenados pela SUDENE, entre as décadas de 1970 e 1980, objetivavam apreender as formas de organização do espaço e processos geradores dessas formas em território nordestino. Eles mostraram que na Paraíba, dentro da área do sistema gado-algodão, existiam quatro subunidades espaciais que se diferenciavam com base em formas e utilização de recursos: a) área do sistema gado-algodão; b) área do subsistema gado-policultura alimentar tradicional; c) área do sistema gado-sisal e; d) área do sistema gado-fruticultura.

Assim como retratado na figura 8, o município de Boqueirão (ainda composto pelos distritos que viriam a se emancipar em 1996) foi caracterizado como pertencente à área do sistema gado-fruticultura, diferenciando-se assim dos demais municípios circunvizinhos que até a construção do açude e disseminação da irrigação possuíam características muito semelhantes as suas.

Figura 7 - Os Espaços agrários do Sertão Paraibano – 1974.



Fonte: SUDENE, 1982 (Adaptado por TAVARES, 2016).

Tanto a agricultura tradicional, quanto essa nova fase de produtos agrícolas plantados com os benefícios da irrigação contribuíram e ainda contribuem de forma substancial no abastecimento da população local e na prosperidade do pequeno comércio local.

A irrigação desenvolvida no município de Boqueirão, desde os anos 1970, também contribuiu significativamente na manutenção de um nível mínimo de renda de diversas famílias ao decorrer do ano inteiro. Em diversas ocasiões, pequenos proprietários de terras em outras áreas do município que não dispõem de perímetros irrigados e acabam tornando-se dependentes do regime de chuvas, optam por vender sua força de trabalho e tornam-se assalariados de proprietários de terras irrigáveis. Essa foi uma opção para trabalhadores que buscavam garantir sua subsistência na própria região e acabou possibilitando uma redução nos índices migratórios para outras regiões do Brasil. Contudo é necessário destacar os baixos níveis de remuneração para esses trabalhadores, suficientes apenas para atender as demandas mais preeminentes de consumo.

Silva (2012) afirma que o significativo crescimento econômico ocorrido em Boqueirão a partir da construção do reservatório hídrico fez com que o município se tornasse um centro de atração de pessoas e comerciantes, destacando-se das demais localidades que compõem o Cariri Oriental pela oferta de empregos na agricultura irrigada que existe aos arredores do açude. O autor ainda destaca que o aumento da população, associado a um crescimento urbano desordenado acabou por resultar em áreas com forte concentração de pobreza.

Podemos perceber que, apesar de diversas similitudes com os demais municípios do Cariri Paraibano, no que se refere aos aspectos históricos, físicos e econômicos, Boqueirão também apresenta características próprias e que divergem de áreas circunvizinhas, muito em razão da construção do açude Epitácio Pessoa, obra que alterou profundamente a dinâmica local.

4.2 A histórica (e necessária) dependência das políticas públicas

A desigualdade social brasileira não é uma dificuldade recente, visto que se configura por ser um problema histórico, pois ao observamos a colonização do Brasil podemos perceber uma divisão clara de classes sociais. Tendo em vista essa situação, as políticas públicas também não se configuram como algo recente em nosso país, porém essas questões sociais só vieram ganhar visibilidade por volta da década de 1940. Alves (2017) afirma que foi durante o governo de Getúlio Vargas, que ao ser instituído a Legião Brasileira de Assistência – que possuía o intuito inicial de auxiliar os familiares dos soldados que haviam sido enviados para Segunda Guerra Mundial e posteriormente passa a ajudar as famílias carentes do Brasil – se iniciavam as políticas públicas assistenciais brasileiras.

Quando fazemos um recorte para o Nordeste, podemos perceber que as políticas públicas, de maneira geral, iniciaram voltadas para a seca, pois ela seria o principal vetor dos problemas que ocorriam na referida região e, desse modo, a causa maior das desigualdades sociais e espaciais existentes, seja no âmbito intrarregional, seja no âmbito nacional (CÁSSIA, 2015). A seca é um fenômeno natural presente em todas as regiões do mundo. De todos os desastres naturais ocorridos, a seca é responsável por 22% dos gastos, 33% do número de pessoas afetadas e 3% do número de mortos (FARIAS, et al, 2017).

Segundo Travassos, Souza e Silva (2013), as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em curto, médio ou longo prazo.

Os registros de seca na região Nordeste datam do período colonial, quando haviam aqui padres jesuítas, como Fernão Cardim. Campos (2014) relata que o padre fez um relato epistolar que se constitui no primeiro documento a registrar uma seca no Nordeste. Ainda segundo Campos (2014), esse período, ainda no Brasil Colônia, foi considerado, na periodização das políticas públicas, não por existir política de secas, mas por representar o período que a sociedade e governos tomaram conhecimento do problema.

As secas no Nordeste permeavam as ações estatais desde o Império, assim como os diversos planos viários para interligar o Brasil. O importante é destacar que já havia o reconhecimento de problemas em regiões brasileiras que necessitavam da ação do Estado. (PORTUGAL e SILVA, 2020).

Portanto, ao pensarmos a história das políticas públicas no Brasil e em regiões como o Nordeste é preciso reconhecer que não foi um processo homogêneo no tempo e no espaço. Portugal e Silva (2020) ainda afirmam que existiram diversos direcionamentos, sejam eles metodológicos, teóricos ou práticos que podem ser observados ao longo da história das políticas públicas que essas modificações ocorreram de acordo com o próprio funcionamento do Estado brasileiro por influências internacionais ou nacionais. Dessa forma, pode-se afirmar que essas políticas de desenvolvimento regionais foram se transformando ao longo do tempo, adaptando-se as necessidades de cada período.

No período que remonta o colonialismo brasileiro, houve um período de seca marcante que iniciou em 1777 e persistiu até 1778. Nessa seca, que ficou conhecida como a seca dos três setes, estima-se que foram dizimados sete oitavos do rebanho do Estado do Ceará. Portugal e Silva (2020) relatam que nesse período, até mesmo em condições de baixa densidade demográfica e em áreas sem degradações antrópicas – a ausência de infraestrutura de captação e reserva de água no Nordeste brasileiro – gerou movimentos migratórios associados à fuga dos efeitos das secas. Ainda na situação de Brasil colônia foi perceptível as primeiras ações do Estado em combate a seca, pois, em 1725, o capitão-mor da Paraíba solicitou auxílio para a população flagelada ao rei de Portugal, Dom João V, e ele recomendou o estímulo à plantação de mandioca para combater a preguiça e a fome.

No período Imperial também é notável inícios de políticas de combates a seca, quando o Barão de Capanema realiza uma proposta de enviar ao Nordeste camelos para que melhore a qualidade de rede de transporte, para que fosse possível enviar água e alimentos a população que sofria com falta de água. Porém, mesmo sendo realizada a proposta, ela não prosperou devido à falta de integração entre a comunidade local, os cuidadores e os próprios animais. (PORTUGAL e SILVA, 2020).

De uma forma geral, podemos ressaltar que as ações do Império eram pontuais, apenas para a época, porém algo que vai ganhar a devida atenção será o projeto de construções de açudes próximo as áreas mais afetadas pela seca. Ainda podemos notar, também, que a transposição do Rio São Francisco (que só será realizada mais de 150 anos depois) é um projeto desse período.

A partir de 1889, quando o Brasil deixa de ser um Império e passa a ser uma Federação, não deixando de ter o domínio das elites regionais, sobre o governo central – que durou de 1889, proclamação da República, até a revolução que colocou Getúlio Vargas no poder, em 1930 – ficou marcado na historiografia brasileira como Primeira República, ou República Velha. Nesse período, houve a execução de muitas obras que foram deixadas no papel pelo governo imperial. Campos (2014) afirma que a criação de instituições federais para buscar soluções, em vez de comissões imperiais, representou um grande avanço na busca de soluções para o problema.

É importante salientar que, no período da Primeira República, não existia uma economia unitária no Brasil, e muitos estados brasileiros eram mais beneficiados por essa política elitista. Porém, muitas regiões brasileiras que eram afetadas por essa forma de governo, demandavam recursos federais, visto que seus problemas saíam da esfera regional, como o caso das secas nordestinas.

Ainda relatando o que foi proposto por Campos (2014), o autor escreve que a solução para esses grandes problemas seria a construção de infraestruturas hidráulicas, porém já era perceptível naquele momento que muitos rios do Nordeste poderiam permanecer secos por mais de um ano e que os recursos de água subterrânea eram quase escassos. Sendo assim haveriam duas principais soluções: a construção de açudes e a importação de água de rios perenes, no caso do rio São Francisco.

Segundo Portugal e Silva (2020), o marco com relação a instituições durante a República Velha, na criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), que teria como objetivo principal a realização de estudos e obras de combate às secas, como as construções dos açudes, perfurações de poços, entre outros.

Contudo, segundo Farias (2018), o orçamento previsto para esse órgão era muito pequeno, onde, até o ano de 1914, só foram escavados no Nordeste 42 poços, sendo 33 deles em propriedades privadas e apenas nove em propriedades públicas. Dessa forma, no governo de Epitácio Pessoa (um presidente paraibano que se interessava pelo combate à seca), a IOCS passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e a partir da

incrementação do nome “federal”, aconteceram mudanças no regulamento e no financiamento da instituição.

Nesse período, um avultado crédito para obras contra as “secas” foi aberto, sendo chamado de “Caixa das Secas”, retomando o projeto de modernizar os sertões, e várias obras foram iniciadas. Não faltou interesse de Epiácio Pessoa em preparar a região para o enfrentamento do fenômeno.

Em 1918, o último ano da gestão Venceslau Brás aplicou em obras contra as secas cerca de 2.326 contos de réis. Quatro anos depois, o montante saltou para 145.947 contos de réis (VILLA, 2000). De acordo com Farias (2018), a realização dessas políticas públicas de combate à seca não entusiasmou as oligarquias nordestinas, visto que eles temiam que o Nordeste se modernizasse e tirasse a população pobre do campo e da cidade do estado de miséria em que vivia, perdendo, assim, o controle do capital político da região. É interessante destacarmos que, pouco tempo depois, o órgão teria sido capturado pelas elites agrárias locais para o atendimento de interesses pessoais.

Apesar do presidente Epiácio Pessoa ter conseguido recursos para tentar solucionar o grande problema nordestino, o seu sucessor, Artur Bernardes, abandonou esses investimentos, justificando que as obras teriam alcançado o seu objetivo e que não seriam mais necessárias obras nesse sentido na região.

Dessa forma, as políticas de combate à seca só serão retornadas no governo de Vargas (1930-1945), época em que houve significativas mudanças na política brasileira, inclusive a quebra da política do Café com Leite e alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais. A importância e poder centralizado na mão da figura do presidente e, por fim, a criação de uma nova Constituição, a de 1934.

Nesse contexto, a nova Constituição trata as secas como um problema regional, mas que deve ser combatido pela União. Portugal e Silva (2020) relatam que, num primeiro momento, essa constituição traz um caráter permanente ao enfrentamento desse problema e amparo a uma região específica do Brasil, no caso o Nordeste. O segundo momento é que haveria um compromisso de, pelo menos 10 anos, em que o Estado assumiria o financiamento do combate às secas, estipulando um mínimo de 4% de sua receita tributária. Ainda podemos citar o importante passo que foi dado ao estabelecer, em 1936, a primeira delimitação do polígono das secas.

Já durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi criado o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como objetivo discutir e apresentar soluções para resolver o problema da seca do Nordeste e a solução seria a criação da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Após o golpe militar de 1964, o governo resolveu limitar os recursos e os trabalhos que vinham sendo desenvolvido na SUDENE, sobretudo após a “seca” de 1969/1970. No ano de 2001, esse órgão foi fechado, sendo reativado só 2007.

Com a organização do GTDN, na década de 1950, foi desenvolvido um relatório escrito por Celso Furtado que ganhou notoriedade por ter apresentado a primeira interpretação teórica sobre as desigualdades regionais no Brasil, e possivelmente na América Latina.

Nesse relatório foi exposto que a renda per-capita da Região Nordeste naquela época era inferior a 1/3 daquela da Região Centro-Sul do Brasil. Para buscar uma compreensão desse cenário, o autor partia de como fundamentos históricos da colonização regional atuavam na dicotomia social da região nordestina.

Partindo dessa premissa, o autor observou que a empresa agrícola exportadora se desenvolveu baseada em trabalho escravo. Além disso, constatou também que ao demandar animais de carga e proteína animal, a economia exportadora criou sua própria periferia no interior da região, que havia ficado subordinada e dependente a atividade principal. Por fim, verificou que a organização da fazenda do semiárido havia se fundamentado no controle da terra e na criação de uma população rural sem-terra e sem salário, a qual trabalhava para o dono da terra na forma de “meia” e aproveitava a terra para a produção da própria subsistência alimentar (GTDN, 1967).

Essas características, que perduraram por séculos, acabaram dificultando um processo de modernização na região. É importante observar, com atenção, os aspectos sociais e econômicos relativos ao semiárido, já que as secas atingiam, de maneira direta e rigorosa, a produção de alimentos. Somando-se ao fato que a estrutura produtiva da área não estava fundamentada no trabalho assalariado, essa conjuntura levava recorrentemente a um cenário de fome e miséria, sob o qual as medidas contra as secas não conseguiam alterar o quadro estrutural.

O relatório da GTDN, desenvolvido por Celso Furtado, também apresentava um plano de ação para mitigação desses problemas, sintetizado em quatro diretrizes básicas: estímulo a industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia no semiárido e; deslocamento da fronteira agrícola para o estado do Maranhão.

O contexto histórico tornou difícil a implementação das diretrizes do GTDN e dos primeiros planos diretores da SUDENE. Isso se dá em razão não apenas da escassez de recursos, mas, principalmente, pelos conflitos de interesse que inviabilizavam as transformações

estruturais do setor agrícola, tanto na faixa úmida quanto no semiárido, ou mesmo da implantação da chamada indústria de base (DINIZ, 2001).

Mesmo com as mudanças políticas introduzidas a partir do golpe de 1964, a força intelectual e moral de Celso Furtado, bem como as expectativas de redenção da pobreza nordestina fizeram com que o diagnóstico inicial que deu origem à criação da SUDENE persistisse e servisse de base para ações implantadas pelo governo na região e para a montagem dos mecanismos de política e de incentivos, que no cerne, perduram até os dias atuais (DINIZ, 2001).

Durante a seca de 1970, a SUDENE começou a apresentar sinais de enfraquecimento político e, por conseguinte, econômico. Nesse contexto, começam a surgir novos instrumentos da política pública, como o sistema de crédito rural, o fortalecimento do cooperativismo, a assistência técnica e extensão rural, frentes de emergência, políticas de fomento e de condicionamento da produção, o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Distribuição de Terra (PROTERRA), o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, dentre outros (CÁSSIA, 2015).

Quando se aprofunda e relata as políticas públicas durante o período da ditadura militar do Brasil (1964-1985) é importante relatar que de uma forma geral, é marcado pela regressividade tributária, centralização das decisões, privatizações, que alterou a estrutura da administração pública a fim de ter maior controle político e financeiro sobre as instituições. Portugal e Silva (2020) afirmam que durante os governos militares, houve um grande incremento das políticas voltadas ao ordenamento territorial e um declínio das políticas regionais pautadas em diagnósticos mais próximos das especificidades e dos interesses regionais.

Segundo Campos (2014), havia o debate sobre a questão estrutural da posse da terra e das desigualdades regionais. Como também, a busca de um desenvolvimento equilibrado era de fundamental importância para o país. O fortalecimento de instituições federais, como a Sudene, foi fundamental para as novas políticas da região.

Ainda durante esse período, mais precisamente durante os anos 1970, foram realizados três planos nacionais de desenvolvimento (PNDs), nos quais as “regiões-problema” tinham funções específicas, considerando-se uma estratégia mais ampla para o país. (Portugal e Silva, 2020). Durante 1969 e 1974 o Brasil experimentou um período de grande crescimento, conhecido como “milagre econômico”, intensificando um processo conhecido como substituição de importações, colaborando para uma melhor integração econômica das regiões brasileiras.

Com relação ao Nordeste, durante o período militar, houve a criação de um fundo de investimentos (Finor), em que as pessoas jurídicas poderiam optar por deduzir até 50% do IR, e em troca receberiam cotas de participação do fundo. Aquelas que desejassem investir no Nordeste teriam acesso aos recursos, emitindo ações e/ou debêntures (PORTUGAL e SILVA, 2020).

É importante salientar que, nessa época, houve um período de amplo planejamento e aplicação de recursos para as políticas econômicas e os problemas regionais foram vistos como nacionais. Ainda segundo Portugal e Silva (2020), aconteceram grandes investimentos em infraestrutura, agricultura e indústria que modificaram a configuração socioeconômico-espacial, inclusive na região Nordeste, como, por exemplo, a construção de um complexo petroquímico no Nordeste, entre os quais fábricas de metal-mecânica, em Pernambuco, e a siderurgia, no Maranhão, as quais, entre outros estímulos, aumentaram a participação nordestina em relação ao PIB nacional. Vale ressaltar que, apesar da importância desses investimentos para a economia regional, elas pouco alteram o cenário e especialmente a base econômica das numerosas cidades pequenas do interior do semiárido.

De uma forma geral, Campos (2014) ressalta que o governo militar, iniciado em março de 1964 adotava o conservadorismo clássico, porém nesse período houveram muitos avanços nas instituições federais e em programas de infraestrutura. A busca do desenvolvimento fazia parte dos objetos de planos e programas regionais.

Algumas políticas públicas foram criadas em benefício dos agricultores familiares, com a finalidade de mitigar os impactos socioeconômicos das secas. Dentre essas políticas públicas, podemos destacar as Frentes de Emergência, que eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio porte realizadas em grandes propriedades. Essa política pública, que ainda hoje é pouco conhecida e debatida em todo território nacional, era uma importante fonte de “sobrevivência” para muitos agricultores do semiárido brasileiro.

Nas Frentes de Emergência, a população era selecionada, a partir de critérios de renda e número de dependentes, para trabalhar em obras de caráter público, em construções de barragens e açudes, melhorias de estradas e poços, entre outras atividades.

Figura 8 - Durante a seca, frente de trabalho desloca-se no leito seco de um rio na região Nordeste.



Fonte: Memorial da democracia

Há de se fazer uma ressalva quanto ao valor pago pela diária nesse benefício: era muito baixo para manter as necessidades básicas da família, ao mesmo tempo em que os trabalhos eram exaustivos. Via de regra, era necessário que outros membros da família que não estivessem cadastrados na Frente de Emergência, empenhassem seu trabalho de forma gratuita para atingir as metas de trabalho destinadas aos seus parentes.

Ainda durante o período do regime militar, mais precisamente por volta de 1979, as estiagens ocorridas entre os anos de 1979 e 1983 (quase cinco anos), são consideradas como a mais prolongada e abrangente seca da história do Nordeste no século XX. Segundo Silva (2017), na metade do ano de 1979, nas microrregiões da Paraíba do Cariri, Seridó, Curimataú e Sertão, 70% das lavouras já tinham se perdido por falta de água. Durante os períodos de estiagens no Nordeste, o êxodo rural era uma forma de resistência frequente entre os camponeses que buscavam as capitais dos seus estados ou até mesmo as regiões sul/sudeste para procurar uma forma de vida.

Em 1983, ano que marcou o fim desse período de estiagem, Moura (1988, p. 25), descreve um cenário desolador:

A expectativa de vida no Nordeste era de 52,6 anos. Havia 22.227.520 flagelados e destes, apenas 2.775 milhões trabalham nas Frentes de Emergência recebendo um terço do salário mínimo. A maioria das crianças com até 6 meses se alimentavam só com água e açúcar. Na zona canavieira a desnutrição infantil chegava a 69,8%. Males como esquistossomose, doença de Chagas, tuberculose e desnutrição atingiam milhões. Muitos, crianças e idosos, morriam por inanição. Números oficiais contabilizavam 35 milhões de crianças desnutridas e um número ainda maior em níveis de miséria absoluta. As periferias urbanas, destino dos flagelados das secas, inchavam dia após dia

umentando o exército de desempregados, e, por sua vez, a marginalização, o subemprego, a desnutrição, as populações de rua, a favelização, a prostituição, a violência e a morte.

Foi durante essa longa estiagem que surgiu o novo programa de Frentes de Emergência, em 1979, que tinha por objetivo deixar o camponês trabalhando nas propriedades privadas da região e não mais em obras públicas, mantendo os empregos no campo e sustentando as pessoas inscritas nas frentes juntas ao local de origem para permitir o fortalecimento dessas terras para melhor conviver com efeitos das futuras “secas” (FARIAS, 2018).

Mobilizavam-se, então, os camponeses desempregados para a construção de obras públicas (estradas e açudes) que beneficiavam os latifundiários da região Norte e Nordeste. Manteve-se a lógica de pagamentos pouco significantes aos trabalhadores, mas também era ofertado uma pequena quantidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Podemos perceber que essa política de emergência adotada em período de seca tinha o intuito de amenizar ou eliminar conflitos sociais que inevitavelmente explodiriam quando parte da população tivesse seu nível de subsistência comprometido. Era uma política destinada a atender a população que se encontra em reconhecido estado de calamidade pública, especialmente no que envolve o abastecimento de água e geração de renda.

Contudo, é importante destacar que, em muitas leituras, é possível perceber que durante esse mesmo período citado acima, os militares não davam a devida importância ao suplício da população nordestina e que pouca ajuda foi enviada. Muitas políticas públicas relacionadas a aquele povo tinha como objetivo beneficiar os latifúndios coronelistas. (FARIAS, 2018).

Ainda com esse pensamento, Travasso, Souza e Silva (2013), afirmam que nesse período órgãos como a SUDENE e o DNOCS não foram eficazes para diminuir os problemas relacionados à seca nordestina, e ainda esses mesmos organismos permaneceram realizando obras em propriedades particulares, principalmente de quem detinha assento no Congresso Nacional.

Após o fim do regime militar brasileiro, o período entre 1985 e 1988 é caracterizado pela transição democrática, que reforçava a importância de um Estado de Bem-Estar, criando instituições mais democráticas e sólidas (PINHEIRO JUNIOR, 2010). Na Constituição Federal de 1988 os estados e os municípios aumentam sua participação na arrecadação total do Estado, dessa forma, as instituições regionais perdem parte do poder que possuíam.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a desenvolver ações mais concretas com o objetivo de combater a fome e a miséria no país, adquirindo assim uma nova concepção de governo. A seguridade Social ganha uma nova definição mencionada

na Constituição e começam a surgir as primeiras ações, programas e políticas públicas e de governo, destinadas a promoverem a superação da fome e da miséria no país. (ALVES, 2017).

Pinheiro Junior (2010) afirma que nesse período pós-ditadura militar um dos problemas estava no financiamento da seguridade social, que deixou de contar com muitos recursos, apesar de haver uma institucionalização do Orçamento da seguridade Social na constituição de 1988 que tinha o objetivo de impedir a prática de apropriação dos recursos destinados aos programas sociais para cobrir déficits públicos. Porém, a peça era descumprida, fazendo a seguridade financiar os cofres da União.

Nesse contexto, inicialmente, surgiu o Benefício de Prestação Continuada, instituído pela própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 203, inciso v. O referido benefício, no valor de um salário mínimo é concedido ao idoso e ao portador de deficiência que não possuam meios de proverem sua própria sobrevivência (BRASIL, 2011).

Na década de 1990, segundo Pinheiro Junior (2010), as políticas sociais encontradas durante o governo FHC estavam divididas em eixos, que são: – Trabalho e Emprego (sistema previdenciário – geral e dos funcionários, Políticas de amparo ao trabalhador, Políticas de organização agrária e fundiária), Assistência Social e Combate à pobreza, Direitos incondicionais de cidadania social e infraestrutura social. Ainda sobre esse período, Portugal e Silva (2020, p. 99) afirmam que:

O próprio conceito de política regional vai se modificando. O modelo padrão de apoio ao capital privado – que, ao se desenvolver, traria consigo o aprimoramento das dimensões sociais – encontra críticas quanto à sua eficácia de dirimir as desigualdades regionais. A indústria, sempre vista como paradigma principal do processo de desenvolvimento, depara-se na atualidade com uma perspectiva de desenvolvimento também pautado em outras atividades econômicas e dimensões do desenvolvimento.

Podemos perceber que, nesse momento histórico, as políticas regionais vão perdendo força, porém isso não significa que as ações efetuadas a nível nacional deixem de impactar a região do semiárido nordestino, historicamente castigada pelas secas.

Para o governo FHC, conceder microcrédito poderia levar à redução da pobreza extrema e à melhoria de indicadores sociais, mesmo que isso não significasse crescimento do produto interno bruto (PIB), um indicador de riqueza (PORTUGAL e SILVA, 2020). Em 1995 (início do governo de Fernando Henrique), surgiram os primeiros programas destinados à transferência de renda condicionada no Brasil, que seria o “Renda Familiar Mínima” e o “Renda Familiar para Educação”.

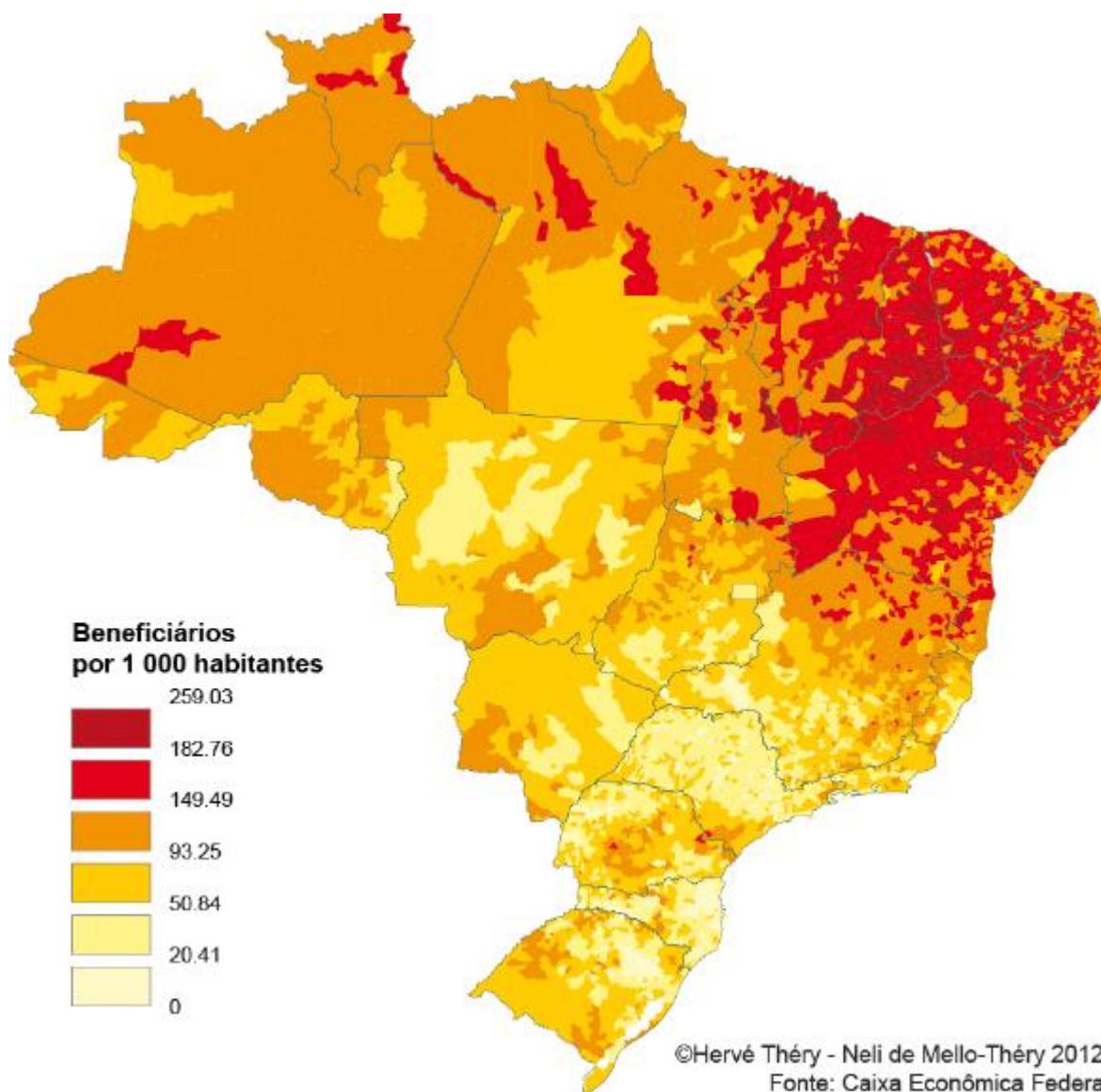
Assim como já expomos nesse trabalho, foi no governo de FHC que foram instituídas o Auxílio Gás; a Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, como benefícios de transferência

de renda, que tinham por objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes.

Durante a década de 2000, o Governo Lula assume parte importante da agenda social que já havia sido implementada e que estava apresentando resultados positivos contra a pobreza e melhorias na educação e saúde. Nesse contexto foram unificados e expandidos os 3 auxílios criados por FHC, em um único, intitulado de Bolsa-Família, com intuito de criar um instrumento de transferência de renda que alcançasse todas as famílias brasileiras que se encontrassem em situação de pobreza e de miséria (ALVES, 2017).

Já pudemos observar ao longo dessa pesquisa a importância que esse programa exerce para a economia brasileira, especialmente no Nordeste brasileiro. Essa nossa convicção está respaldada no mapa dos beneficiários por 1000 habitantes, que revela uma forte disparidade entre as regiões Nordeste e o resto do país.

Figura 9 - Mapa de beneficiários do Bolsa-Família por 1000 habitantes.



Fonte: Caixa econômica Federal

Torna-se inequívoco o peso dessa política nos nove estados nordestinos. O volume de benefícios distribuídos é agudamente significativo, chegando a alcançar em determinados locais, números superiores a 25% dos habitantes.

Além do Bolsa-Família, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano também foram políticas públicas criadas nesse período que tinham como objetivo enfrentar os problemas brasileiros, além da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a intenção de reduzir as desigualdades socioespaciais que historicamente têm marcado a configuração do território brasileiro. Sobre o PAC e o Nordeste brasileiro Cássia (2015, p. 25) afirma que:

No caso específico do Nordeste brasileiro, merecem destaque os incentivos feitos na área de educação, como a expansão dos Institutos Federais; a ampliação, expansão e reestruturação das Universidades Públicas Federais, por meio do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); e, principalmente, a implementação de uma política social, marcada pela presença do programa Bolsa Família, sendo este um programa de redistribuição de renda para as populações carentes.

Cássia (2015) ainda ressalta que a instalação do PAC, no contexto do território nordestino, trouxe expressivas mudanças. Na educação, com a expansão dos ensinos técnico e universitário, os investimentos em infraestrutura, em especial, àqueles voltados para a construção e melhorias/modernização das rodovias são mudanças pelas quais o nordeste necessitava dentro daquele período.

Entretanto, a implantação efetiva dessas mudanças sociais deparou-se com limitações políticas e econômicas. Segundo Portugal e Silva (2020), a PNRD, por exemplo não conseguiu cumprir com seus objetivos, visto que questão regional não entrou na agenda de prioridades do governo federal.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) foram criados com a intenção de não haver apenas políticas públicas para as macrorregiões da Amazônia e do Nordeste, mas também para as mesorregiões diferenciadas, para a faixa de fronteira e para o semiárido. (Portugal e Silva, 2020).

A SUDENE foi reativada sob a promessa de não ser um cabide de empregos, não ser paternalista nem apadrinhar pessoas ligadas ao poder. Apesar dessas promessas, a SUDENE ressuscitada ainda se encontra à espera de uma definição mais precisa das suas atribuições dentro do Nordeste semiárido (TRAVASSOS, SOUZA E SILVA, 2013).

Mesmo havendo importantes obras públicas nos últimos anos, como a consolidação da Transposição do Rio São Francisco, a construção de cisternas e perfuração de poços, a seca, associada a outras dificuldades de conjuntura econômica e social, continua como um imbróglio para uma parcela significativa dos habitantes do semiárido nordestino.

Dessa forma, conseguirmos perceber que as políticas públicas brasileiras que tinham como objetivo sanar as desigualdades sociais, mudam seus objetivos e sua forma de trabalho de acordo com o período político em que o Brasil estava inserido, pois o planejamento governamental é um processo social; portanto, portador de tensões, conflitos, disputas e contradições. Historicamente a necessidade de incluir a população brasileira em políticas

públicas é bastante perceptível, assim como também um olhar mais atento a região nordestina e a seca.

As políticas de combate às secas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, mesmo que passando por vários momentos, ainda não foram capazes de reproduzir a totalidade dos resultados esperados desde a sua implantação. Parcela considerável da população nordestina, principalmente ligada ao semiárido, ainda convive com graves problemas sociais atrelados a esse tema. Mas é importante que percebamos os avanços que a região tem vivenciado nas últimas décadas, são inegáveis as melhorias sociais e econômicas que a população residente dessas áreas tem experimentado nas últimas décadas através de programas governamentais que geram a ampliação da renda.

Esse fato nos ajuda a entender o reduzido impacto das secas mais recentes, que apesar de terem trazido reflexos negativos para a economia local, não foram capazes de gerar crises de abastecimento no Nordeste brasileiro ou revoltas sociais.

5 PEQUENO COMÉRCIO NO INTERIOR DO NORDESTE - TRANSFORMAÇÕES E COEXISTÊNCIA

5.1 Os reflexos das políticas de sustentação de renda no espaço comercial da região

Nos capítulos anteriores, vimos o papel dos pequenos municípios na dinâmica urbano-regional, também pudemos observar a dinâmica das formas espaciais de comércio e de consumo no que tange à urbanização e à extensão espacial das pequenas cidades, modificando, assim, a morfologia urbana, os hábitos de consumo e a própria dinâmica urbana e regional.

Apresentando momentos distintos, discutimos a aplicação de políticas públicas no contexto geoeconômico brasileiro, focando nossas atenções, em especial para os pequenos municípios do interior do Nordeste, visando compreender de que maneira tais espaços estão articulados e como se manifestam as suas reestruturações espaciais e econômicas, sendo o espaço comercial um dos principais lócus de reprodução e ao mesmo tempo de expressão das transformações socioespaciais.

Dando continuidade à análise das transformações no espaço comercial urbano e regional, buscamos, com este capítulo, alternamos o ângulo de análise, de maneira que a ampliação da escala geográfica de investigação permita-nos contemplar um maior nível de detalhamento do fenômeno analisado. Para realizar esse feito, pautamos a investigação das políticas públicas de sustentação de renda no espaço comercial da região do Cariri Paraibano, com nível de detalhamento aprofundado no município de Boqueirão-PB.

Do ponto de vista econômico, se expressou nos últimos anos uma substancial mudança do padrão de consumo e uma razoável diversificação da produção e das fontes de geração de emprego e renda. Impulsionado pela nova condição de consumo decorrente de maior facilidade no acesso ao crédito e especialmente de programas de sustentação de renda, o setor terciário é um dos que mais cresce e gera empregos na região, com índices contínuos de expansão.

Já foi mencionado nesse trabalho que algumas políticas públicas (Bolsa Família, Garantia-Safra e Previdência Rural), sem uma perspectiva estritamente regional, colaboraram de maneira vigorosa para avanços que a região vivenciou nos últimos anos. Dessa maneira, passemos a observar detalhes sobre a dimensão desses programas, bem como seus reflexos nos Espaços Comerciais dos pequenos municípios do Cariri Paraibano, especialmente em Boqueirão-PB.

Já advertimos para a importância que a Previdência Social Rural possui no que se refere a uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira

originária das áreas rurais e que estava historicamente excluída das conquistas sociais do país. De modo a compreender melhor a importância desse programa para a Região do Cariri Paraibano, investigamos o número de beneficiários das aposentadorias e pensões rurais nos municípios que compõem essa região e comparamos com o número de benefícios urbanos na mesma área. Observe a tabela abaixo:

Tabela 2 - Número de benefícios previdenciários do INSS no Cariri Paraibano.

Município	Nº Benefícios Urbanos	Nº Benefícios Rurais
ALCANTIL	258	861
AMPARO	125	378
ASSUNCAO	259	466
BARRA DE SANTANA	360	1774
BARRA DE SAO MIGUEL	233	992
BOQUEIRAO	1046	3196
CABACEIRAS	336	1041
CAMALAU	392	1214
CARAUBAS	215	821
CATURITE	266	966
CONGO	368	953
COXIXOLA	134	409
GURJAO	272	670
LIVRAMENTO	339	1349
MONTEIRO	2717	4917
OURO VELHO	262	534
PARARI	151	406
PRATA	285	721

RIACHO DE SANTO ANTONIO	101	273
SANTO ANDRE	168	690
SÃO DOMINGOS DO CARIRI	140	490
SAO JOAO DO CARIRI	356	955
SÃO JOAO DO TIGRE	210	700
SAO JOSE DOS CORDEIROS	243	950
SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	199	768
SERRA BRANCA	1038	2513
SUME	1161	2769
TAPEROA	904	2417
ZABELE	106	450
TOTAL	12644	34643

Fonte: Dados coletados no INSS, referentes ao mês 07 de 2021 e disponibilizados pela assessoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo. Adaptado pelo autor.

Os números apontam que, na região do Cariri Paraibano, apenas 26,74% dos benefícios previdenciários possuem caráter urbano, enquanto que 73,26% estão associados à previdência rural. Quando observados também os números estaduais, podemos perceber que 378.095 (51,1%) dos benefícios pagos pela previdência social possuem caráter urbano, ao passo que 361.049 (48,9%) têm origem rural.

Esses números servem para destacar a importância desse programa de sustentação de renda para a economia local, sendo possível verificar que a dependência na Região do Cariri Paraibano é superior à do Estado da Paraíba.

É inegável que, somado a uma política de valorização do salário mínimo, os benefícios de previdência rural trouxeram mudanças significativas para a renda na região do Cariri Paraibano. No Brasil, segundo os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS

(Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, 2020), o número de beneficiários rurais passou de 7.504.803 no ano de 2006 para 9.604.070 no ano de 2020, representando um crescimento de aproximadamente 28%. Todos esses dados ratificam a importância desse Programa de Sustentação de Renda para a economia nacional, e de maneira muito singular, para a economia dos pequenos municípios do Cariri Paraibano.

Outro dado trazido no BEPS é o de que o número de concessões de benefícios rurais está reduzindo ao longo dos anos. Em 2006, por exemplo, foram concedidos 1.017.337 de benefícios previdenciários com caráter rural e esse número caiu para 775.855 no ano de 2019.

Essa redução pode estar associada a um processo de desagrarização, sendo reflexo de um espaço rural em transformação, no qual a execução de atividades agrícolas tem sido desestimulada por fatores como: uma competição desigual com produtores de larga escala; baixa lucratividade da agricultura familiar; busca (especialmente das gerações mais jovens) por novas oportunidades de trabalho e serviços não-agrícolas que demandem um menor esforço físico, além de uma degradação ambiental que provoca uma redução das terras agricultáveis. Em regiões semiáridas, como a do nosso objeto de estudo, a frequência de quebra-de-safra em virtude das secas também pode contribuir para essa contração.

Dados do IBGE apontam que a População Economicamente Ativa nas áreas rurais tem sido reduzida nos últimos anos. Na Paraíba, por exemplo, esse indicador que era de 15,31% em 2001 foi reduzido para 12,81% em 2015. Redução mais drástica observa-se quando se analisa por completo a Região Nordeste: a taxa de População Economicamente ativa nas áreas rurais caiu de 20,37% para 15,79% no mesmo período.

Com isso, observamos uma diminuição da relevância da renda proveniente de atividades agrícolas entre os pequenos produtores rurais que cada vez mais passam a ter uma parcela importante da renda proveniente de outras atividades, como trabalhos em tempo parcial, prestação de serviços, empregos públicos e o recebimento de remessas familiares e outros benefícios.

Confirmando-se a importância da previdência rural para a economia local, essa redução constante e progressiva na concessão de novos benefícios pode resultar em impactos significativos no sistema de consumo na região em alguns anos. Esse fato ressalta a importância das pessoas da região que largaram as atividades agrárias para buscar uma formalização que garanta acesso a benefícios previdenciários no futuro.

Quando observamos os dados que se referem aos contemplados com outro Programa de Sustentação de Renda muito importante para essa região: o Garantia-Safra, também há indícios de uma participação cada vez menor do número de trabalhadores agrícolas na região.

O número de beneficiários do Garantia-Safra no município de Boqueirão, que chegou a ser de 669 para a safra 2014/2015 caiu para 319 beneficiários na safra 2020/2021, de acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município. Essa redução, ainda de acordo com a secretaria, está associada a uma maior fiscalização e ampliação no cruzamento de dados que identificaram antigos beneficiários que não estariam dentro das normas do programa, reduzindo assim o número de fraudes, além de uma mitigação, já destacada nessa pesquisa, do número de trabalhadores rurais no município.

Contudo, essa redução do número de beneficiários não significa que o programa perdeu importância no cenário econômico e social do município. Para melhor compreender a sua relevância, basta observar que nos últimos cinco períodos de safra, os agricultores foram contemplados com o recebimento do benefício em quatro delas, tendo em vista a ocorrência de estiagem que fizeram com que houvesse uma perda nas lavouras do município de Boqueirão superior a 50%.

Ainda é importante ressaltar que o único ano, desses últimos cinco, que os agricultores não foram contemplados, não foi em decorrência de condições favoráveis que permitiram boas colheitas, mas em virtude de uma falha do Governo Estadual da Paraíba que não efetuou a sua contrapartida no período correto.

Fica nítido que a conjuntura de estiagem ainda dificulta a prática agrícola no município de Boqueirão e na região do semiárido nordestino. Porém, com os Programas de Sustentação de Renda, inclusive o Garantia-Safra, que atua diretamente com o público mais prejudicado por essas estiagens, as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por essas pessoas foram mitigadas.

O terceiro Programa de Sustentação de Renda analisado em nossa pesquisa foi o Bolsa Família. Os dados coletados ao decorrer desse trabalho apontam que, no mês de julho de 2021, o município de Boqueirão contava com 3.118 famílias beneficiárias do Bolsa Família, totalizando um quantitativo de 9.643 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Para ter uma melhor compreensão do impacto desse programa, basta dizer que esse número de beneficiários diretos corresponde a 53% da população total do município. Esse dado demonstra que sem o Bolsa Família, mais da metade da população de Boqueirão teria seu potencial de consumo reduzido, demonstrando a importância desse Programa de Sustentação de Renda para a pujança econômica do município.

No mês de julho de 2021, foram transferidos R\$ 366.672,00 às famílias do Programa no seu município, fazendo com que o benefício médio repassado fosse de R\$ 117,60 por família. Assim como já apresentado nos capítulos anteriores, o valor dos benefícios recebidos pelas

famílias varia de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar (se há crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes na família, por exemplo) e o programa prevê o pagamento dos benefícios preferencialmente as mulheres. Em Boqueirão, por exemplo, 90,2% dos responsáveis são do sexo feminino.

Os valores, apesar de baixos, são de fundamental importância para aqueles que o recebem, possibilitando garantias mínimas de acesso ao consumo, que quase sempre é efetuado no próprio município. De acordo com dados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e apresentados pelo Ministério da Cidadania, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

Fica perceptível que todos os Programas de Sustentação de Renda analisados nessa pesquisa contribuem para o crescimento regional nordestino, mesmo não se tratando de um modelo de política estritamente regional, como àquelas aplicadas durante o século XX. Os atuais programas de sustentação de renda colaboraram para a promoção de taxas maiores de crescimento; ampliação das políticas permanentes de educação e saúde pública, bem como para o aumento da renda dos segmentos mais pobres, resultando em uma elevação do consumo e mitigação da pobreza, especialmente na região do semiárido nordestino.

Quando observamos de forma mais minuciosa a aplicação desses recursos no município de Boqueirão, percebemos que resultaram em uma combinação entre um desempenho econômico mais robusto e avanços do quadro social. Essa conjuntura possibilita a criação de uma sociedade menos vulnerável aos fenômenos das estiagens prolongadas.

Diferentemente dos dados trazidos sobre a PEA rural, a População Economicamente ativa Urbana cresceu consideravelmente na Paraíba nos últimos anos. O estudo do IBGE aponta que o percentual que era de 42,37% na Paraíba em 2001 subiu para 49,61 em 2015, crescimento muito superior à média do Brasil. Essa é mais uma das evidências que mostram um possível reflexo das Políticas de Sustentação de Renda na economia urbana, especialmente dos pequenos municípios do Cariri Paraibano.

A melhoria na equidade social e ampliação da renda regional trazidas por essas Políticas de Sustentação de Renda tornou-se fundamental para o crescimento dos pequenos e médios empreendimentos urbanos, que tradicionalmente estavam vinculados ao circuito inferior da economia urbana. Podemos afirmar que essas políticas foram fundamentais para a criação de tecidos sociais e econômicos mais dinâmicos nos municípios do Cariri Paraibano.

No semiárido, os municípios, especialmente os de pequeno porte, estão vivenciando um crescimento de sua economia urbana, frente a rural nos últimos anos. Neles, a prestação de

serviços e a atividades comerciais, tornou-se mais diversa e menos precária. Além disso, essas atividades agora mantém uma maior constância, em virtude da regularidade das transferências de renda pelo governo.

5.2 Transformações e coexistências nos espaços comerciais

Algumas explicações acerca da periodicidade dos mercados vêm sendo debatidas ao longo da história das ciências sociais. Uma delas, pensada por Stine (1962), é a de que após a passagem de uma economia autossuficiente para uma economia de mercado haveria uma tendência de progressiva especialização produtiva das áreas rurais, acentuando a divisão do trabalho e a troca de produtos entre áreas distintas. Tais trocas, seriam viabilizadas em um conjunto de localidades centrais. Porém, nem sempre as condições locais eram ideais para que os agentes que realizam as funções de trocas de produtos se estabelecessem fixamente no espaço, existindo assim um estímulo para que esses agentes trabalhassem de maneira móvel e periódica.

Roberto Lobato Corrêa (2000) faz a ressalva que dentro dos estudos geográficos, houve negligência a respeito dos mercados periódicos. Ele ainda afirma que, na região Nordeste, as feiras constituem a base através da qual os pequenos centros adquirem uma maior centralidade, semanalmente. A sincronização espaço-temporal dos comerciantes constitui uma racionalidade envolvendo fixidez e movimento, em uma relação econômica, social, política e cultural, que permeiam o âmbito da formação espacial na qual estão inseridas (Corrêa, 2000, p.18). Esses mercados periódicos representam uma forma de sincronização espaço-temporal das atividades humanas, sendo um dos modos em que é estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos (CORRÊA, 2001).

As feiras livres continuam exercendo grande importância na vida urbana de muitas cidades. São locais importantes para o abastecimento de uma grande diversidade de produtos, elas concentram em sua área um número significativo de pequenos estabelecimentos e uma variação nos produtos comercializados. Mais que isso, como aponta Andrade (1997, p.127), as feiras são um “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais”. De fato, diversos estudos comprovam que as feiras livres exercem suma importância no escoamento da produção agrícola regional e também se constituem como um dos principais centros para o abastecimento da população rural. Corrêa (1997) compreende que esses mercados periódicos constituem uma das formas como a rede de

localidades centrais se estrutura nos países subdesenvolvidos, com existência constatada em diversas localidades e variados contextos sociais presentes na América, Ásia e África.

A feira livre também apresenta adaptações ao nosso tempo, sendo um elemento fundamental à sua sobrevivência. Cada vez mais se assiste à inserção/expansão de formas modernas de investimentos e inovações. Salgueiro (1989) nos mostra fatores que contribuíram para essas alterações, como o desenvolvimento dos transportes, crescimento das cidades, uma maior motorização na produção e até mesmo a elevação dos índices educacionais, que fazem o consumidor exigir uma maior qualidade agregada ao produto e a sua produção. Portanto, o espaço do comércio, tem sua evolução influenciada por transformações da sociedade, tais como mudanças nos estilos de vida, metamorfoses da estrutura urbana e avanços técnicos, que podem, inclusive, alterar os fluxos de periodicidade tão característico dessas formas comerciais.

A feira livre mostra-se como um espaço repleto de funcionalidades, tanto em aspectos econômico-produtivos, como em aspectos socioculturais. Oferecendo aos pesquisadores uma rica possibilidade de análise e compreensão do espaço local e regional.

Skinner (1964) ao discutir os mercados periódicos chineses daquela época já percebia as estruturas de mercado enquanto sistema econômico, social e espacial. Ele constatava duas razões para a existência do mercado periódico: não existir demanda suficiente para manutenção de atividades fixas no local e quando a área de influência de um determinado centro é muito grande, a ponto de excluir consumidores residentes na periferia. Ele ainda conclui que quando os mercados são periódicos, os centros de consumo podem estar mais densamente distribuídos na paisagem.

Skinner (1964) afirmava que em sociedades complexas, as estruturas de mercado inevitavelmente moldariam a organização social local e forneciam um dos modos cruciais para a integração de inúmeras comunidades camponesas em um único sistema social: a sociedade total. O autor ainda aponta que os estudos dos sistemas de mercado rurais também podem permitir uma melhor compreensão das transformações de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade industrial moderna.

Durante a primeira metade do século XX, tal como descrito por Sit (1987), as feiras chinesas estavam organizadas principalmente em forma de mercados periódicos onde os fazendeiros iam em intervalos regulares, para vender seus produtos. Esse contexto é muito semelhante ao observado nas feiras do Nordeste brasileiro no mesmo período.

Na maioria das sociedades agrárias tradicionais, os mercados rurais não eram permanentes, mas periódicos. Eles se reuniam em um intervalo de vários dias e os mercadores

realizavam ciclos de visitas a diferentes localidades para comercializar seus produtos, entre esses intervalos.

Outro autor a dar destaque aos mercados periódicos é Berry (1967) que, ao estudar a Geografia do Comércio de retalho em sociedades agrárias, destaca a relevância da periodicidade de mercados nessas áreas, ressaltando a contribuição das feiras livres para o comércio regional.

Uma das justificativas, apresentadas por Skinner (1964) para a existência e predominância do comércio periódico nos espaços agrários era que a demanda total de cada mercado rural não era suficiente para proporcionar aos vendedores ganhos suficientes que permitissem sua sobrevivência. Porém, quando os mercados utilizavam dos intervalos periódicos para satisfazer a demanda de diferentes áreas de mercado, conseguia atingir um nível mínimo de renda que garantia sua sobrevivência e o prosseguimento nos negócios.

No sistema agrário tradicional do interior do Nordeste brasileiro os mercados periódicos das feiras livres tornaram-se indispensáveis, pois cumpriam funções essenciais para a população local. Eram nesses espaços que se encontravam bens e serviços necessários que a demanda local não permitia a existência fixa e contínua. As feiras também acabavam exercendo importante função no escoamento da pequena produção local. Na tradicional economia do sertão nordestino e, de maneira mais específica, no Cariri Paraibano, caracterizada por uma agricultura de subsistência, era comum que o volume excedente que as famílias produzissem fosse comercializado nesses mercados periódicos.

Inequivocamente, os mercados periódicos das feiras também se tornavam relevantes para o grupo de pessoas que associavam a produção e comercialização de produtos. No caso do Cariri Paraibano, não era raro que os pequenos artesãos ou agricultores buscassem as feiras regionais para vender parte da sua produção.

Em sua análise das sociedades agrárias chinesas, Skinner (1964) percebeu que os mercados periódicos exerciam papéis muito semelhantes. Para ele, tais mercados atuavam como ponto de partida de uma corrente ascendente que levava produtos agrícolas e artesanais até os níveis mais elevados do sistema de mercados. Concomitantemente, eram o ponto final de uma corrente descendente de artigos importados e com maior nível de sofisticação que chegavam para a população camponesa.

Para parcela significativa dos comerciantes, a periodicidade das feiras dispunha da vantagem de convergir a demanda para seus produtos em dias específicos, especialmente naqueles locais que o potencial de venda era mais limitado. Isso permite a existência de periodicidades conexas, no qual era formado um circuito que permitia aos comerciantes frequentarem diversas localidades, geralmente em ciclos semanais ou quinzenais.

No que se refere aos consumidores oriundos das pequenas cidades e das áreas rurais circunvizinhas a essas localidades, a periodicidade das feiras permitia que esse público reduzisse a distância que necessitaria viajar para ter acesso a determinados serviços e produtos. Isso era fundamental, especialmente em uma época em que os meios de comunicação ainda eram pouco difundidos.

Contribuíam também para a robustez dos mercados periódicos o caráter historicamente limitado do poder de compra da maioria das famílias da região, dificultando a existência de uma demanda suficiente para permitir a fixação do comércio. As baixas densidades demográficas do Cariri Paraibano também atuavam como elemento complicador para essa fixação.

Quando Skinner (1964) analisava situação semelhante nos espaços agrários chineses, sua compreensão era a de que a fixação de um maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços só seria justificada quando o número de famílias que vivesse dentro dessas áreas se expandisse ao ponto de gerar uma demanda suficiente para justificar o funcionamento diário de tais estabelecimentos. Outro fator que colaborava para a periodicidade dos mercados nas sociedades agrárias tradicionais seria a condição relativamente primitiva das vias e meios de transporte.

O que pudemos constatar, em períodos recentes, é que não apenas o aumento da densidade demográfica e melhorias dos meios de transporte, mas sobretudo a expansão da renda das famílias pode contribuir significativamente para uma maior fixação do comércio. Não é correto o entendimento simplificado que considera que as trocas são feitas entre pessoas socialmente semelhantes e sem diferenciação de classes sociais.

Para a criação e desenvolvimento de diferentes formas e tipos de comércio, é fundamental que haja uma conjunção de elementos que assegure e fundamente a criação destas. Algumas transformações na sociedade possibilitaram essas modificações: o desenvolvimento de tecnologias que potencializaram a produção, distribuição e circulação de mercadorias foram fundamentais para aumentar o ritmo de circulação do capital no espaço geográfico. Porém, com o estrangulamento da renda da maioria da população, todo esse potencial de ampla circulação de capitais estaria mais limitado.

A periodicidade dos mercados é um fator muito variável e específico de cada sociedade. Essa variabilidade fica demonstrada nos estudos de Skinner (1964), ao analisar os mercados periódicos chineses e também no estudo de Frolich (1982), publicado originalmente em 1940, analisando mercados africanos e de Stine (1962), que observou os mercados coreanos.

Em nosso estudo de caso, pudemos observar um histórico de periodicidade semanal. De acordo com entrevistas realizadas com antigos e atuais feirantes que residem no município de Boqueirão, pudemos perceber que um círculo comum de periodicidade praticados por eles envolvia três cidades do Cariri Paraibano: Boqueirão (aos sábados), São Domingos do Cariri (aos Domingos) e Cabaceiras (Segundas-feiras)⁹. Geralmente, utilizavam as sextas-feiras para repor o estoque, dado o limite de poder financeiro para comprar em maiores quantidades¹⁰. Os demais dias da semana eram utilizados para realizar atividades econômicas complementares ou para descanso. Sobre esse último aspecto, é válido destacar o observado por Bromley, Symanski e Good, (1975, p. 531) ao afirmarem que:

Many of the earliest local traders were producers seeking an outlet for their goods or the means to obtain other commodities, and their customers were usually also producers. As a result, early markets had to be adapted to the requirements of producers trading part-time rather than to the needs of full-time traders. Periodicity was an advantage for most market participants because their economic roles were diverse. The majority of traders, even in many contemporary markets, are part-time, have two or more different occupations, and engage in some form of primary or secondary production.

A explicação pela escolha desses municípios, por parte dos feirantes, está respaldada pela histórica deficiência do setor de transporte na região. A maioria desses comerciantes não dispunham de automóveis próprios, sendo assim, tornavam-se dependentes dos transportes coletivos, que também atingiam limitados espaços. Portanto, a rota realizada pelos ônibus da região era exatamente a dessas cidades frequentadas pelos feirantes.

Portanto, corroboramos a análise de Corrêa (1997), quando expõe que os mercados periódicos configuram um modelo de sincronização espaço-temporal das atividades humanas. Nessa configuração, os dias de funcionamento de cada mercado estão articulados aos dos demais, fundamentando-se numa lógica de tempo e espaço que possa conciliar o deslocamento e participação dos mercadores entre esses diferentes espaços de comércio.

Stine (1962) fez questão de ressaltar que a natureza periódica ou permanente dos mercados é mutável. Sendo assim, não é incomum que existam casos em que os mercadores itinerantes migram de uma lógica comercial de intensa mobilidade para um posicionamento fixo no espaço geográfico. Entendemos que para que uma mudança dessa natureza é, via de

⁹ Temos a compreensão que não existe um único espaço-temporal sincronizado que seja válido para todos os comerciantes que participam ou participaram das feiras livres da região. Contudo, optamos por destacar aquele que era o escolhido pela maior parte dos comerciantes que possuíam residência física em Boqueirão, município que é o foco do nosso estudo de caso.

¹⁰ Essa peculiaridade foi ressaltada por Santos (1979) quando apresenta a organização do circuito inferior, caracterizado por uma baixa burocratização dos empreendimentos comerciais, produtivos e de serviços. O autor afirma que para a entrada no circuito inferior é “mais necessário o trabalho que o capital” (SANTOS, 1979, p. 204).

regra, precedida de outras transformações nas estruturas espaciais e societárias. Na sua obra, Stine fundamentava-se em aspectos da teoria de Christaller (hierarquização de lugares, fundamentada em mecanismos de mercado mínimo (threshold) e alcance espacial máximo (range), ligadas ao âmbito do consumo final) para compreender a natureza periódica ou permanente dos mercados.

Sob esse prisma, é essencial entender que o alcance espacial máximo e o mínimo podem variar de acordo com diferentes bens e serviços, bem como com as diferenças de renda, densidade demográfica e tradições culturais.

As atividades comerciais, especialmente àquelas que se referem ao pequeno varejo, em muitas cidades brasileiras são as responsáveis pela geração do maior número de empregos, sejam eles formais ou informais. Entendemos que à medida que o nível da renda da população aumenta, bem como o número de consumidores, o papel da distribuição e do varejo na economia nacional também tende a aumentar. Porém, apesar de sua importância econômica, a distribuição no varejo permaneceu até, recentemente, em um campo comparativamente negligenciado da investigação acadêmica brasileira nos últimos decênios.

O entendimento comum é o de que a renda limitada de uma população estimula o alcance espacial mínimo, tendo em vista que o percentual gasto com transporte para outros espaços poderia tornar-se inviável frente ao limitado poder aquisitivo. A baixa renda, de acordo com Stine (1962), tornaria necessário que o número de consumidores fosse ampliado para que permitisse e justificasse a instalação de comerciantes nessas pequenas localidades.

No estudo realizado por ele, essa ampliação ocorreria através de uma amplificação da área, sob a qual a única solução para os comerciantes seria que se tornassem móveis no espaço geográfico. Porém, essa é uma realidade diferente da que estamos observando no espaço-tempo do nosso objeto de pesquisa. Temos a compreensão que a execução de políticas de sustentação de renda ampliou, de modo significativo, o número de consumidores na região do Cariri Paraibano, fazendo com que houvesse as condições proeminentes para que o comércio se fixe no espaço geográfico dessa área. Isso fez com que a periodicidade deixasse de ser uma condição *sine qua non* para grande parcela dos comércios e serviços presentes nessa região.

O contexto da contemporaneidade aponta para uma ampliação da divisão do trabalho, concomitante a uma expansão do número de consumidores diante do aumento do número de pessoas atendidas por programas de sustentação de renda. Esse cenário possibilita que o comércio também seja ampliado e que os comerciantes se dediquem a sua atividade em tempo integral, diferentemente dos primórdios das feiras livres no Nordeste brasileiro, em que vários tratavam o comércio como uma atividade complementar

Não pretendemos, ao expor essa percepção espacial, afirmar uma tendência de morte dos mercados periódicos. Eles continuam e continuarão fazendo parte da realidade econômica das pequenas cidades do interior do Nordeste brasileiro, pois fazem parte do contexto social e do seu desenvolvimento histórico e estão solidamente estabelecidos na região. Porém, mantidas as condições para uma manutenção e ampliação do número de potenciais consumidores, a tendência é que haja um maior crescimento percentual das atividades fixas, frente as de caráter periódico.

Corrêa (1997), ao observar as feiras do Agreste e Sertão de Alagoas, no final da década de 1970, conseguiu perceber que um considerável número de feirantes, ao prosperar, optavam por se fixarem em uma loja comercial no centro urbano. Vale ressaltar que a fixação não resulta, necessariamente, em um abandono da itinerância ou da posse do seu espaço comercial na feira.

Na atualidade, após a expansão dos programas de sustentação de renda, tornou-se mais comum essa prosperidade dos comerciantes nas pequenas cidades, tendo em vista o significativo valor injetado por esses programas na economia local. Portanto, começa a se observar, cada vez com mais frequência, a fixação de comerciantes no espaço urbano das pequenas cidades do Cariri Paraibano.

Também passa a ser menos frequente a manutenção da itinerância desses mercadores, após sua fixação no espaço, tendo em vista que os custos adicionais (transporte, alimentação e funcionários para aqueles que decidem manter a loja fixa aberta no mesmo período que se destinam a outros espaços comerciais) tendem a tornar desinteressante ou inviável a competição com os comerciantes que também conseguiram prosperar e se fixar nas demais cidades que antes faziam parte de sua rota de vendas.

Em Boqueirão, podemos observar uma maior tendência de fixação de comércio na sede do município nos últimos anos, especialmente em sua área central. Pudemos confirmar essa percepção através de um comparativo entre o número de estabelecimentos fixos nas principais ruas de comércio na cidade entre o ano de 2013 (quando iniciávamos os estudos referentes ao espaço comercial de Boqueirão) e dados coletados pela atual pesquisa em 2021. Observem:

Tabela 3 - Número de estabelecimentos de comércio e serviços fixos nas principais ruas de Boqueirão.

RUA/AVENIDA	2013	2021
Epitácio Pessoa	28	51
Félix Araújo	28	57
Severiano Macêdo	45	67
Independência	-	40

Nossa Senhora do Desterro	-	58
---------------------------	---	----

Fonte: elaborado pelo autor, 2020

É possível, através dos dados apresentados pela tabela acima, constatarmos que houve um significativo aumento percentual do número de estabelecimentos fixos no espaço comercial da cidade de Boqueirão.

É importante destacar ainda que a Rua da Independência e a Avenida Nossa Senhora do Desterro não possuem dados referentes a 2013 tendo em vista que àquela época dispunham de poucos e dispersos estabelecimentos comerciais. Dessa maneira, pode-se evidenciar que ganharam caráter comercial em período muito recente. Na rua da independência, houve a intervenção do poder público, construindo e revitalizando praças e quiosques no local. Essas obras foram fundamentais para que a rua adquirisse um aspecto comercial. Observe as figuras abaixo:

Figura 10 - Estabelecimentos comerciais na rua Severiano Macêdo



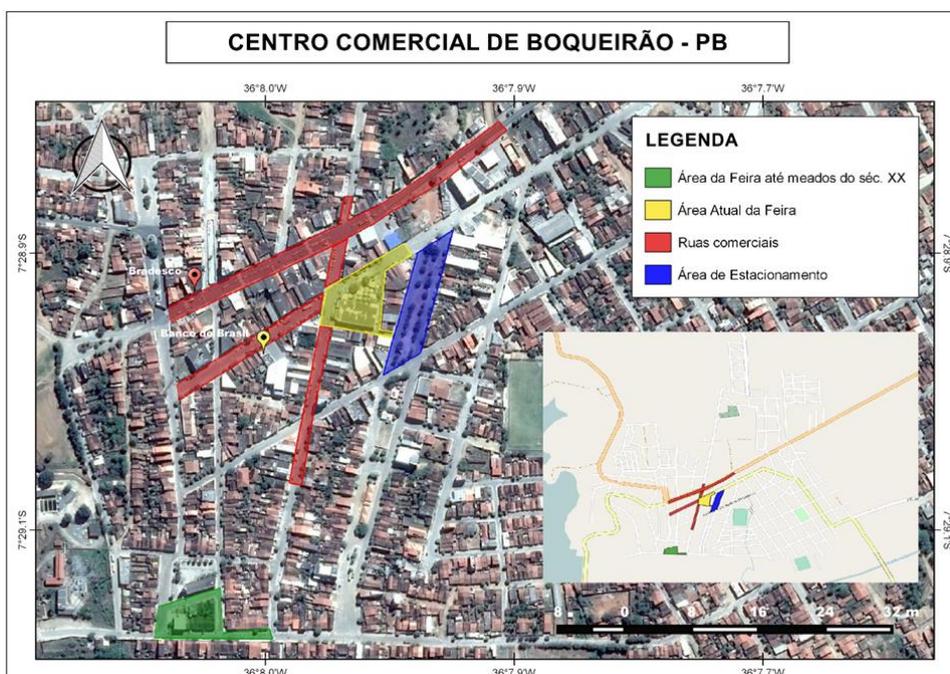
Fonte: autor, 2021.

Figura 11 - Alguns estabelecimentos comerciais na Avenida Nossa Senhora do Desterro



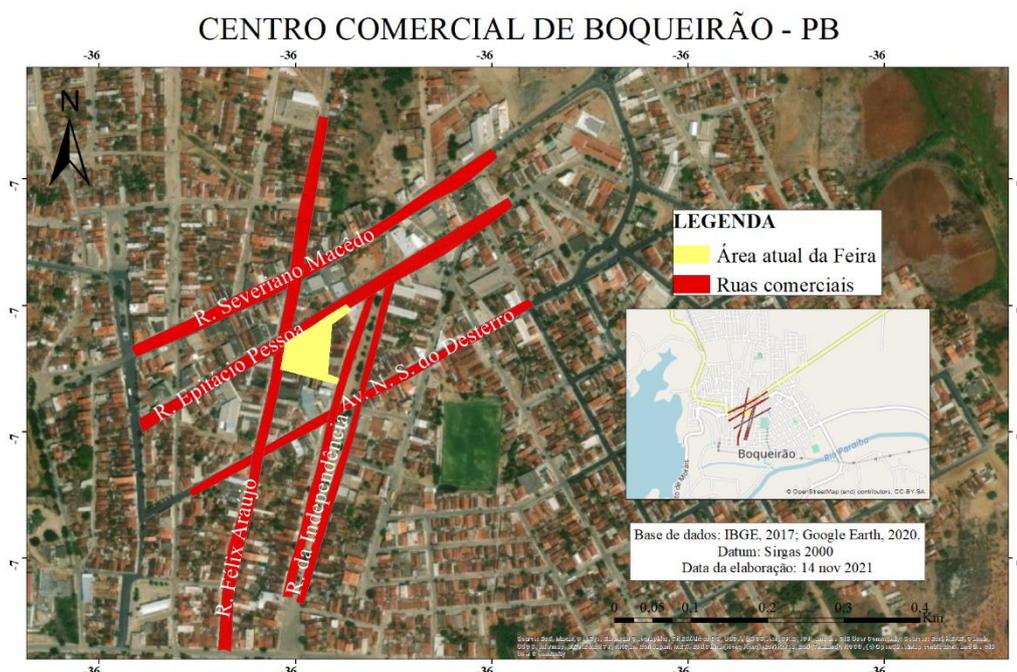
Fonte: autor, 2021.

Figura 12 - Centro Comercial de Boqueirão em 2013.



Fonte: Tavares; Silva, 2016.

Figura 13 - Centro comercial de Boqueirão em 2021



Fonte: TAVARES; ARAÚJO, 2021

Essa expansão do espaço comercial da cidade para outras ruas está associada a diversas questões, tais como a indisponibilidade e/ou altos preços de imóveis e aluguéis na área central consolidada inicialmente, bem como o próprio crescimento econômico e populacional da cidade. O alto índice de desemprego e a consequente dificuldade em se conseguir trabalho também pode ter colaborado com a ampliação do setor terciário na cidade. Dados do IBGE demonstram que no ano de 2019 apenas 7,9% da População Economicamente Ativa de Boqueirão estava ocupada.

É interessante ressaltar que parte dessa expansão do número de estabelecimentos fixos na área central da cidade acontece a partir de um desmembramento físico de grandes estabelecimentos que optaram por reduzir o tamanho de suas instalações para que pudessem dispor de uma renda fixa a partir de aluguéis do espaço que deixou de ser ocupado. Fica claro, portanto, um predomínio dos pequenos estabelecimentos.

Essa situação, porém, não deixa de ser instigante, tendo em vista apresentar indicativos de que os ganhos com a renda passiva¹¹ dos aluguéis podem se tornar mais interessantes do que em investimentos ativos dos próprios estabelecimentos comerciais e de serviço. Outra possibilidade é a de que esses empreendedores descobriram formas para uma melhor e mais

¹¹ Entende-se por renda passiva àquela que uma pessoa obtém e é garantida, sem que ela precise ativamente trabalhar mais para recebê-la. A renda ativa, é antagônica, sempre está relacionada a um trabalho realizado, seja ele qual for.

eficiente organização e aproveitamento do espaço interno do seu estabelecimento e a partir dessa nova percepção, aproveitam-se da valorização do metro quadrado na área central da cidade para disporem de uma renda extra.

Alguns pequenos varejistas, sem disporem de capital suficiente para compra ou aluguel de um ponto comercial nos espaços centrais do município de Boqueirão, mas compreendendo o maior e mais bem distribuído fluxo de clientes durante toda a semana (e não mais apenas nos dias de feira) optaram por praticar a atividade comercial diariamente, mesmo sem dispor das condições mais adequadas para isso. É um fenômeno recente, portanto, a presença de bancas de feira ou de veículos de comércio de forma diária e constante no espaço comercial da área urbana de nossa pesquisa (Observe a figura 14). Esses carros e bancas, perderam seu caráter ambulante/periódico frente ao rearranjo da economia local, que foi potencializada pelos Programas de Sustentação de Renda.

Figura 14 - Comerciantes que abandonaram a periodicidade e passam a atuar diariamente em Boqueirão-PB



Fonte: autor, 2021

Não esqueçamos que o comércio varejista é parte integrante de um profundo e multifacetado ciclo de reprodução do capital, participando ativamente de sua espacialidade que tem se tornado, paulatinamente, mais complexa e com implicações evidentes no espaço urbano. Destarte, a produção do espaço urbano está associada às transformações do comércio e do consumo. Essa associação possui reflexos mútuos; dessa maneira, novas lógicas e estratégias de organização comercial podem resultar em (ou estar resultando de) transformações espaciais urbanas.

A ampliação da renda e potencialização do consumo contribui na tessitura da trama urbana e formação dos espaços de concentração de comércio e consumo na cidade. Portanto, contribui na produção de centralidades que se fixam nos pequenos núcleos urbanos que não ficam mais restritos apenas a distribuição de mercadorias de primeira necessidade.

Os dados colhidos durante a realização de nossa pesquisa apontam para um crescimento significativo do número de estabelecimentos de comércio e serviços nas pequenas cidades que compõem o Cariri Oriental da Paraíba.

Na tabela abaixo, podemos observar que, nos últimos anos, houve uma ampliação do número de pequenos empreendedores individuais formalizados em todos os municípios da microrregião estudada. É válido ressaltar que essas formalizações também foram facilitadas pela criação e popularização de um novo modelo empresarial simplificado: O Microempreendedor Individual (MEI)¹².

Tabela 4 - Número de Empresas Optantes no Regime de Microempreendedor Individual (MEI) em municípios do Cariri Paraibano

Município	Total Optantes 31/12/2010	Total Optantes 31/12/2012	Total Optantes 31/12/2014	Total Optantes 31/12/2016	Total Optantes 31/12/2018	Total Optantes 31/12/2020
Total Geral	316	1.481	2.606	3.555	3.997	5.012
ALCANTIL	1	10	33	58	90	118
AMPARO	1	12	30	35	37	35
ASSUNCAO	2	39	65	85	73	88
BARRA DE SANTANA	1	19	39	65	71	92
BARRA DE SAO MIGUEL	1	29	40	53	52	70
BOQUEIRAO	19	108	169	243	318	424
CABACEIRAS	4	22	85	96	130	202

¹² Trata-se de um modelo empresarial simplificado que foi instituído pela Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008, com o desígnio de facilitar a formalização das atividades de quem trabalha de maneira autônoma.

CAMALAU	12	35	64	83	95	128
CARAUBAS	1	17	26	58	70	81
CATURITE	1	34	56	69	92	126
CONGO	1	24	59	91	109	135
COXIXOLA	1	12	24	37	40	50
GURJAO	4	25	56	63	73	89
LIVRAMENTO	3	24	45	69	70	92
MONTEIRO	73	367	653	848	910	1.112
OURO VELHO	8	27	42	55	64	69
PARARI	1	21	30	31	27	28
PRATA	72	92	127	162	141	161
RIACHO DE SANTO ANTONIO	1	9	15	17	31	44
SANTO ANDRE	1	10	24	33	34	41
SÃO DOMINGOS DO CARIRI	0	4	5	33	64	91
SAO JOAO DO CARIRI	20	72	80	101	97	122
SÃO JOAO DO TIGRE	0	19	35	42	25	29
SAO JOSE DOS CORDEIROS	1	11	23	37	44	52
SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	1	15	24	41	59	74
SERRA BRANCA	20	90	131	194	242	344
SUME	38	194	410	564	622	719
TAPEROA	27	132	200	263	286	353
ZABELE	1	8	16	29	31	43
Dados extraídos em: 17/07/2021 12:00 Fonte dos dados: Receita Federal do Brasil http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipio.jsf						

De acordo com os dados da receita federal referentes à forma de atuação dessas empresas com base no ano de 2021, pode-se observar que 73,14% dos estabelecimentos cadastrados nesse programa no município de Boqueirão funcionam em espaços fixos. Esse número é superior à média brasileira que é de 51,12% e a paraibana que é de 59,78%. Podemos inferir a partir desses números uma tendência maior de fixação no espaço por parte desses pequenos empreendedores.

Lembremos que Beaujeu-Garnier (1965) destacava que o setor terciário dos países mais pobres atuaria como um terciário “refúgio”, diante da pouca oferta de emprego nos outros setores da economia. Ressaltamos esse entendimento para que se possa compreender que esse

aumento significativo do número de estabelecimentos também pode estar vinculado ao fato de que o setor terciário esteja servindo de abrigo para várias pessoas que dispõem de baixo capital e/ou qualificação profissional para atuar nos demais setores. Contudo, se a renda das pequenas urbes do Cariri Paraibano não tivesse sido ampliada com os Programas de Sustentação de Renda, certamente a fixação no espaço dos comércios e serviços seria mais limitada, priorizando-se a periodicidade.

Além da ampliação do volume de recursos que circulam nesses pequenos municípios, os programas de sustentação de renda contribuíram para uma melhor distribuição temporal desses valores, ao decorrer do mês. Observem a Figura 15:

Figura 15 - Calendário de Pagamento dos Programas de Sustentação de Renda.



Fonte: autor, 2021

Como podemos observar, o pagamento desses programas de sustentação de renda ocupa grande parte dos dias do mês, contribuindo para uma circulação frequente de dinheiro nessas pequenas cidades e movimentando a economia local.

Vários fatores, inclusive históricos, do cenário econômico brasileiro, como a hiperinflação vivenciada na década de 1980 e início de 1990, bem como o aumento da inflação, elevação das do percentual de desempregados, aumento das tarifas de energia elétrica, preços dos combustíveis e dos produtos em geral, têm ocasionado insegurança ao consumidor. Nas entrevistas realizadas na pesquisa, vários consumidores e comerciantes afirmaram que há uma predileção pelas compras mensais, sempre que possível, visando se proteger da redução do poder de compra.

Essas compras mensais, geralmente, são feitas no dia de recebimento do benefício. Podemos observar, portanto, que durante quase a totalidade do mês será possível verificar um número significativo de clientes realizando um grande percentual de suas compras mensais.

Esse cenário desestimula a saída de pequenos comerciantes para outras cidades, colaborando com sua fixação no espaço local. Sobre esse panorama, um dos comerciantes entrevistados afirma:

É, eu fazia a rota das feiras daqui da região, né? Vendia até bem, Cabaceiras, São Domingos, mas no dia da feira daqui, no sábado, sempre tinha um pessoal reclamando que precisava dos meus produtos no meio da semana e eu não tava aqui. Daí eu vi que o que eu tava gastando com transporte e almoço nas outras cidades, era melhor eu tá vendendo pra o povo daqui mesmo. (Entrevistado 10, 78 anos, comerciante no município de Boqueirão).

Outro entrevistado constata uma relação direta entre sua fixação no espaço comercial de Boqueirão com os Programas de Sustentação de Renda:

Depois que o Governo começou a pagar o Bolsa Família, agora circula dinheiro aqui no município quase todo dia. Ou mais ou menos, é um dinheirinho que o povo tira e dá pra se manter. Antes o movimento da cidade era no dia da feira e nos dias de pagamento da prefeitura e dos aposentados. Hoje, quase todo dia tem gente recebendo dinheiro na cidade. Isso é bom pro comércio, ou mais ou menos, a gente sempre vende, todo dia. Isso me fez decidir alugar esse pontinho e deixar a feira das outras cidades. Entrevistado 4, 53 anos, comerciante no município de Boqueirão).

Na exposição feita por esses comerciantes, corroboramos o entendimento de que os Programas de Sustentação de Renda tornam-se fundamentais para uma tendência por fixação espacial do pequeno comércio varejista, tendo em vista que se ampliou o número de clientes e a renda circulante no município.

Porém, além da ampliação do número de consumidores e da renda, outro fator decisivo para a fixação do pequeno varejista foi a organização temporal de distribuição desses Programas, seguindo um calendário que abrange quase que a totalidade do mês, conforme já demonstramos nessa pesquisa.

Apesar de ser quase unânime a percepção por parte dos comerciantes de que esses Programas de Sustentação de Renda foram fundamentais para o crescimento ou manutenção do seu estabelecimento, algumas críticas são relatadas: a principal delas é com relação a uma facilitação exagerada de crédito consignado para os aposentados rurais que corroem a renda advinda desse benefício. Vários dos comerciantes ouvidos em nossa pesquisa associam o aumento da inadimplência nos últimos anos ao alto grau de endividamento em virtude desses empréstimos.

A crítica dos comerciantes com relação aos empréstimos consignados retirados pelos aposentados é quase unânime. Em síntese, eles afirmam que a facilidade no acesso ao crédito, com desconto automático no salário, fez o poder de compra ser reduzido. Isso está atrelado a ausência de uma educação financeira (e por vezes escolar, tendo em vista o alto grau de analfabetismo na faixa etária desse Programa na região) ofertada a maioria da população que faz esses empréstimos.

Também foram relatados casos de várias pessoas menos esclarecidas que foram ludibriadas na realização desses empréstimos consignados. Sobre essas situações, torna-se necessário refletir que apesar de positivo, esses programas não são a exclusiva redenção do semiárido nordestino. Investir em educação continua sendo fundamental, inclusive para reduzir o número de vítimas desses golpes, que, quase sempre, são dados em pessoas com baixo nível de escolaridade.

Apesar de significativos benefícios trazidos pelo volume de recursos injetados através da Previdência Rural, outra crítica recorrente está associada a uma percepção generalizada de que o comércio local poderia ter um faturamento maior se as agências bancárias da cidade trabalhassem com dinheiro em espécie. Em Boqueirão, as agências do Banco do Brasil e Bradesco, que são as que dispõem dos maiores números de clientes, não atuam com recebimentos ou pagamentos de valores em espécie em virtude dos recorrentes ataques criminosos.

Os pagamentos realizados na cidade se limitam a uma agência lotérica da Caixa Econômica Federal; uma agência do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) e alguns correspondentes bancários do Bradesco e do Banco do Brasil, que são incapazes de atender a demanda local. Essa situação faz com que parte dos aposentados rurais se desloquem para outros municípios (Queimadas e Campina Grande, especialmente) para receber seus

benefícios. O fato é que uma parcela desses consumidores que se deslocam para outros centros acaba por gastar parte do seu poder de comprar naquele mesmo local, reduzindo os valores comprados nos seus municípios de origem.

Vale ressaltar que essa é uma situação generalizada na região do Cariri Paraibano. Das doze cidades que compõem o Cariri Oriental, nenhuma dispõe de agências vinculadas aos cinco maiores bancos brasileiros que ofereçam os serviços de saques e depósitos.

A popularização das maquinetas de cartão e, mais recentemente, o PIX, amenizam o prejuízo gerado pela falta de saque nas agências locais, porém, ainda não são capazes de resolver o problema, tendo em vista que um número significativo de aposentados não dispõe de familiaridade com essas ferramentas tecnológicas e se mantém receosos de acessá-las, seja por medo de golpes ou apenas por falta de instrução.

Nossa pesquisa também ouviu consumidores locais, buscando entender o ponto de vista deles sobre esses Programas. Apesar de várias visões distintas, algumas percepções apareceram com maior frequência nas entrevistas, também podemos constatar na fala dessas pessoas, algumas transformações sociais vivenciadas na região ao decorrer das décadas, vejamos:

Foi um plano muito bom esse do governo, da aposentadoria. É uma benção pros velhos, pras viúvas. É um dinheirinho que socorre quando a gente não consegue mais trabalhar. Meus pais viveram em um tempo que não tinha isso, né? Depois botaram meio-salário. Minha mãe só não passou fome por que a família era grande, era um magote de filho que trabalhava e ajudava ela quando já tava velha. (Entrevistada 27, 94 anos, aposentada por benefício previdenciário rural).

Eu não posso trabalhar mais, meu filho que sempre planta um milho, um feijão. Mas coitado, o ganho é muito pouco [...] Nesses anos de seca, o lucro é nada. Eu sempre ajudo ele, quando vou na rua (*cidade de Boqueirão*) sempre faço minha feira e uma feirinha pra ele. (Entrevistada 19, 66 anos, aposentada por benefício previdenciário rural).

Ao observar as entrevistas expostas acima, percebemos que a previdência rural contribuiu para a quebra de um paradigma histórico no Cariri Paraibano. Em épocas pretéritas, a realidade apontava um alto número de idosos desassistidos ou assistidos precariamente pela própria família que, via de regra, não dispunham de renda significativa e estavam sujeitas às intempéries climáticas da região.

O relato da entrevistada 19 mostra que a situação mudou significativamente. Na atualidade, com a existência da Previdência Rural, são os pais que contribuem para atender as necessidades básicas de consumo de filhos e netos. Também como demonstrado na fala da entrevistada, boa parte dos aposentados optam por realizar as compras no próprio município, estimulando o comércio local.

Outros relatos também apontam para a importância do Bolsa família e Garantia-Safra:

Graças a Deus que a gente tem esses ganhos do Bolsa Família, senão, Deus defenda. Nem imagino o que ia ser da gente pra ter as coisas aqui em casa. Recebo na lotérica e já saio direto pra fazer as compras [...] como o dinheiro é pouquinho, não compensa eu pagar passagem pra outra cidade, compro tudo em Boqueirão mesmo. (Entrevistada 15, 38 anos, Beneficiária do Bolsa Família).

É uma proteção, uma defesa. Às vezes acontece de o inverno não ser muito bom, aí a gente não tem o lucro que esperava e esse seguro ajuda a compensar. Não é muito, mas ajuda, dá pra fazer umas comprinhas. Todo ano eu assino o seguro, é uma proteção [...] eu não tenho carro, tenho minha motinha atrasada, só dá pra rodar aqui dentro mesmo. Por isso, não saio não, minhas compras são sempre em Boqueirão mesmo.

Diferentemente do caso específico dos aposentados rurais, raramente os beneficiários do Bolsa Família e do Garantia Safra optam por deslocamentos para outros centros com a finalidade de sacar esses valores. Essa diferenciação ocorre em decorrência dos valores menores ofertados por esses programas, que não estimulam o gasto com o deslocamento.

Em razão dos menores valores a serem recebidos, mas diante da dificuldade logística para saque no próprio município, não é raro a formação de filas no início da madrugada em frente aos estabelecimentos que ofertam o pagamento em espécie desses benefícios (Ver Figura 16).

Figura 16 - Fila formada na madrugada do dia 20 de abril de 2020 em frente a agência lotérica de Boqueirão



Fonte: autor, 2020

Indagamos alguns dos beneficiários desses Programas de Sustentação de Renda sobre a opção por enfrentar as madrugadas nas filas bancárias afim de serem os primeiros a receberem. Foram duas as causas principais identificadas nessa pesquisa: a impossibilidade de deslocamento para outra cidade, em virtude dos custos de transporte, e a necessidade dos moradores de áreas rurais em retornar cedo para continuar suas atividades na agricultura e, especialmente, na pecuária.

Esses hábitos fazem com que parte significativa dos comércios varejistas em Boqueirão não siga o horário comercial convencional do Brasil, que se inicia geralmente às 8h da manhã. Por conta do hábito das populações rurais de chegar e sair cedo da Zona Urbana, vários estabelecimentos comerciais optam por abrir entre 6 ou 7 da manhã.

Longe de ser homogêneo, o espaço comercial de Boqueirão é diverso e dinâmico. Nele, podemos encontrar diferentes formas de comércio independente, mas que juntos, formam um ambiente singular no processo de produção urbana e regional. Esse ambiente comercial diverso, composto por grandes e pequenos estabelecimentos, fixos e ambulantes, formais e informais; atuam juntos formando resistências e ao mesmo tempo se adaptando aos processos de mundialização do comércio e do consumo.

Apesar de toda diversidade existente nesse espaço comercial, os Programas de Sustentação de Renda têm atuado como uma unidade nessa diversidade, pois tem possibilitado benefícios diretos ou indiretos a todos, em menor ou maior grau. Percebe-se que os inúmeros “subespaços” comerciais específicos, concorrentes, conflitantes e complementares articulam-se com o contexto econômico e social da região sobre a qual estão inseridos. São poucas as políticas públicas que conseguem atingir tamanho nível de capilaridade.

Esses relatos ajudam a corroborar que os Programas de Sustentação de Renda têm promovido estímulos ao comércio local. Não apenas isso, eles também são fundamentais na oferta de condições mínimas de consumo para uma população que estaria excluída, diante das dificuldades produtivas locais e altos índices de desemprego.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa investigação científica pudemos perceber que a implementação dos Programas de Sustentação de Renda, desde as últimas décadas, tem sido de significativa relevância para a toda região semiárida do Nordeste. No Cariri Paraibano, especialmente, são significativos os valores injetados por esses programas.

Esses Programas colaboram com o desenvolvimento da região nos aspectos sociais e econômicos. Se por um lado ainda é necessário que se invista no desenvolvimento de uma produção local, aprimorar suas bases econômicas e valorizar de forma mais criativa suas potencialidades econômicas, não há como negar os aspectos positivos vivenciados pela população da região em virtude dessas políticas compensatórias.

Quando observamos, de forma mais atenta, as transformações nas formas e espaços de comércio e consumo, podemos compreendê-los como elementos presentes na realidade, que colaboram com a compreensão do movimento geral da reprodução do espaço geográfico. Nessas observações do espaço comercial é necessário que se atente para além dos aspectos estritamente econômicos, analisar a dimensão social que essas formas esboçam permitem uma mais segura análise das transformações e coexistências advinda dos movimentos de reprodução do espaço geográfico.

Historicamente, a região do Cariri Paraibano sempre apresentou uma baixa densidade populacional e um regime pluviométrico irregular, com seca prolongada, que resultava em dificuldades econômicas e graves problemas sociais na região.

As bases econômicas do Cariri Paraibano estiveram assentadas na pecuária e também na atividade agrícola durante vários séculos e acabavam por sofrer dificuldades diante da extrema dependência frente aos condicionamentos naturais em uma área de clima semiárido.

As últimas secas vivenciadas na região do semiárido nordestino, apesar de longas, não resultaram em um drama social e econômico que era tão comum em um passado recente. Essa mudança de paradigma está relacionada a um conjunto de políticas públicas desenvolvidas ao longo da história brasileira que foram fundamentais para dar sustentação a população residente nessa área.

Olhando para o debate na dimensão regional, podemos ver uma eficácia no combate às desigualdades sociais nos últimos decênios, mesmo que em virtude de políticas de corte nacional. Compreendemos que as políticas econômicas de corte nacional setorial são importantes para iluminar o debate regional. É necessário reconhecer, portanto, que apesar de muito importante, as políticas explícitas de desenvolvimento regional que foram desenvolvidas

ao longo do século XX não foram suficientes para atingir os objetivos propostos. Pode-se evidenciar que as políticas nacionais impactam, positivamente e negativamente, nos cenários regionais.

Nas Políticas de Sustentação de Renda, como as da Previdência Rural e Bolsa Família, por exemplo, apesar do caráter nacional explícito, há também aspectos implícitos de uma política regional que foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e social recente experimentado no semiárido nordestino.

Constatamos que no Cariri Paraibano tem se observado, nas últimas décadas, uma redistribuição de colossal importância junto a um segmento da população brasileira originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país, geralmente voltadas ao público urbano, dentre as quais podemos destacar: Previdência Rural, Garantia Safra e o Bolsa família.

O que tem sido observado no Brasil nas últimas décadas é que os programas de sustentação de renda passaram a ser construídos ou aperfeiçoados e que se constituíram em elementos-chave da promoção da coesão, integração social e desenvolvimento humano.

Essas iniciativas promoveram uma elevação significativa da renda domiciliar do público beneficiário, incidindo tais efeitos sobre uma população em geral muito pobre, de modo a estimular novos papéis sociais e econômicos, potencializando o consumo dessas famílias. A diversificação e ampliação das fontes de renda acaba por exercer notória influência no espaço comercial das pequenas cidades do interior do Nordeste.

No sistema agrário tradicional do interior do Nordeste brasileiro, os mercados periódicos das feiras livres tornaram-se indispensáveis, pois cumpriam funções essenciais para a população local. Eram nesses espaços que se encontravam bens e serviços necessários que a demanda local não permitia a existência fixa e contínua. As feiras também acabavam exercendo importante função no escoamento da pequena produção local. Na tradicional economia do sertão nordestino, e de maneira mais específica no Cariri Paraibano, caracterizada por uma agricultura de subsistência, era comum que o volume excedente que as famílias produzissem fosse comercializado nesses mercados periódicos.

O que podemos constatar em períodos recentes, é que não apenas o aumento da densidade demográfica e melhorias dos meios de transporte, mas sobretudo a expansão da renda das famílias pode contribuir significativamente para uma maior fixação do comércio nas pequenas localidades do interior nordestino.

As atividades comerciais, especialmente àquelas que se referem ao pequeno varejo, em muitas cidades brasileiras são as responsáveis pela geração do maior número de empregos,

sejam eles formais ou informais. Entendemos que à medida que o nível da renda da população aumenta, bem como o número de consumidores, o papel da distribuição e do varejo na economia nacional também tende a aumentar.

Compreendemos, portanto, que a execução de políticas de sustentação de renda ampliou de modo significativo o número de consumidores na região do Cariri Paraibano, fazendo com que houvesse as condições preeminentes para que o comércio se fixe no espaço geográfico dessa área. Isso fez com que a periodicidade deixasse de ser uma condição *sine qua non* para grande parcela dos comércios e serviços presentes nessa região.

Não pretendemos, ao expor essa percepção espacial, afirmar uma tendência de morte dos mercados periódicos. Eles continuam e continuarão fazendo parte da realidade econômica das pequenas cidades do interior do Nordeste brasileiro, pois fazem parte do contexto social e do seu desenvolvimento histórico e estão solidamente estabelecidos na região. Porém, mantidas as condições para uma manutenção e ampliação do número de potenciais consumidores, a tendência é que haja um maior crescimento percentual das atividades fixas, frente as de caráter periódico.

Após a expansão dos programas de sustentação de renda, tornou-se mais comum essa prosperidade dos comerciantes nas pequenas cidades, tendo em vista o significativo valor injetado por esses programas na economia local. Portanto, começa a se observar, cada vez com mais frequência, a fixação de comerciantes no espaço urbano das pequenas cidades do Cariri Paraibano. Em Boqueirão, localidade escolhida para ser nosso estudo de caso, pode-se observar uma maior tendência de fixação de comércios na sede do município nos últimos anos, especialmente em sua área central.

Também passa a ser menos frequente a manutenção da itinerância desses mercadores, após sua fixação no espaço, tendo em vista que os custos adicionais (transporte, alimentação e funcionários para aqueles que decidem manter a loja fixa aberta no mesmo período que se destinam a outros espaços comerciais) tendem a tornar desinteressante ou inviável a competição com os comerciantes que também conseguiram prosperar e se fixar nas demais cidades que antes faziam parte de sua rota de vendas.

Apesar de significativos benefícios trazidos pelo volume de recursos injetados por esses Programas de Sustentação de Renda, há uma percepção generalizada de que o comércio local poderia ter um faturamento ainda maior se as agências bancárias da cidade trabalhassem com dinheiro em espécie. Os recorrentes ataques criminosos que desativaram as agências bancárias da maior parte dos municípios do Cariri Paraibano acabaram por reduzir o potencial de contribuição desses Programas no espaço regional.

Por fim, pudemos observar que apesar de toda diversidade existente no espaço comercial analisado nessa pesquisa; os Programas de Sustentação de Renda têm atuado como uma unidade nessa diversidade, pois tem possibilitado benefícios diretos ou indiretos a todos, em menor ou maior grau. Percebe-se que os inúmeros “subespaços” comerciais específicos, concorrentes, conflitantes e complementares articulam-se com o contexto econômico e social da região sobre a qual estão inseridos. São raras as políticas públicas que conseguem atingir tamanho nível de capilaridade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Limites da economia sem produção**. 24 jan. 2002. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/2002/01/limites-da-economia-sem-producao/> Acesso em: 25 nov. 2021.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012.
- ALVES, Maira Gonçalves. **O Programa Bolsa Família enquanto política de transferência de renda, na concepção de seus beneficiários no município de Sumé, estado da Paraíba**. Sumé – PB, 2017.
- AMARAL FILHO, J. O nordeste que dá certo. **Cadernos de Desenvolvimento do Centro Internacional Celso Furtado**, Recife, n. 7, 2009.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental – III O Paraíba do Norte**. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Imprensa Oficial; Recife, 1959.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ªed. São Paulo: LECH, 1980. 278p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ARAÚJO, Leonardo; LIMA, João Policarpo. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 33, jul./dez., 2009.
- ARAÚJO, Tania Bacelar. Entrevista [Julho, 2010]. Rio de Janeiro: **Revista Democracia Viva**, n. 45, p. 20-31, Outubro. 2011.
- ARRETCHE, Marta. Uma Contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.
- ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria E. B. et al (orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- AZEVEDO, Sérgio Malta de. **Produção do espaço urbano-regional na área das hidrelétricas do submédio São Francisco**. 2008.
- BARROS, N. C. C de. **Geografia Humana: uma introdução as suas ideias**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1990.
- BARROS, N. C. C de. **Geografia: história, conceitos e métodos**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Trois milliards d'hommes**: Traité de démo-géographie.: Hachette, 1965.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

BERRY, B. **Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor**. Barcelona: Vicens-Vives, 1971.

BERRY, B. **Tamanho das cidades e desenvolvimento econômico**: síntese conceitual e problemas de política, com especial referência ao sul e sudeste da Ásia. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

BRADFORD, M. & KENT, W. **Geografia humana**: teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987.

BRASIL. Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008. **Diário Oficial**, Brasília, v. 145, n. 117, p. 2. 20, jun. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2rWX9wu>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Análise do Programa Bolsa Família sob a ótica do Direito Humano à Alimentação adequada e saudável**. Brasília: CONSEA, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. 2012. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Garantia-Safra**. 2019. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>. Acesso em: 24 de jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**. Ago. 2021. Disponível em: <https://bityli.com/bGtIuh>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Evolução da rede urbana brasileira**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRIAN, Berry. Cidades como Sistemas dentro de Sistemas de Cidades In: FAISSOL, Speridião. (org.) **Urbanização e Regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

BROMLEY, Rose J. et al. The rationale of periodic markets. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 65, n. 4, p. 530-537, 1975.

BROMLEY, Rose J. et al. Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 42, v. 8, n. 7, 1980.

Burlandy, Luciene. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.

BURSZTYN, M.; CHACON, Suely Salgueiro. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no semiárido nordestino. **Revista Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 30-61, 2011.

CACHINHO, Herculano (2005) – **O comércio retalhista: da oferta de bens às experiências de vida**, in MEDEIROS, C.A., Geografia de Portugal, Lisboa, Circulo de Leitores, vol.III, p.265-331.

CAMPOS, José N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Sociedade e Ambiente: 2014.

CÁSSIA, Rita de. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 8, 2015.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, José Abrahão de Castro; MODESTO, Lúcia. (Orgs.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994a.

CORRÊA, R. L. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994b.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, v. 1, n. 1, 2004.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1966.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 119-146, jan/jun. 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DINIZ, Clélio Campolina et al. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para discussão**, v. 159, 2001.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: dinâmicas socioespaciais do pequeno comércio. 2^a. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, Angela Maria. Cidade pequena In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FAISSOL, Speridião (Ed.). **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE, Diretoria Técnica, 1975.

FARIAS, André Aires de et al. **Secas e seus impactos no município de Boqueirão, PB, Brasil**. 2017. Disponível em: (<https://www.scielo.br/j/ambiagua/a/XBxTBcCv84tbDPD6rKpTxfS/?lang=pt#:~:text=As%20secas%20mais%20graves%20no,ocorreram%20em%202012%20e%202013.>). Acesso em: 25 nov. 2021.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **A produção de Bentonita em Boa Vista – PB e Suas Redes de Comercialização**: um exemplo de fixos e fluxos geográficos do período histórico atual. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FARIAS, Roger Bráulio de Souza. **A grande “seca” de 1979-1983**: Estado, oligarquias, frentes de emergência e resistência camponesa em São João do Cariri - PB. Sumé - PB, 2018.

FAVARETO, A. et al. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semiárido do Nordeste brasileiro** – para além das transferências de renda. Documentos de Trabajo, n. 83. Santiago do Chile: Rimisp, 2010.

FERNANDES, José Alberto Rio; CACHINHO, Herculano; RIBEIRO, Carlos V. (coord.). **Comércio tradicional em contexto urbano**: dinâmicas de modernização e políticas públicas. Porto: Observatório do Comércio Português/Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento de Território/Faculdade de Letras da Universidade do Porto – GEDES/FLLUP, 2000. 166p.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a economia dos municípios**. Brasília: ANFIP, 1999.

FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a economia dos municípios**. 6^a. ed. Brasília: ANFIP, 2011.

FRIEDMAN, J. & ALONSO, W. **Regional development and planning**. Cambridge, MIT, 1969.

FROLICH, W. The African market system. **British Columbia Geographical Series**, Vancouver, 35, 1982, 109p.

FUJITA, Masahisa et al. **Economia Espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GELINSKI, Carmen R. O. G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 227-240, Abr./Out. 2008.

GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo**. São Paulo: Coleção Saber Atual, 1971.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: IPEA, 2001.

GOMES, Paulo Cezar da Costa. O Conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, I. Elias de et al (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967.

GUIMARÃES, F.M.S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-373. 1941.

HASBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HETTNER, A. **Os ramos da geografia e sua relação com as ciências da natureza**. Disponível em: <https://bityli.com/dBmZta>. Acesso em: 14 jun. 2015.

HUCKEL, G. A. La géographie de la circulation, selon Friedrich Ratzel (Premier article). In: **Annales de géographie**, Paris, v. 15, n. 84, p. 401-418. 1906.

INSS. **Aposentadoria por idade rural**. 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade-rural/>. Acesso em: 06 Jan. 2019.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro Oeste**. Brasília: IPEA,

2001.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009.

IPEA. **Texto para discussão**: Previdência rural no Brasil. Brasília: IPEA, 2018.

ISARD, W. **Location and space-economy**. Cambridge, MA, 1956.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia M. G. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, n. 38, p. 137-155. 2013.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antônio Márcio. **O novo mapa da população rural brasileira**. 19 nov. 2015, Disponível em: <https://bityli.com/3aYJPc>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MELO, Emília Pereira de. **A produção do tomate na micro-região dos Cariris Velhos**. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1985.

MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2ª. ed. Recife: CEPE, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: EdUFPB, 1996.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-Sp: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. 2014.

MOREIRA, RUY. **Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, Milton. **O Genocídio do Nordeste 1979-1983**. São Paulo: CPT, 1988.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. **Alterações no sistema produtivo e organização do trabalho na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão-PB**. 2007. Dissertação (Mestrado em geografia) – UFPB, João Pessoa-PB, 2007.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Geografia e consumo: dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano**. 2009. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

PAQUOT, Thierry; RONCAYOLO, Marcel. **Villes et civilisation urbaine 18.-20. siecle**. Larousse, 1992.

PAZERA JÚNIOR, Eduardo. **Feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PERROUX, François. O Conceito de pólo de Desenvolvimento In: FAISSOL, Speridião (org.) **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PINHEIRO JÚNIOR, Fernando A. F. S. A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010. In: **XVI Seminário sobre a Economia Mineira**, 2014.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

RATZEL, F. **Coletânea**. In: A. C. Moraes, (org). São Paulo: Ática, 1990.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Aris: Gallimand, 1990.

ROGGERO, Rosemary. **Uma leitura sobre o desenvolvimento do setor terciário no movimento contemporâneo do capital**. Boletim SENAC, v. 24, n. 3, set/dez. 1998.

RUAAULT, Jean-François; PROULHAC, Laurent. Déplacements de consommation et transferts de richesses en Île-de-France. **Géographie Économie Société**, v. 16, n. 1, p. 91-122, [S.I.]. 2014.

SALGUEIRO, T. B. **Do comércio à distribuição: Roteiro de uma mudança**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

SALGUEIRO, T. B; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda (orgs.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

SANDI, R. D.; HERINGER, L. P. A Previdência Social nos municípios do Semi-Árido brasileiro. **Informe da Previdência Social**, Brasília, DF, v. 13, n. 8, p. 1-16, ago. 2001.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **O Espaço Divido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 5ª. ed. São Paulo: EdUSP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011. 480p.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. **Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS**. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/D5aDAb>. Acesso em: 29 Set. 2021.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território: um olhar sobre o Cariri Paraibano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2006.

SILVA, J. E. da. **Análise de viabilidade econômica da agricultura familiar dos arrendatários do DNOCS no Açude Epitácio Pessoa – PB**. 2012. Dissertação (Mestrado de Ciências Agrárias) – UEPB, Campina Grande, 2012.

SILVA, C. H. Costa da. **Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana**. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 149-178, jul./dez. 2014.

SILVA Jr., R. F. da. A formação e a constituição da Geografia da circulação a partir das perspectivas de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Orgs). **Circulação, transportes e logística**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 69-92.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Terciarização. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 419-433.

SIT, Victor FS. Urban fairs in China. **Economic geography**, v. 63, n. 4, p. 306-318. 1987.

SKINNER, G. William. Marketing and social structure in rural China, Part I. **The Journal of Asian Studies**, v. 24, n. 1, p. 3-43, 1964.

SOUSA, Valdirene Pereira de; BRITO, Roberta Lopes de Oliveira; ANDRADE, Jefesson Franciarly Farias de. Uma história de Boqueirão. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org) **História dos Municípios Paraibanos**. V.3. Campina Grande, EDUFPG, 2013.

SOUZA, Bartolomeu Israel de. **Cariri paraibano: do silêncio do lugar à desertificação**. 2008.

SOUZA, E. C. Tipos e aspectos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano VIII, [S.I.], n. 3, Set., 1946.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, N. J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. **Perspectiva econômica, UNISINOS**, São Leopoldo, RS. v. 10, n. 25, p. 117-130, mar. 1980.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

SPOSITO, M. E. B. Cidade. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

STINE, J. H. Temporal Aspects of Tertiary Production Elements in Korea. In: PITTS, F. R. (org). **Urban Systems and Economic Development**. Oregon: Oregon University, 1962, p. 68-88.

TAVARES, Noaldo José Aires. **Feira livre de Boqueirão: dinâmica regional, mercado e consumo no Cariri Paraibano**. 2017. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

TRAVASSOS, I. S. et al. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa/PB, v. 7, n. 1, p. 147-164, [S.I.]. 2013.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.